

FERNANDO PEDRÃO



TEORIA REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa (UEPB) | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

José Tavares de Sousa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)

Conselho Científico

Afrânio Silva Jardim (UERJ)

Anne Augusta Alencar Leite (UFPB)

Carlos Henrique Salvino Gadêlha Meneses (UEPB)

Carlos Wagner Dias Ferreira (UFRN)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP)

Diego Duquelsky (UBA)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB)

Germano Ramalho (UEPB)

Glauber Salomão Leite (UEPB)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)

Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Maria Creusa de Araújo Borges (UFPB)

Pierre Souto Maior Coutinho Amorim (ASCES)

Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar (UFAL)

Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Vincenzo Milittello (UNIPA/IT)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Fernando Pedrão

TEORIA REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO



Campina Grande - PB
2022



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral | *Design Gráfico e Editoração*

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes | *Design Gráfico e Editoração*

Leonardo Ramos Araujo | *Design Gráfico e Editoração*

Elizete Amaral de Medeiros | *Revisão Linguística*

Antonio de Brito Freire | *Revisão Linguística*

Danielle Correia Gomes | *Divulgação*

Gilberto S. Gomes | *Divulgação*

Efigênio Moura | *Comunicação*

Walter Vasconcelos | *Assessoria Técnica*

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

P372t Pedrão, Fernando.
Teoria regional do desenvolvimento / Fernando Pedrão. –
Campina Grande : EDUEPB, 2022.
188 p. ; 15 x 21 cm ; 925 KB.

ISBN: 978-85-7879-771-3 (Impresso)
ISBN: 978-85-7879-770-6 (E-book)

1. Políticas de desenvolvimento. 2. Formação do capital. 3.
Transformações econômicas. 4. Desenvolvimento econômico
regional. I. Título.

21. ed. CDD 332.041

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 7

O MUNDO SOCIAL EM SUA HISTÓRIA E SEU TERRITÓRIO, 21

A dimensão civilizacional do mundo social, **21**

O mundo em perspectiva ecológica, **34**

A produção de espaço, **35**

CONCEITUAÇÃO E MÉTODO NOS ESTUDOS REGIONAIS, 41

Aproximação ao método, **41**

Antecedentes conceituais, **45**

Método para estudos regionais, **49**

UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA DIMENSÃO REGIONAL, 57

Uma abordagem regional da questão econômica, **57**

A espacialidade da atividade social, **60**

Profundidade histórica e reprodução social, **64**

Transformações do meio físico, **66**

Aspectos negligenciados, **69**

**AS DOUTRINAS REGIONAIS EUROPEIAS E
NORTE-AMERICANAS, 73**

Os diferentes perfis nacionais, 73

Afirmações e contradições no campo socialista, 76

A América do Norte, 78

**A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA AMERICANA
LATINA, 81**

O alargamento do fundamento histórico, 81

Alguns modos de modernidade, 83

A internacionalidade regional latino-americana, 84

**O MUNDO CONTEMPORÂNEO E SUA
TERRITORIALIDADE, 87**

Interações entre a esfera econômica e a política, 87

Transformações e atualização do bloco histórico de poder, 99

Hegemonia e limites do poder, 103

FORMAÇÃO DE CAPITAL E REGIÕES, 105

A formação econômica de regiões, 105

A composição do capital, 113

A espacialidade da divisão do trabalho, 118

Os circuitos da produção e do consumo, 121

Os mecanismos de dinâmica da economia, 122

Concentração econômica e polarização do crescimento, 124

**O SIGNIFICADO ECONÔMICO DA BASE FÍSICA DO
SISTEMA PRODUTIVO, 129**

A natureza como enigma e como sistema, 129

A produção social de espaço e de regiões, 131

Renda da terra e mercado imobiliário, 136

O capital imobiliário, 138

A ARTICULAÇÃO ENTRE REGIÕES: COMPOSIÇÃO E COMPLEXIDADE, 141

A composição de infraestrutura e superestrutura, **141**

O controle da força de trabalho, **145**

O fator energia, **148**

Transportes, **151**

Comunicações, **153**

Novas condições de complexidade, **154**

AS CONCENTRAÇÕES REGIONAIS DE CAPACIDADE PRODUTIVA, 157

O movimento geral de concentração do capital, **157**

Formas pré-industriais, industriais e pós-industriais de concentração de capital, **158**

Mecanismos de concentração: causação circular, acelerador e multiplicador, **164**

A DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA, 167

Os controles políticos do sistema produtivo, **167**

Política perita e ideológica, **173**

O papel da política na determinação de possibilidades de desenvolvimento, **174**

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E FORMAÇÃO DE REGIÕES, 177

As condições da acumulação, **177**

As forças condutoras da acumulação, **178**

BIBLIOGRAFIA, 183

INTRODUÇÃO

Este livro é um acerto de contas com uma história dos estudos e do planejamento regional no modo como eles surgiram e ocuparam um espaço na luta por políticas de desenvolvimento e como representaram um importante espaço de reivindicação de autonomia e rompimento com uma tradição profundamente enraizada de alienação no campo da economia e das demais **ciências** sociais na América Latina. Depois de um período de ascensão e descenso os estudos e as políticas regionais decaíram junto com os objetivos e as políticas de desenvolvimento, ficando reduzidas ao macaqueamento de países identificados com os interesses do grande capital e com a repetição de esquemas de análise mecanicistas. A perspectiva regional da superação do subdesenvolvimento é um componente da vivência com os problemas de desenvolvimento econômico e social entendidos realmente como de reversão de tendências ao subdesenvolvimento.

As regiões são entidades misteriosas que têm sido entendidas de diversos modos, coincidentes, discrepantes e mesmo contraditórios, segundo se vêm apenas por sua situação atual ou como resultados de processos sociais. Neste trabalho conceituam-se as regiões na perspectiva de sua história. Entendem-se regiões como adensamentos da vida social, que incorporam elementos do cotidiano e da sobrevivência com formas estáveis de organização da produção e da vida política, derivando elementos de identidade, como linguagem e formas de reconhecimento.

As regiões são espaços diferenciados com variadas condições de permanência, mas sempre com a duração suficiente para estabelecerem uma identidade historicamente reconhecível, mesmo quando não atende aos preceitos de institucionalidade preconizados pelas potências ocidentais desde o Tratado de Viena. Não há como negar a identidade dos curdos e dos palestinos, que não têm um Estado nacional. Inversamente, pode-se questionar a identidade nacional e regional do grande número de pequenas nações, convertidas em Estados nacionais pelos mesmos interesses coloniais. A substituição dos conceitos mecanicistas europeus de região é um passo necessário para que se desenvolvam mecanismos adequados para reconhecer a territorialidade dos povos americanos.

Em um momento em que as tensões relativas à reprodução do sistema produtivo alteram as condições de relacionamento entre os Estados nacionais e os capitais privados, a pluralidade de formas de manifestação do poder econômico e político recupera seu papel central em uma visão não subordinada do processo. A análise regional tem sido acusada, com justificativas poderosas, de ter se estabelecido como uma variedade de análise econômica e social a serviço do poder econômico ou do poder político, que oscila entre um perfil descritivo e a busca de mecanismos operacionais a serviço dos interesses do capital. Esta crítica cabe com justiça à economia ortodoxa da qual a regional seria apenas um desdobramento subordinado. Não se aplica ao tipo de análise regional com que se trabalha aqui, que se alinha no movimento geral de construção de uma economia política crítica. O termo regional designa uma variedade de situações que em comum têm a precedência das práticas sociais sobre a instituição e dos processos econômicos e sociais sobre as formas jurídicas. A construção de uma leitura histórica – e não somente econômica nem sociológica – da história requer que se recuperem os sucessivos movimentos de incorporação da complexidade social, desde a comparabilidade entre povos dos relatos de Heródoto à combinação de fatores institucionais, geopolíticos e psicológicos de Tucídides e à

recuperação da história dos Tempos Modernos. A história volta a se encontrar com uma pluralidade social que é a negação do colonialismo e da destituição cultural. A dimensão regional não é somente o reconhecimento da pluralidade, mas também representa o reconhecimento de que a genética do processo social deve ser abordada com suas contradições entre as tendências à unificação representadas pelo Estado nacional e as tendências à dispersão lideradas pelos interesses localmente definidos.

O interesse pelos estudos regionais sempre esteve diretamente ligado a políticas regionais. Mudou de intensidade e de tonalidade na segunda metade do século XX, segundo manifestou de pontos de vista associados ao Estado nacional, ou expressiu interesses do grande capital, ou, finalmente, representou a emergência de povos oprimidos, que entraram a definir seu território como modo de afirmar sua identidade. A emergência do debate sobre temas regionais levanta questões muito mais profundas sobre o significado de mudança num mundo marcado por grandes diferenças de modernidade e de mobilidade e independência dos trabalhadores. Historicamente, a questão regional é inseparável da colonização e de seus desdobramentos em controle do trabalho em geral e da escravização em especial¹.

Os temas regionais tiveram maior ou menor relevância segundo coincidiram com o discurso oficial do poder ou passaram a refletir contradições e discordâncias das posturas oficiais. No limite, a questão regional mostra fenômenos de concentração de poder com seu potencial de expansão territorial, pelo que,

1 No relativo ao Brasil torna-se necessário distinguir regiões que se formaram como consequência de processos nitidamente internacionais e outras que surgiram de processos internos. O sistema colonial criou regiões articuladas desde fora e seu prolongamento no primeiro sistema primário exportador manteve essa regra. Surgem regiões de processos internos com a integração do mercado nacional e com a industrialização. Hoje, com uma nova internacionalização e com a influência de empresas internacionais há um novo condicionamento internacional a ser examinado até com a expressão extrema de neo-colonialismo.

desnuda o potencial imperial dos Estados nacionais modernos, que de modo algum ficou restrito aos grandes países. Nada mais aberratório que as pretensões colonialistas de países como a Holanda e a Bélgica e nada que pareça mais absurdo que as novas pretensões de hegemonia secundária de países como a Espanha e Portugal, por não falar da oligarquia chilena. A tendência inerente ao capitalismo avançado, de criar novas modalidades de dominação indireta. Justamente, por refletirem situações concretas dos processos de formação e de distribuição de riqueza, o debate sobre temas regionais tornou-se um foco de pensamento crítico da concentração de poder identificada com o desenvolvimento conduzido pelos interesses de grande capital. É com esse potencial crítico que se retoma a temática regional, reconhecendo sua capacidade de penetrar em características e contradições do capitalismo avançado que não podem ser percebidas pela macroeconomia das economias nacionais.

Justamente, a precedência das generalizações nacionais fez com que as peculiaridades da percepção regional não fossem registradas. As diferenças de percepção da questão regional não foram registradas ou não foram consideradas relevantes pelos governos nem pelos centros acadêmicos. No entanto, as noções de regiões que se formaram ao longo da formação dos Estados nacionais europeus, quando os interesses regionais foram suplantados pelos nacionais, não servem para explicar regiões que se formaram nas Américas, criadas por relações internacionais do capital mercantil internacionalizado. Tampouco permitem explicar regiões que se definem pela sobreposição de civilizações e com conexões culturais percebidas mas não necessariamente explicadas. Em suma, a questão regional é muito mais ampla e profunda que o indicado pelas abordagens positivistas das ciências sociais segmentadas em disciplinas estanques.

A resposta a essa divergência quanto ao objeto de estudo que se converte em redução do sujeito da análise é a história, como perspectiva de experiência e como ciência. A unidade do processo se vê no plano da história. Regiões são adensamentos de espaço

social que se distinguem como processos históricos espacialmente determinados que desenvolvem mecanismos de continuidade, tanto sobre períodos seculares como por processos aparentemente precários. Afinal, o principado de Mônaco construiu materialmente seu território e os cassinos de Las Vegas criaram uma região.. Por isso mesmo, refletem tensões entre interesses organizados, da esfera do capital e da do trabalho, que resultam em pulsões na estruturação e na desestruturação de espaços organicamente constituídos. A regionalidade da bacia do Rio da Prata é indiscutível mas corresponde a uma grande variedade de territórios desigualmente articulados.

A análise regional é um campo de interesse de estudos e de política social aplicados, onde a composição de teoria e prática representa uma opção de encaminhamento de iniciativas comprometidas com a formulação e a execução de políticas numa perspectiva regional dos países e para regiões específicas. Os Estados nacionais passaram a ter políticas regionais, que é o melhor modo de se anteciparem a propostas de política das próprias regiões. O conflito surge de que as regiões são o assento de sociedades regionais e não apenas objetos de políticas nacionais.

Nessa perspectiva, os problemas regionais são colocados num contexto histórico, em que se consideram a progressão da percepção dos problemas e a da teoria entendida como construção interpretativa. A dimensão regional enseja uma abordagem em que se trata com a territorialidade do sistema produtivo, onde a materialidade da produção inclui o lugar onde ela é realizada. Oportunamente, essa noção de território da produção levará a distinguir entre os lugares onde o sistema está situado e os espaços com que ele interage, que em seu conjunto configuram as margens de liberdade com que se pode decidir onde localizar produção e consumo. Os espaços são socialmente representativos não são neutros.

A proposta de estudar teoria e prática da análise regional representa uma linha de trabalho que envolve requisitos, temas e estilo de trabalho a serem explicados. O foco na combinação

de teoria e prática, que tem um antecedente ilustre no trabalho de Charles Bettelheim², tem a responsabilidade de ler o processo social através da praxis. Como requisitos, destacam-se os seguintes:

- a. Atualidade científica, significando o reconhecimento dos desenvolvimentos da ciência em seu sentido mais amplo, com a identificação de categorias tais como irreversibilidade, entropia, instabilidade de sistemas, que se tornaram essenciais a quaisquer estudos que combinem o meio social com o meio físico. O questionamento da cientificidade das ciências sociais, ou de sua dependência do método das ciências físicas torna-se imperativo dada a necessidade de reconhecer a essência histórica do mundo social com suas próprias condições de historicidade.
- b. Atualização histórica no sentido de reconhecimento dos fundamentos históricos em que se apóia e a que se refere na análise de fenômenos de diversas épocas, inclusive contemporâneos. O reconhecimento e a combinação de diferentes escalas de tempo, com seus padrões, previsíveis ou aleatórios, em determinados momentos das transformações dos sistemas. A análise regional mecanicista desenvolveu mecanismos sequenciais não históricos tais como de modelos *shift and share* que são meros expedientes estatísticos.
- c. Pertinência do encaminhamento da análise e dos aspectos estudados, com isto significando que se escolhem problemas socialmente relevantes para estudar. A destituição do significado ideológico da análise social tornou equivalentes, por exemplo, estudos sobre os limites da urbanização ou sobre o uso de barba no mundo urbano

2 Charles Bettelheim, *Problèmes théoriques et pratiques de la planification*, Paris, Maspero, 1958.

atual. A questão relativa aos significados revela-se muito mais complexa quando se reconhece que os significados atribuídos a saúde ou a educação correspondem a certas apreciações das condições de vida.

- d. Adequação dos procedimentos de método, tanto no nível do método enquanto modo de fazer ou analisar teoria, como no nível do método enquanto modo de aplicar teoria para resolver problemas práticos. Na realidade há uma mistificação metodológica quando se utilizam raciocínios formalmente consistentes sem considerar sua consistência material, isto é, com os fatos nem sua pertinência isto é sobre quando e como são aplicados. A insistência na pertinência da análise é um aspecto essencial na crítica de Myrdal à economia marginalista.

As transformações da economia mundial e os desenvolvimentos das ciências na década de 1960 levaram a uma ruptura com as teorizações das décadas anteriores na década de 1970 e com a postura epistêmica de considerar que o conhecimento acumulado sobre a temática regional poderia ser generalizado de modo ilimitado e que as experiências dos países europeus seriam, em todo caso, suficientes para sustentar uma teoria regional mundialmente válida. Esta presunção está no fundamento daquele cientificismo superficialmente neutro que guiou o progresso do positivismo, mas que passava por cima dos requisitos muito mais rigorosos do neokantismo. O questionamento desse rigor aparente vai nos levar ao crivo histórico dos conceitos em que se esmerou Hegel. Justamente, ao ter que trabalhar com situações internacionais novas, a maior parte das teorias regionais produzidas na primeira metade do século tornou-se caduca. Entende-se que as condições de formação de teoria na década de 1970 levam a uma ruptura com o mecanicismo até então prevalecente. Nas condições atuais selecionam-se, de modo exemplificativo, os seguintes temas, que podem ser desdobrados em diversos campos de interesse:

- a. A espacialidade da economia mundial, definida segundo os circuitos internacionais de negócios induzem ao aparecimento de estruturas locais de capital e determinam os movimentos dos trabalhadores. A espacialidade muda de significado, quando denota diversas combinações de espaços concretos e de espaços virtuais. A difusão de comunicações instantâneas faz com que esse componente virtual se torne parte integrante de espaços concretos como os das cidades. A espacialidade do mundo dos negócios ignora por completo a dos Estados nacionais que é o fundamento da própria análise social mecanicista.
- b. As implicações macro-regionais da geopolítica na formação do imperialismo moderno e nos desdobramentos no mundo ultramoderno depois da Segunda Guerra Mundial. Há muito por explicar das transformações do imperialismo, principalmente em sua etapa mais avançada. Os movimentos de expansão do grande capital, através das empresas multinacionais e no ambiente da economia globalizada, contrastando com a proliferação de movimentos locais que combinam a afirmação de povos marginalizados com reivindicações religiosas e de direitos humanos.
- c. As transformações econômicas de base local, conseqüentes do dinamismo das sociedades econômicas localmente estáveis que se inserem em circuitos internacionais de mercado. O universo do local, assim como o do cotidiano, compreende o que é localmente gerado e o que é localmente localizado, mas resume sempre uma inter-relação com outras esferas como a da internacionalidade e do nacional.
- d. O papel do modo energético da produção e do consumo, enquanto regulador do funcionamento da economia e de suas articulações externas, dadas as localizações das grandes concentrações de recursos

energéticos e as concentrações de demanda. Antes que os sistemas nacionais de produção de energia fossem sistemicamente integrados parecia desnecessário pensar em um modo geral de uso de energia que se desdobra em varias formas. Centros de produção e redes de distribuição passam a ser determinantes da regionalidade das cidades³.

- e. O processo de urbanização e a formação de um sistema de cidades na estruturação da vida social, da economia do ambiente. Obviamente, a urbanização passou a conter mais ingredientes temporários e componentes que não são absorvidos, tais como imigrantes e outros. As cidades se reconhecem como âncoras de regiões e como centros de fixação de cultura e tecnologia. A forma das cidades é uma exteriorização de processos mais profundos da esfera social.
- f. O papel dos sistemas de infra-estrutura econômica, tais como os sistemas de transportes e de comunicações, de água e saneamento básico, de manejo de resíduos de todo tipo. Historicamente esses sistemas foram transferidos de esferas familiares para situações sociais mais amplas, alcançando regiões e nações.
- g. Os custos sociais dos usos dos recursos físicos e o modo como eles se distribuem entre os grupos de poder na esfera pública e na esfera privada. O controle dos usos de recursos é o fundamento da formação do poder político variando entre o fortalecimento do Estado e o de empresas de grande capital.

3 Uma referencia é a chamada teoria dos umbrais. Ver *U.N. Threshold analysis*, New York, 1974. Trata-se de que em cada cidade há uma sobreposição de sistemas, a começar pelo de energia, seguindo pelos de água potável, saneamento, transporte, até sistemas supérfluos como de distribuição de livros raros e de serviços de massagistas. Desse modo as cidades são sistemas de sistemas com significado regional.

- h. As desigualdades sociais incorporadas no alargamento de diferenças entre regiões. Em princípio as principais diferenças entre regiões ricas e pobres não tem mudado de modo significativo apesar do aparecimento de maior número de regiões emergentes.

As características da problemática regional colocam um problema iniludível quanto ao modo de trabalhar, que requer uma sincronia no tempo de atividades tecnicamente diferentes, em contraste com práticas enraizadas no campo social, de identificar setores da produção ou de segmentar a análise. Não se trata de interdisciplinaridade senão de ir aos fundamentos das ciências particulares na raiz comum no estudo do mundo social. Aqui são fundamentais o significado de totalidade e a totalização histórica que se encontra em cada ponto-momento da análise. A reflexão regional aponta mais para as conexões entre processos e entre fenômenos, que para as separações e delimitações. Períodos e espaços são referências mais ou menos arbitrárias, utilizadas para permitir manejar materiais inerentemente díspares. Daí a importância de comparações intertemporais entre civilizações e eventos regionais. A noção de tempo eixo introduzida por Karl Jaspers⁴ leva a identificar determinados momentos em que um conjunto de eventos modificou as relações entre os países. Os quadros comparativos cronológicos tão ao gosto dos historiadores franceses mostram-se de indiscutível valia para apreciar o significado de momentos essenciais em diferentes partes do mundo. A invasão da Índia pelos arios e a guerra de Tróia aconteceram ao mesmo tempo. Em nosso tempo, em 1956 os franceses foram derrotados no Vietnã, ingleses e franceses invadiram o Egito enquanto a

4 Karl Jaspers, *Origen y meta de la historia*, Madrid, Revista del Occidente, 1965. A noção de tempo eixo introduzida por Jaspers se complementa com sua visão de uma capacidade teorizante que surge da síntese civilizacional que cada nação realiza mediante sua experiência. A observação de Jaspers precisa ser requalificada para reconhecer as condições de historicidade no mundo não europeu.

União Soviética invadia a Hungria e acontecia a guerra do Congo, determinando novas condições de dominação e interdependência. Na América Latina acontecia uma sucessão de mudanças de governo mediante golpes de Estado. O ano de 1968 ficou marcado na memória de muitos pelos acontecimentos de Paris, mas foi o mesmo ano do massacre de Tlatelolco e dos distúrbios de Washington e ainda de um golpe de Estado no Brasil. A questão regional não é meramente técnica. Ela envolve a combinação de sócio-economia e sociopolítica⁵.

A rigor, não se trata de um trabalho interdisciplinar, porque os cortes disciplinares não têm sentido algum nesse plano de raciocínio, quando se quer explicar circuitos de relações que se expandem ou retraem, ou quando se distinguem efeitos em cadeia que se prolongam desigualmente no tempo e no espaço, ou ainda, ao contemplar as inter-relações entre as ciências da natureza e as da sociedade tal como elas estão estabelecidas pelas condições de desenvolvimento das sociedades e da internacionalidade de seus relacionamentos. A noção de disciplina manifesta uma arbitrariedade não justificada nem pelos argumentos da ciência mecanicista.

Nestas condições, a análise regional se remete a informações de teoria e de método nos campos das ciências físicas e no das sociais, assim como procura tratar o relativo às transformações na relação entre os usos de recursos e a viabilidade de sustentação do povoamento. O tratamento de problemas regionais é uma oportunidade ímpar para estabelecer novas pontes entre as ciências da natureza e as ciências humanas. A estruturação metodológica da análise regional surgirá de uma continuidade obtida de elementos tais como (a) um povoamento que se vê, não como simples

5 Na extensa literatura válida sobre este tema merece especial destaque a coletânea organizada por Pablo González Casanova, *América Latina: história de médio século*, 2 vols. (México, Siglo XXI, 1985). Ao tempo em que explora a originalidade de cada experiência nacional mostra as raízes comuns que provêm do mesmo sistema colonizador. A categoria colonização ganha aqui um status de contemporaneidade.

número de pessoas em geral, mas como uma nucleação dotada de cultura e história⁶; e (b) uma combinação de ativos de capital que pertencem a determinados sistemas sócio-produtivos.

Nessa última parte, a análise regional articula-se com a urbana. A urbanização é o movimento transformador do processo civilizatório, que conduz a metamorfose dos espaços sociais, dando lugar ao aparecimento de regiões. A mudança social está concentrada nas cidades. No tratamento da questão regional não se pode ficar com a visão arquitetural das cidades. É preciso enfrentá-las como campos de atividade social. Na perspectiva regional, as cidades são centros de atração de recursos e de emanação de influência, que se tornam os principais fatores de decisão na configuração das regiões. Historicamente as cidades são focos de atração de conflitos e ajustes, em que sempre surgem novas composições de classe, etnia e poder, com variadas condições de ideologia. Atribui-se grande importância aos fatores de decisão, da esfera pública e da privada, portanto, à identificação dos agentes econômicos e políticos em cada região, chegando aos aspectos de racionalidade envolvidos nas decisões que afetam cada região.

Este estudo toma como objeto central de referência a relação entre o sistema produtivo internacionalizado e focos de atividade ou sistemas locais, utilizando a análise de relações internacionais como referência essencial para situar os temas nacionais. Os problemas relativos a hegemonia e organização mundial do poder econômico são considerados como essenciais aos estudos

6 É a conceituação de população utilizada por Marx em seu capítulo sobre método em os *Grundrisse*. A visão superficial de população como rebanho serve apenas a uma ciência social positivista que toma a realidade em sua imediatez. A perspectiva cultural mostra a população como uma sociedade detentora de uma experiência e capaz de reagir em função de interesses e de tradições acumulados em sua trajetória. A perspectiva histórica da população no fundo é a da formação social, isto é, de sociedades historicamente concretas nas quais se encontra o modo capitalista de produção em convivência com outros que continuam se reproduzindo como espaços tribais.

regionais, vendo-se as nucleações regionais como fatos de poder. Reunimos algumas experiências de planejamento e de políticas regionais, para colocar as observações teóricas frente a realidades que não podemos ignorar, principalmente das nações latino-americanas, também introduzindo comparações com experiências de outros países. Dentre as experiências nacionais, o foco está na brasileira, situada em seus relacionamentos com outras nações – Estados nacionais ou não – comparando-se com experiências de outros países latino-americanos, sem descuidar de referências aos países mais ricos e em todo caso, a todos aqueles cuja comparação seja útil para compreender a experiência brasileira. As regiões concretas de que se trata aqui surgiram por determinação de relações internacionais e se realimentam em contextos de relações internacionais.

O MUNDO SOCIAL EM SUA HISTÓRIA E SEU TERRITÓRIO

A dimensão civilizacional do mundo social

O reconhecimento de uma pluralidade de civilizações obriga a rever os fundamentos ideológicos da linguagem. As denominações sinalizam o modo de pensar e estudar carregando uma carga histórica⁷. O desenvolvimento de linguagens diferenciadas reflete a pluralidade fundamental da vida social que se reflete na formação das regiões. Em cada região se encontram relações diferenciadas que reúnem ingredientes tribais, de casta e de classe, com tradições e preconceitos que são subordinados pelo capitalismo mas não são eliminados nem mesmo dominados por ele⁸. O recrudescimento de prioridades religiosas misturadas

7 No campo social é preciso reconhecer explicitamente a relação entre ideologia e linguagem, como parte de uma capacidade de realizar o significado da interpretação de fenômenos. Em seu significado pleno a linguagem é sempre uma metalinguagem. No essencial, o modo de pensar é o método, que se apresenta como modo de produzir teoria e modo de usar teoria. Na análise social sempre se utiliza alguma explicação prévia do objeto que se estuda e ela é uma teoria. A proposta de Mészáros de considerar “um fardo histórico “da civilização em si constitui uma crítica do viés simplificador da visão capitalista.

8 A análise sócio-histórica dos fanatismos não cabe no escopo deste trabalho mas seu objeto não pode ser ignorado como uma força capaz de se contrapor à modernidade do capitalismo e de desencadear reações igualmente irracionais

com fanatismos que pareciam estar superados revela limites do domínio ideológico do capitalismo e vulnerabilidade das sociedades modernas a modos ferozmente antiquados. A denúncia de um retorno à Idade Média hoje parece tímida comparada com a violência e a profundidade da ignorância dos fanatismos.

Definem a perspectiva da análise e pré-determinam o que essa análise pode revelar. Aqui substituímos a relação sociedade-natureza, que é descritiva e restritiva, por uma relação dinâmica entre o mundo social e o mundo natural, que caracteriza a interação entre esses dois componentes, onde o mundo natural compreende um componente vivo e outro mineral. A complexidade do mundo natural antecede a do mundo social, mas passa a ser atingida por ele. A filosofia Iluminista enfrentou esse problema de relação da sociedade com a natureza introduzindo duas diferenças em relação com os antigos. A primeira delas foi a pretensão de dominar a natureza, essencial na Física newtoniana e que passou a acobertar a atitude colonialista de dominar os sistemas de recursos de outras

em outros quartéis. Os acontecimentos da segunda metade do século revelaram padrões de fanatismo que se tornaram contraditórios com as pretensões de civilização dos países tecnicamente mais avançados e como manifestação de repulsa de sociedades marginalizadas pela riqueza mundial. Um artigo de Sergio Rouanet sobre os fanatismos islâmico, judaico e texano, surgido nos momentos piores da era Bush indicava a abertura de abismos que a seguir se viu serem mais profundos e extensos, com o mundo islâmico assolado pelo radicalismo da *sharia*, o mundo judaico pressionado pelos diversos grupos radicais e por diversas formas de racismo e um fanatismo bíblico associado a grandes capitais e dispendo-se a evangelizar o mundo. O fanatismo hebraico revela-se como o mais dificilmente explicável ou aceitável frente aos argumentos de civilização além de material. O trabalho memorável de Lukács sobre “o assalto à razão de Shelling até Hitler” pecava pela simplificação de ver o irracionalismo no campo europeu, antes que ele reaparecesse associado a religiões quase sempre destituídas de qualquer vestígio de teologia. Por captar massas cada vez mais numerosas, mesmo sem entrar no significado da magnificação de valores retrógrados, típica da americanização, a questão do recrudescimento dos fanatismos torna-se um tema prioritário, que corre em paralelo com a constituição de anti-poderes nas nações periféricas do capitalismo.

nações. A segunda foi a de perceber que o que se denomina de natureza é a aparência do mundo físico que se passa a ter que investigar. Hegel em sua filosofia volta a ancorar a consciência social em processos da natureza, indicando a necessidade de novo discurso da adaptação da sociedade ao meio em que se instala.

O mundo natural tem seu próprio dinamismo, que precisamos entender, para perceber o fundamento do mundo social. O mundo social enfeixa a experiência acumulada, que é incomparável e insubstituível, com a liberdade atual de agir, que onde se coloca a posição dos integrantes da sociedade frente à natureza. A relação mundo social–mundo natural nos interessa pelo modo como sustenta as sociedades concretas, isto é, como fundamenta a vida social. É uma relação interativa que se desenvolve, simultaneamente, em um plano genérico, representado pela inter-relação entre modos de organização social e formas tecnológicas e em um plano específico de experiências historicamente situadas de povos e nações organizadas. A interação entre esses dois planos é constante e as observações de ordem doutrinária precisam mostrar sobre quais bases generalizam, portanto, qual seu embasamento em experiências históricas definidas. Esta relação suscita dois problemas. Um problema relativo ao sentido de finalidade do agir da sociedade sobre o meio físico, em que se concretizam as intenções de grupos sociais organizados com seu poder de decidir sobre os meios materiais com que se intervém na natureza. Outro, relativo à dominação da natureza pela sociedade, com suas margens de poder, com suas incertezas e sua incapacidade de alterar os rumos das grandes forças naturais. Em seu conjunto, estas duas observações revelam um problema fundamental de método na abordagem dos estudos regionais, no que eles utilizam generalizações conceituais que se apóiam em pressupostos da relação entre o mundo social e o mundo natural. São diferentes condições de generalização, relativas ao mundo natural e ao mundo social, que obrigam a encaminhar esta análise a partir do mundo vivo, mas adiantando procedimentos sobre como tratar as incidências de sua esfera sobre a outra.

O problema metodológico de controle de generalizações estende-se à identificação de leis explicativas e à formulação de modelos simplificados de explicação, que logicamente depende dos anteriores. As implicações de fundamentos teóricos na elaboração e na operação de modelos constituem um problema de lógica que não pode ser ignorado⁹. A inter-relação entre organização social e formas tecnológicas é uma linha móvel, que se desloca segundo as tecnologias são incorporadas aos modos de vida e se acumulam avaliações do uso das técnicas disponíveis. A grande dificuldade neste caso vem de não se reconhecer o fundamento social da tecnologia. Uma vez assimilada, uma tecnologia passa a ter um significado de experiência e de ideologia, tal como aconteceu com a tecnologia da cerâmica utilitária, que atravessa as diferentes etapas da produção artesanal e da industrial e com a de fabricação de tapetes, em que a separação entre artesanato e indústria abre espaço para uma produção artística. A percepção histórica dos processos da técnica frente aos da ciência dá lugar a uma capacidade crítica que o principal sinal da maturidade do pensamento social.

O desenvolvimento dessa capacidade crítica é o traço fundamental da ciência moderna no que ela se tornou uma proposta de reconstrução do mundo pensado¹⁰, tal como se observa na diferença entre a atitude de Francis Bacon e de Galileu Galilei frente ao problema de criar conhecimento novo e a de intelectuais como Nicolas de Cusa e Guilherme de Okham, que representaram uma crítica de análise formal, entretanto presa à primazia do princípio

9 Cabe ver a pequena grande obra de Morris Cohen, *An introduction to logic* (N.York, Harcourt & Brace, 1968).

10 Duas obras marcantes podem ser citadas nesse contexto. De Alfred Whitehead, *Proceso y realidad* (Buenos Aires, Losada, 1956) que constitui um esforço neo-platônico de conceber a realização social como produto dessa relação natural. De Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, *A nova aliança*, (São Paulo, UNESP, 1996)

da totalidade lógica, infenso ao desenvolvimento de mecanismos particulares de raciocínio.

Frente aos problemas ontológicos da totalidade, a ciência moderna caiu em sua própria armadilha, ao limitar suas possibilidades de conhecer às condições de certeza. Porque não ver na incerteza uma fonte de conhecimento? Não se trata de deslocamentos das condições de incerteza como e enquanto contraste com a progressão de certezas? Se aceitamos que o conhecimento disponível é, por definição, limitado, a incerteza se define como o meio de passagem de uma situação a outra, portanto, são incertezas específicas. O fundamento na teoria kantiana do conhecimento não exige dessa indagação radical de método, como ficou claro na identificação de ser com conhecer e com viver em Hegel. No campo social as limitações das certezas não estão nas condições de demonstração, como Popper pretende para o campo da Física com sua certeza conjectural. No mundo social os achados das pesquisas se defrontam sempre com um ajuste incompleto entre a esfera da subjetividade e a objetividade das afirmações. Tal ajuste – ou falta de ajuste – decorre das condições históricas em que acontecem os processos que se estuda e das situações históricas em que eles são estudados.

O desenvolvimento da sociedade mercantil moderna desde o século XV e o da produção industrializada desde o início do século XIX, modificaram de modo irreversível a relação entre sociedade e meio físico, sujeitando-a ao aumento da população total e à aceleração da renovação tecnológica. A perspectiva de um esgotamento de maior número de recursos torna-se parte do referencial da prática da produção que obriga os economistas a considerarem a hipótese de escassez absoluta como mais representativa que sua habitual noção de escassez relativa. A industrialização é muito mais que a assunção de formas técnicas, é a primazia da repetição e da generalização de procedimentos padronizados, em que o desperdício e a subutilização da capacidade instalada são condições inerentes ao aumento de escala da produção. Estas características, que foram trabalhadas, respectivamente, por Paul Baran (1956)

e por Ignácio Rangel (1960) denotam contradições da eficiência do sistema produtivo, que aparece em seus números finais, mas não informa sobre seus custos em termos de desgaste de recursos não renováveis. No entanto são elementos de juízo necessários na análise regional, onde teremos que tratar com uma totalidade absoluta e com totalidades relativas.

Em seus fundamentos, a análise regional é uma variedade da análise social, que considera explicitamente as implicações de territorialidade da vida social, portanto, que atribui determinadas qualificações à relação sociedade - meio físico, tomando-a como eixo de transformações sociais. Significa entender a natureza como expressão visível do mundo físico, portanto, que se transforma, bem como entender sociedade como um conjunto que se transforma segundo experiências vividas. Tal abordagem, portanto, varia segundo muda a compreensão da ciência, e segundo as alterações da visão essencial da ciência são absorvidas pelas leituras disciplinares da compreensão científica. Mudanças na compreensão de natureza que vêm desde Whitehead (1959)¹¹ e que são incorporadas pela abordagem ecológica, tornaram-se parte essencial de uma revisão da compreensão de natureza para a análise regional.

A análise regional trata com aspectos concretos da realidade social. O processo social acontece em lugares concretos; e sua continuidade ou descontinuidade modificam o espaço de diferentes modos, ensejando novos modos de convivência entre a sociedade e seu meio natural, que engloba o componente mineral, o botânico e o animal¹². Assim, a espacialidade do social é a primeira

11 A revisão da compreensão de natureza é um capítulo necessário na construção de uma análise regional que se coloque numa perspectiva científica, onde é imperativo trabalhar com as restrições do mundo físico e do mundo social. Há um longo percurso de reconstrução desse conceito desde um ensaio de Alfred Whitehead até as leituras de hoje sobre os processos do ambiente.

12 Os processos interativos entre os componentes do mundo natural estão cobertos pela Ecologia em seu sentido mais amplo e não cabem apenas na Biologia nem na Geologia. Ver, por exemplo, Odum e Barrett (2007)

referência na análise da relação sociedade - meio físico, cabendo admitir as seguintes observações:

- a. A relação mundo social-mundo natural resume relações entre dois âmbitos – o social e o natural – em que cada um dos dois tem um dinamismo próprio, e interagem, com diferentes intensidades e velocidade; e em que as ações no campo social constituem a base da análise social espacializada. Concretamente, o dinamismo do meio físico realiza-se segundo leis próprias da ecologia, que são alteradas pelas intervenções sociais; e o dinamismo do social cumpre-se mediante manifestações diferentes e interdependentes, reproduzindo relações sociais e modificando os modos como as sociedades interferem no plano físico. Para avançar em uma análise regional atualizada, isto é, que incorpore as conquistas das últimas décadas em crítica dos processos sociais, é preciso refazer o caminho da compreensão de natureza e de ecologia, bem como de recuperar a pluralidade negada dos processos sociais.
- b. A relação entre o mundo social e o mundo natural se realiza de diferentes modos, segundo os termos dessa relação se mantém mais ou menos constantes, mas a expansão da presença do grande capital no sistema produtivo faz com que ela seja basicamente instável. Entende-se que os espaços regionais variam em densidade e extensão, ao tempo em que as relações inter-regionais tornam-se menos imediatas e se realizam em espaços virtuais. Nesse contexto, torna-se inevitável reconhecer que as conceituações de região baseadas em relações imediatas – relação custo/distância ou relação moradia/local de trabalho – tornam-se menos importantes, por não dizer irrelevantes.
- c. No desenvolvimento deste raciocínio, adverte-se que o tratamento dado a esta questão frequentemente separa o ingrediente social de seus condicionamentos físicos;

que se introduzem pressupostos não criticados sobre a espacialidade, como se ela não variasse; e procura-se limitar a análise social à forma explícita dos processos, sem questionar como as relações refletem o processo durante sua realização. Por exemplo, estudar as relações entre cidades de diferentes tamanhos em vez de estudar como a relação sociedade - meio físico leva a esta ordem de tamanhos de cidade e não a qualquer outra, ou como as relações sociais refletem, diariamente, as intervenções sobre o meio físico.

Para desenvolver uma análise com potencial crítico desta questão, é preciso levar em conta a mobilidade espacial das sociedades, com sua territorialidade, que às vezes tem sido variante e em outras vezes tem sido invariante. Muitos povos tiveram e têm tido territorialidade precária, variando de nomadismo a assentamentos inseguros e de passagem; e que muitos outros têm sofrido significativas modificações em seu território, sem terem sua identidade ameaçada. As intermináveis modificações do mapa da Europa refletem problemas acumulados durante séculos na formação de Estados nacionais junto com outros processos contemporâneos de poder, tal como aconteceu com o desmembramento da Iugoslávia. Os exemplos incluem os deslocamentos atuais de povos antigos, como os judeus e os palestinos, bem como as grandes migrações de povos centro-asiáticos na Europa. Principalmente, é preciso criar consciência de que a formação do povoamento do continente americano é, principalmente, de povos que se deslocaram sobre sua territorialidade. Os quéchuas – que foram a nação predominante no Império Incaico – expandiram-se e construíram seu império apenas 200 anos antes que chegassem os espanhóis. Os aztecas – que constituíram a última leva de migrantes nahuas - formaram seu reino nos séculos XIV e XV, pouco antes que chegassem os espanhóis. Os tupinambás acabavam de chegar à costa quando se enfrentaram com os portugueses. Todas as hipóteses sobre a América pré-ibérica apontam

a uma movimentação migratória intensa, destacando-se movimentos norte-sul na América do Norte e movimentos variados, muitos deles na direção sul-norte na área andina. Cada vez há mais elementos da proto-história e da pré história que acentuam os contactos entre povos americanos nesse mundo pré ibérico, bem como descobrem-se movimentos migratórios que desmentem as hipóteses mais consagradas de povoamento.

A crescente integração de informações e das comunicações em geral, junto com o aprofundamento da perspectiva do tempo histórico – nos últimos cem anos a história aprofundou-se em uns 5.000 anos e a pré-história em 2 milhões de anos - passou a incluir registros de maior número de povos e de assentamentos. Isso obriga a raciocinar de modo independente do pensamento formado a partir das perspectivas e do etnocentrismo europeu. Uma visão mais acurada do passado histórico e proto-histórico obriga a substituir essas pretensões de etnocentrismo por posições cientificamente justificadas.

O fundamental é ver que os processos sociais engendram uma territorialidade própria; e que os processos sociais criam espaços que se sobrepõem a outros anteriormente estruturados. A densidade dos espaços socialmente estruturados decorre de seu espaço-tempo e de sua complexidade atual. Por exemplo, cidades como Roma sobrepõem-se a outras, inclusive criando a falsa impressão que são uma atualização das anteriores. A Cidade do México fez-se como uma negação da anterior Tenochtitlán, mas veio a ser uma reprodução de uma série de camadas históricas de urbanização que se perdem na última grande erupção vulcânica, não antes de 3.000 anos. Há inúmeros elementos arqueológicos a sustentar esta ênfase nos componentes milenares da formação mesoamericana, que distinguem a densidade social da Cidade do México da de São Paulo e de Buenos Aires.

A construção de uma visão americana própria da história e da formação regional tornou-se um requisito necessário, para um trabalho científico neste campo, isto é, no sentido em que se sustente no conhecimento existente da matéria. A busca de uma

visão americana e mais diretamente, latino-americana do tema conta com diversas contribuições importantes para a explicação da atualidade, tanto a visão interna, de latino-americanos¹³, como uma visão externa desse problema interno, por parte de estudiosos de outros países¹⁴. Enfrentam-se problemas progressivamente mais complexos, em parte porque a valorização de povos indígenas se traduz em novas ilações sobre a complexidade dos corpos sociais e em parte os estudos de dinâmica das populações.

Assim, destaca-se que os processos sociais geram uma territorialidade própria, que carrega outra identidade, mesmo quando herdando das anteriores. No México e no Peru a urbanização atual sobrepõe-se a outras anteriores, e em casos como a Cidade do México, inclui elementos de culturas cujos nomes sequer são conhecidos¹⁵. A tese de Darcy Ribeiro de que as novas modalidades culturais se fazem com elementos das anteriores, mas já

13 Alguns nomes podem ser destacados dentre outros, como os de Mariano Picón Salas, Celso Furtado, José Vasconcellos, Alfonso Reyes, Leopoldo Zea, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro. No relativo à história urbana há poucas contribuições fundamentais, mas se destaca uma notável contribuição de Jorge Enrique Hardoy.

14 Citam-se Eric Wolf, Richard Morse, H. Disselhoff, Jacques Soustelle, Lévy Strauss e muitos outros. É importante ver como os olhares europeus caminharam na direção de tentativas de síntese enquanto os olhares locais insistiram na diversidade e mesmo na substituição dos novos valores civilizatórios americanos pelos antigos dos escravizados.

15 O caso mais famoso é o do conjunto de pirâmides e avenidas de Teotihuacan, que é um nome posto pelos aztecas, que de fato foram o grupo mais recente de náhuas que chegaram ao Vale do México, mas que sequer sabiam quem tinha habitado aquela área urbana. Pesquisas realizadas desde a década de 1930 registraram a presença daquela civilização teocrática até Honduras. Mas são inúmeros exemplos que gradualmente descobrem a antiguidade da história da América, principalmente no México, na Guatemala, no Peru e na Colômbia, onde têm surgido elementos de civilizações ignoradas. Na mesma direção vai a recuperação das relações da América proto-histórica com os povos do Pacífico, cujas migrações apenas começam a ser mapeadas. Os novos descobrimentos da arqueologia que esboçam a pré história no Brasil e que ajudam a derrubar a tese pouco imaginativa do povoamento da América pelo Estreito

destituídos de sua identidade cultural inicial, parece válida mas precisa ser qualificada à luz do que ressurge como um indigenismo portador de continuidade cultural¹⁶.

A organização regional da grande região andina passou por diversas experiências civilizacionais anteriores à identificada com o Império Incaico, assim como aconteceu na Mesoamérica. As questões relativas à unificação desse grande espaço deverão ser revistas, inclusive, como argumento no relativo à recomposição dos espaços nacionais modernos. As relações entre os povos americanos antes da invasão ibérica compreenderam relações a longa distância, que podem ter incluído o atual território brasileiro.

Subjacente nas colocações de análise social regional está o pressuposto de que as diferenças de estabilidade na relação sociedade-meio físico projetam-se em consequentes diferenças na possibilidade de que se chegue a constituir países na acepção moderna do termo. Subjaz, também, a percepção de que quase todos os países novos foram formados a partir da ocupação de um território, tal como o Brasil, a Argentina, os Estados Unidos, comparados com países mais antigos, que se formaram da agregação de regiões anteriores, tal como a França, a Itália, a Espanha, a Alemanha, a Grã Bretanha e outros. O único plenamente autóctone e formado de agregação regional é a China.

As condições históricas objetivas para denominar a análise social de regional surgem quando ela se refere a processos em que a criação de espaço torna-se parte da reflexão social, *quando as diferenciações surgidas nos movimentos gerais de territorialidade revertem como elementos ativos da formação social*. É uma análise que se desenvolve a partir daqueles pressupostos de estabilidade territorial, sob os quais é válido esperar que os efeitos dos processos sociais no meio físico são cumulativos. Por exemplo, que o

de Behring, podem por uma pá de cal definitiva na abordagem defensiva do povoamento e das civilizações americanas.

16 É preciso reconhecer que há uma armadilha nessa tentativa de síntese do mundo americano que gira em torno

manejo de solos numa região produtora de grãos, a concentração de irrigação e de transportes são mutuamente compatíveis e convergentes com um mesmo esquema de produção.

Assim, as preocupações com as questões próprias da relação sociedade- meio físico têm que ser tratadas a partir de uma percepção secular das transformações do meio físico, numa escala de tempo suficiente para abranger aquelas modificações desse meio físico que são produzidas por diferentes modelos econômicos, que finalmente permitirão observar a continuidade da ação social no meio físico, desde os esquemas pré- industriais das sociedades escravistas, até os esquemas conduzidos pelas sociedades da produção industrializada. As principais dificuldades para chegar a esse resultado provêm do viés do modo de pensar, portanto de analisar, da sociedade industrial, que projeta seus pontos de vista na interpretação das sociedades não industrializadas. Tal viés significa uma distorção do fundamento cultural da modernização, além do desconhecimento das práticas e das instituições das sociedades não centrais.

A fragilidade dessa visão industrial do meio físico evidenciou-se nos três últimos decênios, como consequência da aceleração dos efeitos da ação social no meio físico, consequente do aumento da população mundial e da aceleração na difusão de tecnologias, que aumentaram rapidamente o consumo de energia. Essas tendências tornaram a economia mundial ecologicamente mais agressiva, agravando os problemas da incerteza inerente ao meio físico¹⁷. Até praticamente 1950 não se levavam a sério os efeitos de ruptura dos ciclos próprios da reprodução do meio

17 Neste trabalho distingue-se a incerteza inerente ao modo de reproduzir-se da natureza, da indeterminação própria das situações em que o conhecimento disponível é reconhecidamente insuficiente para sustentar interpretações – como no caso de enfermidades raras – e dos riscos inerentes a empreendimentos. A incerteza é a aceção mais genérica, que se reconhece em *todos* os comportamentos prévios à ação social.

físico. As políticas públicas, o planejamento em geral, público e privado, pautava-se pela visão industrial de controle da natureza.

O desenvolvimento científico das décadas de 1950 em diante impôs, praticamente, a eclosão da visão ecológica do processo social, dando novas conotações à questão regional. A conferência de Estocolmo de 1972 foi um marco desse movimento, iniciado em Founex na Suíça em 1968 e consolidado na conferência do México de 1971. A perspectiva regional, além de não poder limitar-se mais a ser apenas formal, passou a ter que integrar a dimensão ecológica. Desde então os ecossistemas, os corredores de biodiversidade, passaram a ser registros de regionalidade. No entanto está claro que a temática ecológica não esgota a das regiões e que uma teoria regional antes que tudo tem que ser historicamente representativa de processos que abrangem o meio urbano e o rural¹⁸.

A visão industrial do meio físico também envolve uma simplificação da análise econômica, de apoiar-se exclusivamente em situações de escassez relativa, não reconhecendo a escassez absoluta subjacente no esgotamento dos recursos. Dado esse pressuposto, o sistema produtivo se move em uma única direção, que é dada por uma tendência à entropia – perda relativa de recursos e de energia – mas que não se supõe que chegue a uma perda total de recursos insubstituíveis, quando surgiria uma situação de escassez absoluta. Aí se visualiza uma ruptura forçosa dos padrões de acumulação de capital e uma desvalorização irreversível do trabalho.

Entretanto, esses problemas de quebra dos ciclos de reprodução do meio físico colocam, justamente, em novos termos as questões de escassez absoluta, de esgotamento de recursos naturais, destruição de rios e de solos. Entram aí os aspectos irreversíveis

18 No Brasil apareceram alguns autores que negam a consistência do conceito do rural como se ele houvesse sido evaporado pela urbanização. Ao simples olhar da realidade nacional essas teses não merecem maior atenção.

de perda de biodiversidade e de concentração da poluição, que separam a reprodução do mundo pré-industrial do mundo da produção industrializada.

A impossibilidade de continuar trabalhando com pressupostos de recursos sempre substituíveis coloca novos problemas de reordenamento dos sistemas de produção, para adequar-se aos problemas de entropia e de custos ambientais crescentes. Daí, a necessidade de rever as bases das análises de custos/benefícios, que trabalham com horizontes de tempo contínuos, não com horizontes móveis de espaço-tempo. A relação sociedade – meio físico resume uma complexa interpenetração desses dois âmbitos, que se reproduzem a diferentes velocidades, segundo leis que lhes são próprias.

O mundo em perspectiva ecológica

Por perspectiva ecológica entendemos a visão social do mundo como interação entre energia e matéria, que se manifesta em circuitos de conexões entre os componentes mineral e vivo. A visão ecológica do mundo é, essencialmente, de movimentos de circuitos, entre diferentes formas de matéria, portanto, a visão de um dinamismo situado no tempo, que se realiza em espaços delimitados. Mas esses processos são significativos quando são observados na perspectiva do mundo social. É a visão da natureza na perspectiva da sociedade e não deve ser uma visão da natureza alternativa à da reprodução social. A visão ecológica trata com a reprodução de formas de vida, mas não tem como julgar, por exemplo, se a diminuição da variedade de espécies vivas foi necessária para a reprodução da vida humana, nem tem como definir se a atual perda de espécies será determinante da reprodução social no futuro próximo. O essencial da visão ecológica é seu caráter integrador a partir do mundo vivo, portanto, criando novas pontes entre a esfera social e a animal em geral. A visão ecológica representa um desafio, justamente, pela necessidade de incorporar uma leitura de relações de poder que condicionam o modo social de tratar com a natureza. No entanto, o mundo vivo contém a

diferenciação fundamental entre o mundo biológico e o social. A diferença entre social e a do vivo em geral é a acumulação de experiência, a consciência social, refletidas nas falas dos homens.

A produção de espaço

A compreensão do espaço

A noção de espaço é fundamental na análise social em geral, já que o agir social se realiza em seu próprio espaço-tempo, inserido no espaço-tempo da sociedade como conjunto¹⁹. A vinculação da noção de espaço à atividade social obriga a vincular a noção de continuidade do espaço à da continuidade de fato do processo social. Desta última continuidade decorre uma noção de espaço histórico, ou de espaço historicamente constituído. Por exemplo, o espaço da experiência grega foi um território que ficou identificado com a noção que temos de Grécia, mas que na verdade é uma designação posterior à experiência a que nos referimos e variou muito, sem entretanto jamais de conter uma maior densidade dessa experiência na Ática e no Peloponeso.

Daí, a noção de espaço contém a de lugar: de um lugar que é enriquecido pela continuidade da atividade social. Assim, são duas dimensões complementares, a de lugar dos acontecimentos e de aprofundamento histórico dos lugares onde os eventos acontecem. Essas duas dimensões sugerem uma análise mais detalhada das condições específicas em que se realiza a transformação imposta pela atividade social no território. Por exemplo, a cidade de Alcântara representou a presença portuguesa no Maranhão, enfrentando a São Luís dos franceses. A expulsão dos franceses e transformação de São Luís em cidade portuguesa, esvaziou Alcântara de sua anterior função. Hoje, quando Alcântara volta ao mapa pela instalação do centro aeroespacial de Barreira do

19 Bertrand Russell, *O abc da relatividade*

Inferno, é em função de outra experiência, que não tem continuidade alguma com sua função original. Não houve continuidade que mantivesse a população inicial em seu lugar.

Distinguem-se, portanto, os diversos tipos de espaço socialmente produzidos, envolvendo sua inserção na organização social, onde estão os diversos tipos de ambientes rurais e urbanos, com suas conotações de tecnificação e de capitalização. Os espaços urbanos são sempre os que podem diversificar-se mais que os rurais. A diversificação se acentua no meio urbano e há diferentes tipos de espaços urbanos; e não se pode dizer que haja uma regra para determinar com segurança a partir de qual tamanho um assentamento se torna uma cidade. Numa sociedade pouco capitalizada como as latino-americanas, pode ser aceitável a regra de que uma cidade deve ter pelo menos 10.000 habitantes, que é o limite habitualmente utilizado na América Latina. Mas num país em que as relações entre pessoas e famílias estão plenamente capitalizadas e tecnificadas, um aglomerado de 4.000 pessoas pode ser muito urbano em seus modos de funcionar, no capital social de que dispõe e em suas atitudes.

Ao tratar dos aspectos físicos do urbano e do rural, entram os aspectos de superfície e de volumetria. Diferentes condições de verticalização representam as densidades das formas de ocupação. É fundamental distinguir entre os espaços urbanos que se organizam como volumes, com crescimento em verticalização e os espaços rurais, cuja principal diferenciação acontece no plano superficial, onde, portanto, o adensamento do espaço urbano é a principal referência que passa para a análise regional.

A questão da produção de espaço é fundamental na análise regional atualizada, para distinguir as diferenças dos efeitos das diversas atividades, por seu potencial de criar adensamento do espaço e pelos umbrais de custos que esses umbrais representam.²⁰

20 Cristovão de Cassio de Brito, *A produção de escassez de espaço urbano em Salvador...* Mestrado em Geografia, UFBA, 1998.

A produção de espaço se expressa em extensão e em adensamento. A extensão dos espaços - ampliação da área cultivada ou ampliação da área urbanizada, ou ampliação da área de comércio - pode resultar em espaços menos densos de eventos. Mas o adensamento dos espaços justamente refere-se à maior intensidade de eventos, tal como acontece quando os espaços agrícolas são mais intensamente cultivados, ou quando os espaços urbanos tornam-se mais densos em eventos, não só quando estão mais intensamente construídos. A mesma noção aplica-se às áreas de comércio, quando há um aumento das transações efetuadas.

O adensamento dos espaços pode ser visto como sua verticalização. O fundamental é que a verticalização na produção de espaço está regulada por umbrais tecnológicos próprios de cada setor de atividade: a indústria está organizada com pouca verticalidade, assim como os transportes. A verticalidade urbana fica por conta - bancos e comércio em geral e prestação de serviços - e da moradia urbana, constituindo o principal público dos grandes edifícios. Assim, a produção caminha a par com a construção das cidades e da economia rural, notando-se que a produção de espaço traduz-se numa composição de espaços diferenciados e complementares, refletindo, finalmente, a própria estruturação das cidades.

Assim, nesta análise é preciso levar em conta as características dos espaços urbanos, bem como, adiante, de considerar a “urbanização” dos espaços que não são reconhecidos como de cidades. Pequenas localidades que levam vida plenamente urbana e são cada vez mais frequentes inclusive em novas nações ascendentes. O poder germinativo dos espaços urbanos é a característica das grandes cidades, que se tornam como âncoras na formação das regiões. Os espaços urbanos são sempre heterogêneos e dotados de certas características funcionais²¹.

21 Neste ponto cabe introduzir e adaptar o exemplo usado por Paul Virilio em *O espaço crítico*, dos aeroportos, que são espaços altamente heterogêneos e em rápida transformação, mas unido por um sentido comum de finalidade.

A complementaridade entre os edifícios e com os espaços de circulação humana, os espaços ocupados pelos sistemas de transportes e os locais de trabalho, reflete a organização atualmente dominante na cidade e o modo específico como ela se sobrepõe a outros modos de organização, antes dominantes. Assim, é fundamental ressaltar o aspecto de estruturação que é inerente a qualquer cidade em seu funcionamento atual. Isso é o que distingue as cidades pré-industriais, as da localização de indústrias e as cidades de concentração de serviços de alta tecnologia.

Em cada um desses tipos de cidade há condições específicas de organização da moradia, do trabalho e do lazer, que dão pesos diferentes a cada uma das soluções físicas atribuídas à prestação de cada uma dessas funções. Por exemplo, a base física da circulação de transportes ganha novo peso, à medida que proliferam bairros que separam a moradia dos locais de trabalho; e os custos econômicos da construção de sistemas de serviços públicos de transportes são separados dos custos sociais da construção de habitações.

A produção social de espaço

A questão central aqui consiste em saber como se produz concretamente o espaço social. Isto implica em duas vertentes de análise: na que se ocupa das formas físicas dos assentamentos humanos, compreendendo cidades, sistemas de infra-estrutura; e a que se ocupa dos efeitos físicos das mudanças sociais. Munford²², por exemplo, fez um retrospecto da história dos assentamentos humanos mediante a análise de sua configuração. Na outra

22 Lewis Munford, em *The culture of cities* e em *City in history*. Munford trabalha com a internalização de cultura própria de cada cidade; e mediante as diferenças nos modos de organização social, encontra elementos peculiares e elementos generalizáveis de cada cidade.

linha, estão contribuições de Adam Smith²³, de Marx, de Toynbee e diversos outros que discutiram processos criadores de espaço. Outros ainda, como Braudel e Chaunu²⁴, reconstruíram a percepção de espaço utilizando o referencial de processos econômicos e de localização de eventos econômicos, em que já se registra a reciprocidade entre a criação de espaço e o condicionamento dos processos sociais.

Há, portanto, uma dificuldade teórica, que aparece com novo tipo de fenômenos espaciais não localizados²⁵. Trata-se de um universo de relacionamentos que se abre com a disponibilização de informações e com a redução dos tempos entre decisões e entre decisões e implementação, em que o progresso tecnológico deixa de girar em torno da solução de problemas fabris, para desenvolver-se mais em torno dos problemas do desenvolvimento da prestação de serviços.

23 Adam Smith na *Riqueza das Nações...* analisa o papel das cidades na formação da influência das nações que se assomavam no período de ascensão das indústrias.

24 Pierre Chaunu, *A história como ciência social* retrata a formação de espaço de organizações de uso de recursos ensejadas por determinadas mercadorias predominantes.

25 A hipótese do especial não localizado aparece na Física com a contribuição de John Bell e torna-se um argumento valioso para os estudos regionais, quando se considera a situação de povos sem território próprio, como os ciganos.

CONCEITUAÇÃO E MÉTODO NOS ESTUDOS REGIONAIS

Aproximação ao método

Trata-se neste ponto de uma abordagem da questão regional objetiva e não de uma análise das doutrinas sobre as questões regionais. O objeto de estudo é a realidade social em espaços demarcados que se identifica como regiões e não de teorias, do campo físico ou do social, portanto, onde são mais importantes as inter-relações entre essas duas esferas que a demarcação dos territórios de cada uma delas. A discussão sobre método se define frente aos processos históricos e não em relação com as teorias. As teorias são vistas como respostas a problemas regionais reconhecidos pela sociedade. Sua validade, portanto, depende de sua capacidade explicativa e não só de sua consistência lógica formal²⁶. A consistência formal da teoria revela-se insuficiente, pelo tacitamente se

26 Distinguímos a consistência formal de um conjunto de proposições teóricas de sua consistência com o mundo real, que é sua consistência material e sua relevância frente a problemas que se enfrenta.. Isto significa que uma análise logicamente consistente pode não ser materialmente válida e pode não ser relevante. Para os estudos regionais é preciso encontrar soluções de método que sejam materialmente consistentes e que sejam relevantes.

descartam análises de tipo estático e marginalistas²⁷. No estudo das realidades regionais é preciso referir-se à unidade histórica das experiências da sociedade. Por exemplo, a Bahia é uma região na medida em que essa expressão denota uma determinada experiência espacialmente identificável. As antigas regiões formadas em torno da produção de açúcar só puderam manter uma identidade regional no que foram capazes de fixar como principais atividades que foram secundárias, ou quando foram capazes de incorporar novas atividades capazes de substituir as iniciais.

Na abordagem da temática regional começa-se por reconhecer, primeiro o espaço-tempo genérico, comum ao campo físico e ao social; e logo, o espaço-tempo da história - a historicidade - dos processos sociais como dos processos físicos. A própria noção de espaço-tempo é a do tempo dos acontecimentos, portanto, que sempre envolve uma referência à espacialidade e à temporalidade dos fenômenos da natureza. Por exemplo, qualquer visão de regionalidade da África envolve referências implícitas à formação e transformações do deserto do Saara e ao atual ressecamento da região subsaariana, tanto como qualquer referência à regionalidade do Brasil precisa reconhecer a expansão da área de influência das secas²⁸. Mas não há fundamento algum em supor que essas tendências não possam ser alteradas ou mesmo revertidas.

27 No relativo à abordagem econômica dos problemas regionais esta rejeição aos métodos da economia marginalista envolve igualmente a corrente neoclássica e a keynesiana, já que ambas são essencialmente estáticas e partem de pressupostos incompatíveis com os estudos regionais, tais como são a escassez relativa e dotações invariantes de recursos naturais. Observa-se que a economia da ecologia não tem como aceitar esses pressupostos que tacitamente negam a originalidade das transformações do mundo natural.

28 Se o Saara foi uma região boscosa que se tornou seca em 8.000 anos, assim como o Nordeste foi uma região úmida e boscosa há 20.000 anos, surge uma pergunta inevitável, se o clima dessas regiões pode reverter a sua situação anterior, abruptamente ou gradualmente, bem como se sua atual aridez se agravará inevitavelmente. Referências da ordem natural são imediatamente importantes, dado o fato de que este semi-árido nordestino é o mais populoso do mundo.

A análise dessa espacialidade histórica tem que ser qualificada. Pode ser descritiva ou interpretativa. Pode ser restrita, na visão positivista, ou interpretativa, numa visão histórica. Restrita aos dados imediatos dos problemas ou ampla, para registrar as causas que os determinam. Pode ser uma visão uni disciplinar ou multidisciplinar. Pode ser estática, ou dinâmica formal ou histórica. Ainda, pode ser uma análise sincrônica ou diacrônica. Finalmente, pode tomar as regiões como fenômenos próprios ou como parte de conjuntos maiores. Uma questão que necessariamente se coloca na América refere-se à composição de regiões em períodos anteriores às invasões européias do século XVI e aos parâmetros que elas podem representar na constituição regional da América de hoje. Quanto, por exemplo, será conveniente usar estudos do povoamento antigo como ajuda no planejamento urbano de hoje. A relação entre soluções urbanas e soluções habitacionais indica a conveniência de trabalhar com soluções mais amplas que as da produção industrializada.

Na abordagem da temática regional começa-se por reconhecer, primeiro o espaço-tempo genérico, comum ao campo físico e ao social; e logo, o espaço-tempo da história - a historicidade - dos processos sociais como dos processos físicos. A própria noção de espaço-tempo é a do tempo dos acontecimentos, portanto, que sempre envolve uma referência à espacialidade e à temporalidade dos fenômenos da natureza. Por exemplo, qualquer visão de regionalidade da África envolve referências implícitas à formação e transformações do deserto do Saara e ao atual ressecamento da região subsaariana, tanto como qualquer referência à regionalidade do Brasil precisa reconhecer a expansão da área de influência das secas. Mas não há fundamento algum em supor essas tendências não possam ser alteradas ou mesmo revertidas. No fundo, é a mesma linha de argumentação que leva a questionar quanto a selva amazônica se manterá ou se sua permanência está sujeita a modificações igualmente radicais.

A análise dessa espacialidade histórica tem que ser qualificada e encaminhada por uma linha consistente de interpretação

que supere variações aleatórias. Precisa-se de uma análise regional que trabalhe com fatores de mudança e não se limite a registrar modificações. Se não, esta análise pode ser descritiva ou interpretativa. Pode ser restrita, na visão positivista, ou interpretativa, numa visão histórica. Restrita aos dados imediatos dos problemas ou ampla, para registrar as causas que os determinam. Pode ser uma visão unidisciplinar ou multidisciplinar. Pode ser estática, ou dinâmica formal ou histórica. Ainda, pode ser uma análise sincrônica ou diacrônica. Finalmente, pode tomar as regiões como fenômenos próprios ou como parte de conjuntos maiores.

Parafrazeando Weber²⁹, pode-se dizer que as opções relativas a esses pontos dependem dos interesses, do conhecimento e das informações dos agentes que intervêm nas regiões. Objetivamente o comportamento dos agentes econômicos reflete uma combinação de suas tradições e preconceitos e de seus interesses. Seu “espaço” urbano afeta seu modo de reagir frente a fenômenos que atingem sua sobrevivência e sua capacidade de acumular riqueza. Compare-se, por exemplo, o comportamento de comerciantes submetidos ao risco da marginalidade, com o de outros comerciantes, com capital equivalente, que operam em lugares em que sua integridade não é ameaçada.

A análise regional trata com situações concretas, em que os agentes reagem aos dados específicos da inserção de seu grupo em seu contexto social. Pequenos e grande produtores agrícolas num mesmo cinturão verde reagem de diversos modos, frente a problemas tais como relações com compradores, e capitalização dos estabelecimentos. Assim, trata, de fato, com aquelas combinações de elementos estruturais e de conjuntura que configuram o momento de sua inserção em certos momentos específicos da vida da sociedade.

29 Max Weber, *Classe, estamento, partido* em *Ensaio de Sociologia*. Diz Weber que para ser capitalista é preciso ter patrimônio, saber usá-lo e ter a oportunidade de fazê-lo.

Antecedentes conceituais

A análise regional enfrenta um problema fundamental da ciência contemporânea, de rearticulação do conhecimento do campo social com o do campo físico³⁰. Principalmente, há um problema de compatibilização dos movimentos de expansão do conhecimento desses dois grandes campos. Por isso, inevitavelmente, somos levados a considerar uma crítica das formalizações teóricas que sustentaram aquele corpo doutrinário que se passou a considerar como uma teoria consolidada do campo regional. O foco dessa crítica será a teoria regional de origem na economia marginalista, que está representada por autores como Von Thunen, August Lösch, Walter Cristaller no plano de uma explicação sistemática e autores que trataram de mecanismos regionais, como Walter Isard, William Alonso e outros³¹. Nesse sentido, há uma série de conceitos a serem revisados.

Primeiro, é preciso substituir a noção de espaço como campo neutro, na versão newtoniana-cartesiana, que fundamenta a ciência empírica-positivista, por uma visão de espaço compatível com a ciência atual, que liga a noção de espaço à de tempo: o tempo do espaço, ou o espaço que corresponde à duração dos acontecimentos. Assim, aquela noção positivista de espaço compara-se com a visão de Aristóteles, que vê o espaço como lugar onde *acontecem* eventos;³² e com a de Kant que vê espaço, tal como tempo, como as categorias do pensar o discurso científico.³³ Assim, também, é preciso contrastar o ambiente da mecânica clássica com o da

30 Diversos autores podem ser consultados, que refletem a trajetória dessa discussão. Destacam-se, Erwin Schrödinger. *Que é a vida?*, Werner Heisenberg, *Física & Filosofia*; Boaventura Sousa Santos, *Pela mão de Alice* e outros, como o trabalho de divulgação, especial, de Fritjof Capra, *Ponto de Mutação*.

31 Destaca-se a crítica dessa teoria regional de base marginalistas feita por Jean Paul de Gaudemar em seu *Movilidad del trabajo y acumulación de capital* (1977).

32 Aristóteles, *Metafísica, Livro III, Obras completas*, Madrid, Aguilar, 1956.

33 Emanuel Kant, *A crítica da razão pura*, Buenos Aires, Losada, 1958.

mecânica quântica, assumindo o relativismo dos grandes movimentos sociais.

Além disso, a conceituação de espaço é inseparável da de limite. Os espaços não podem ser infinitos. Consideram-se as concepções política, estética e matemática. A própria palavra vem de *limes*, que exprime a concepção romana de uma linha divisória móvel. No plano estético, limite aparece como separação dos espaços de objetos. Na matemática, “o limite de uma sequência infinita de números reais a_1, a_2 [...] é o número real b ”³⁴.

O conceito seguinte é o de incerteza. Há observações do campo filosófico, do físico e do social. As observações de Zenon ligam a impossibilidade lógica da previsibilidade a razões comportamentais. As observações de Heisenberg descrevem comportamentos sub-atômicos, em que a própria noção de comportamento é questionável.³⁵ Há, portanto, observações diretas da natureza sustentando a teoria. Dentre essas, observações sobre macro-clima e vulcanismo, que determinam quadros aparentemente não incertos de climas locais³⁶.

Sobre esses elementos, coloca-se a conceituação de caos. Caos como ausência de ordem, ou como uma situação anterior à ordem, tal como supostamente, as concepções da mitologia grega e da B³⁷. Caos, também, na acepção de hoje, como ordem cujas regras não são conhecidas. Por isso, a teoria do caos, desenvolvida no campo das ciências da física, entende caos como, como ambiente em cujas transformações prevalecem condições iniciais³⁸. De qualquer modo, aceitar que pode haver condições de

34 cf. *Dicionario de Filosofia*, Dagobert Runes,

35 Werner Heisenberg, *Física & Filosofia*

36 Por exemplo, a notável regularidade climática do Nordeste. Conferência de Carlos Nobre, INPA apresentada na SUDENE em 1994.

37 Fernando Pedrão, *O caos e seu oposto*. Sobre a crítica da visão bíblica, ver Norman Jevinson, *Caos*..

38 David Ruelle, *Acaso e caos*, São Paulo, UNESP, 1993.

ordem não conhecidas que aparecem como caos, significa admitir que as transformações das regiões podem estar subordinadas a condições em que prevalece a imprevisibilidade e cuja complexidade não pode ser julgada de antemão.

Sobre a complexidade. Reúnem-se observações do campo físico e do social. Distinguem-se tentativas de tratar o complexo como genérico, os processos de “complexificação” como inerentes ao desenvolvimento de sistemas, tal como faz John Casti³⁹; e de tratar a complexidade como um pré-requisito do pensamento metodológico, que assim reconhece o ambiente social real, tal como faz Edgar Morin⁴⁰. O fundamental é que a visão da complexidade como essencial contraria a visão cartesiana. É preciso tratar os problemas em sua real complexidade, não subdividindo-os. O desmonte da estrutura descarta o fator estruturação e não há garantia alguma que se recupere o conjunto. Soma-se à visão da micro-física e da mcro-física: a complexidade do muito grande e do muito pequeno.

Um conceito paralelo e interdependente ao de complexidade é o de composição. Deve muito à filosofia e às ciências da vida. Citam-se aqui Hegel, Quesnay e Marx. A noção hegeliana de desenvolvimento interno envolvendo expansão e aumento de complexidade contém uma noção de composição. A visão dos fisiocratas sobre o produto líquido implica numa visão de composição do sistema de produção. A visão de Marx do capital compreende os elementos de composição técnica e de composição orgânica, em que esta última indica o relacionamento estrutural da organização social com a composição das tecnologias utilizadas na produção.

A noção de região refere-se a espaços delimitados, com referências etimológicas muito mais amplas que as geralmente dadas a esse termo. Uma região é, antes que tudo, um espaço delimitado,

39 John Casti, *Paradigms lost*, N.York, Avon, 1989.

40 Edgar Morin, *Complexidade*

dotado de regras próprias de variação, que pode se ampliar ou encolher. Pode-se falar de regiões culturais, como de regiões dos mares gelados, como de regiões das línguas indo-européias, além da conotação que nos interessa mais de perto, de regiões definidas por uma combinação de critérios sociais, econômicos e físicos.

O significado social de região envolve, antes que tudo, uma experiência socialmente incorporada, portanto, uma cultura. Assim, as regiões econômicas e sociais resultam de processos de formação sócio-cultural e sócio-econômica, que podem envolver um país em sua totalidade, podem anteceder a constituição dos países, ou ser parte da estruturação de países. Essa visão de região constitui uma ruptura com tudo que se pensava até a década de 1960, quando se costuma pensar em regiões como espaços sub-nacionais, portanto, dependentes da territorialidade da nação; ou quando se via a região como algo que poderia ser completamente decodificado por seus aspectos formais, portanto, plenamente matematizável.

Podem, ainda, ser regiões internacionais, tais como a região da Bacia do Rio da Prata, como a Guajira na Colômbia e na Venezuela, ou como a fronteira colombo-equatoriana. Esses espaços sociais de grande atividade e com fortes semelhanças culturais, formaram-se em paralelo aos Estados nacionais e se transformam de modos diferenciados do núcleo central de cada um dos países envolvidos nesses processos. Fronteira nesse caso é um espaço com identidade própria, como modos próprios de se transformar.

A análise regional moderna ficou fortemente influenciada pela visão de mundo das potências européias, que por sua vez deve muito ao colonialismo, tanto daquele organizado nos Tempos Modernos, entre os séculos XVI e XVIII, como do novo colonialismo da industrialização, organizado a partir de 1840. Dela derivaram as visões auto-suficientes dos norte-americanos e dos brasileiros. Obviamente, é uma visão que contrasta com a dos países não hegemônicos, ou em todo caso, dos países mais pobres, ou que anteriormente foram colônias. Torna-se claro que o diálogo entre nações menos poderosas torna-se cada vez mais difícil devido aos mecanismos de exclusão que eles mesmos desenvolvem.

Observa-se que o mapa do mundo mudou bruscamente várias vezes, entre as guerras da década de 1870, a primeira e a segunda guerra mundial, quando principalmente as potências predominantes formaram países, como a Iugoslávia e a Tchecoslováquia, desprenderam províncias que se tornaram países, como o Panamá e o Kuwait, ou formaram novos Estados, como os de Israel e do Paquistão. Lembre-se que o mapa do Brasil mudou muitas vezes, não só no tempo colonial, mas já na República, por obra do Barão do Rio Branco e de interesses brasileiros em territórios de outros países.

Método para estudos regionais

Se as regiões são áreas de concentração de atividade envolvem simultaneamente adensamento de população e concentração de uso de recursos pelo exercem efeitos sobre áreas maiores que vêm a ser doadoras de população e de recursos físicos. Em consequência disso os estudos regionais têm que partir de combinações da dinâmica social com a dos sistemas de recursos físicos.

Nos estudos regionais é preciso resolver dois problemas simultâneos, que são os de como o contexto social e o natural interagem e como as ações sociais se desdobram no tempo e no espaço. Significa mobilidade de fatores – de capital e de trabalho – e duração dos empreendimentos. A ordem do tempo é fundamental e aparece através desse cruzamento da duração dos processos sociais com a dos acontecimentos.

A análise regional envolve pelo menos três problemas de método, decorrentes do caráter interdisciplinar deste campo de interesse, que devem ser, necessariamente, examinados. Primeiro o de articulação do conhecimento da natureza com o conhecimento do social, que envolve os problemas fundamentais de (a) relação entre o sujeito do conhecimento e o objeto conhecido; e (b) de cumulatividade do conhecimento, levando em conta quanto mudam o meio físico e o meio social. Segundo, o problema de método enquanto modo da teoria, que compreende (a)

a relação entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico, (b) a consistência formal e material da teoria, (c) a representatividade da base empírica da teoria. Terceiro, o problema de método enquanto aplicação de teoria, que enfrenta os problemas práticos de *delimitação* do universo de análise, de *veracidade* dos resultados da análise e de *pertinência e representatividade* da análise.

Uma peculiaridade da dimensão regional é que ela se refere à formação de âmbitos sociais dotados de territorialidade, em que predomina a *totalidade* da região, mesmo quando o tecido de seus relacionamentos, necessariamente, envolve mudança da composição dos participantes e do modo como eles se relacionam. É uma totalidade que só pode ser pensada em história, como um conjunto que é constantemente alterado.

Essa combinação de elementos sociais e físicos torna completamente impróprio considerar as regiões como setores, ou tratá-las como conjuntos de setores, tal como se tentou durante algum tempo.⁴¹ A análise regional não é setorial nem multi-setorial nem inter-setorial. Trata-se de uma dimensão organizacional e cultural, que abrange modos historicamente formados de processos e de conjuntos de processos cujo significado social é inseparável de seu espaço-tempo. Por exemplo, o mapa mundial da produção açucareira do século XVII é incomparável com o mapa dessa produção hoje, porque esses dois momentos compreendem diferentes relações de produção e correspondem a diferentes condições de processamento dos produtos e de formação de capital.

A relação entre o sujeito cognoscente e o objeto de conhecimento. É a principal diferença entre as ciências da natureza e as da sociedade. Significa que as ciências da sociedade não podem prescindir de considerar a subjetividade imersa nos relacionamentos. Também significa que as ciências da natureza trabalham como se

41 Referência ao tipo de análise patrocinado pelos economistas que tentaram trabalhar com uma suposta “ciência regional”, que não foi mais que uma aplicação de métodos genéricos de análise.

os cientistas não fossem parte da natureza. A recondução da ciência a sua condição de parte da vida social equivale a uma invenção da ciência de hoje e a uma desalienação do trabalho científico.

A reconstrução conceitual da relação entre sujeito e objeto envolve duas operações epistemológicas, que são as de reconhecer o fundamento concreto, portanto do *fundamento histórico* da inserção do homem enquanto coletivo, enquanto sociedade, no meio físico; e do *fundamento cultural* da relação sociedade-natureza. A noção contemporânea de ecologia apoia-se nesses dois fundamentos, apesar de uma frequente confusão, determinada, justamente, por pretender-se apresentar a presença humana como algo adicional à natureza e que não necessariamente aparece através da construção da sociedade.⁴²

A compreensão de limites do conhecimento e as abordagens da dialética e do “realismo crítico”. Os progressos da ciência no século XX, na Física, na Biologia, na Geologia, na Arqueologia, levam a uma revisão da compreensão de conhecimento e de certeza. Frente às pretensões de universalidade e certeza absoluta, próprias da visão newtoniana, da *Mecânica celeste*, surgiram as novas proposições sobre salto quântico (Planck, 1897), relatividade, (Einstein, 1926), teoria da incerteza (Heisenberg, 1935), que retornaram o foco da teoria às *condições do conhecimento*, antes que aos objetos de conhecimento. Ressurgiram questões antigas sobre a aparência do conhecimento (o paradoxo de Zenon (500 ac) sobre o movimento de Aquiles e da tartaruga) e sobre os limites e limites do finito : uma infinidade de finitos não é igual ao infinito (Nicolas de Cusa, 1401-1464) .

Frente aos problemas hoje reconhecidos de uma teoria geral do conhecimento, identificam-se algumas abordagens mais destacadas: a do chamado realismo crítico, principalmente representada

42 No linguajar corrente da ecologia, antropismo refere-se a uma presença humana geral, que não compreende o pressuposto estruturante de sociedade. Nesse contexto claramente a ecologia não é uma ciência social cabendo a duvida de quanto seja efetivamente uma ciência alem de uma disciplina descritiva.

por Karl Popper; e das versões contemporâneas de crítica associada à dialética, principalmente representadas pela Escola de Frankfurt, com as contribuições mais recentes de Habermas, sobre uma teoria da ação comunicativa; e as abordagens de uma leitura totalizante e crítica da ciência, em que se destacam autores como Schrödinger, Prigogine, Ruelle, seguindo pistas de físicos teóricos como Clausius e Boltzmann.

Num mundo em que, reconhecidamente, há uma ampliação vertiginosa do conhecimento, bem como há condições desiguais de aproveitamento do conhecimento, há uma questão fundamental relativa à *cognição* em seu sentido mais amplo, principalmente conduzida por ampliação das informações⁴³. Torna-se preciso distinguir entre que venha a ser o campo conhecido e a capacidade de conhecer. Há um problema fundamental de reflexão, tanto sobre os objetos do conhecimento como sobre os meios de conhecer. Há, portanto, uma revalorização dos saberes⁴⁴ e das condições em que o conhecimento se consolida, amplia, ou em que perde terreno frente a novos acontecimentos.

Frente a esse problema, estão as propostas do realismo crítico de Popper, da corrente crítica da Escola de Frankfurt e da análise de Prigogine⁴⁵. Cita-se, ainda, a contribuição de Thomas

43 Há uma questão em aberto, sobre se realmente há uma ampliação da cognição ou dos meios cognitivos; e se o aumento de informações equivale a expansão do conhecimento. Tal questão serve como alerta, da necessidade de manejar com prudência o que parecem ser ampliações do conhecimento.

44 Saberes são simplesmente as coleções do que se sabe, ou seja, o que a sociedade sabe e que não necessariamente é ou foi objeto de uma crítica. Em princípio, conhecimento é saber organizado que se acumulou sob questionamentos críticos. Cabe o questionamento lógico, de que todo saber é organizado a seu modo, que simplesmente pode não ser o que *esta* sociedade reconhece. Também significa que os conhecimentos dogmáticos, isto não, que não são sujeitos a crítica não têm validade como conhecimento reconhecível pela ciência.

45 É preciso registrar que esta problemática da teoria contemporânea do conhecimento tem sua origem na proposta de Emanuel Kant, que consta de sua *Crítica da Razão Pura*, no que se pode resumir como a passagem da esfera do

Kuhn mais conhecida, de sua *Estrutura das revoluções científicas* (1967). Essas contribuições demarcam um problema fundamental da ciência no século XX, qual seja da demonstração. Qual a comparabilidade entre conhecimento validado por demonstrações concretas e conhecimento conjectural?

A proposta de Popper baseia-se na necessidade de estratégias de convalidação do conhecimento para sua expansão, que justamente por reconhecer os atuais limites, propõe hipóteses de falseamento, cuja sucessiva superação, leva a ampliar o horizonte do conhecido. Os aspectos mais simples e práticos do trabalho de Popper tornaram-no mais popular entre pesquisadores. Entretanto, eles levantam questões profundas, relativas à *validade das conjecturas como meio de fundamentação de conhecimento científico, que em princípio se considera que deve ser demonstrado*.

A crítica frankfurtiana, de Theodor Adorno e Max Horkheimer, abriu-se em diversas direções. Vale destacar o trabalho de Jürgen Habermas, principalmente citado por duas de suas obras, *Conhecimento e interesse* e *Teoria da ação comunicativa*. Aponta à necessidade de ancoragem do conhecimento em sua realidade sócio-histórica e nas condições de diálogo que estão subsumidas no campo do que é conhecido. A primeira e a segunda vem da análise social e a terceira da análise do campo da física e da química.

O trabalho de Kuhn destaca-se por distinguir o que chama de paradigma, que é a estruturação de conhecimento que polariza a produção de conhecimento novo⁴⁶. Essencialmente, o paradigma

entendimento (conhecimento incorporado) para a esfera da razão (capacidade de incorporar conhecimento). O trajeto desses questionamentos estabelece uma profunda articulação entre a filosofia e a ciência, especialmente no relativo à construção de uma razão científica, que deve ser uma razão prática fundada em uma razão pura. Sobre a razão científica, vale a pena ver o trabalho de Karl Hubner intitulado *Crítica da razão científica* (Lisboa, 2020).

46 A concepção de paradigma de Kuhn é uma derivação, não muito feliz, da noção de paradigma de Platão, que é a de uma idéia principal, surgida de um

da ciência moderna foi a física clássica de Newton e hoje é a física quântica. O caráter inovador da ciência depende, segundo ele, de que a nova produção flua para confirmar e aperfeiçoar o paradigma, ou para contrariá-lo e contribuir para sua substituição. A ciência que apenas confirma e aperfeiçoa é a ciência normal, enquanto a ciência criativa, acaba sendo a que focaliza nas peculiaridades, que é por onde o conhecimento científico se transforma. Na prática as peculiaridades passam a ver-se como anomalias, isto é, distanciamento de padrões habituais, que se aceita como normais.

O trabalho de Prigogine, especialmente, em sua formulação que praticamente se estende desde seu *Uma nova aliança* até seu *O fim das certezas*, contém observações que são fundamentais para a análise regional, porque traça uma relação móvel entre a construção do conhecimento científico e as condições de sua aplicação, levantando dúvidas sobre aquelas possibilidades de falar de certezas sobre probabilidades estatisticamente verificadas, reconhecendo que os objetos sobre os quais se produzem as estatísticas mudam⁴⁷.

Essas três abordagens selecionadas são fundamentais para que se compreenda o mundo do pensamento científico atual. Como questão inicial, coloca-se que os problemas de fundamentação histórica do conhecimento atingem o conceito de região, portanto, que se trata de trabalhar com uma conceituação de região historicamente atualizada, isto é, que abrange os aspectos objetivos e subjetivos do tema, reunindo os componentes de transformação do território com os de incorporação de experiências e de visão de mundo. Com esta abordagem é inevitável que se passa, imediatamente, a tratar com a variedade de regiões e

desenvolvimento de concepções anteriores. Paradigma em Kuhn não é muito mais que uma generalização do significado de método da lei da gravidade.

47 Trata-se, não só de que em ciência se chega a certezas, que adiante vêm a ser substituídas, como de que as próprias certezas com que se trata são circunstanciais, que em outras circunstâncias podem não ser confirmadas (Prigogine, *O fim das certezas*, 2006)

de condições em que se formam regiões nas diversas partes do mundo.

Nos estudos regionais em geral é preciso resolver dois problemas simultâneos de método, relativos a como o conteúdo social e o natural interagem e a como as ações sociais se desdobram em espaço-tempo identificável. Por exemplo, podemos estabelecer hipóteses para reconstruir a história da América trabalhando com migrações conhecidas, mas precisamos reconhecer que esses movimentos de pessoas estiveram ligados a diversos outros sobre os quais não temos informações suficientes para incluir em nosso cenário de análise. Os estudos regionais estão sempre expostos à eventualidade de inclusão de novos elementos de juízo e à possibilidade de revisão de elementos dados como estáveis. Por exemplo, o reconhecimento da existência de uma pequena produção de cana de açúcar na grande produção canavieira do Nordeste – e depois, em São Paulo – obriga a rever os parâmetros de absorção de mão de obra na produção canavieira como fator característico da produção canavieira no período colonial e no atual.

Esta sensibilidade ao inesperado leva a focalizar em fatores de mudança, externos e internos ao sistema produtivo, resultando em tendências entrópicas e em mobilidade de fatores – capital e trabalho – regulando as condições iniciais em que se realizam os empreendimentos. Será, portanto, necessário distinguir condições iniciais e regras de mudança dos sistemas regionais, segundo eles estão rigidificados em certas condições de uso de tecnologia ou ganham capacidade para modificar as tecnologias que usam. Regiões que se industrializaram, mas que ficaram presas a certos padrões de tecnologia contrastam com outras que conseguem mudar, mesmo sem terem passado por uma etapa de industrialização. Temos exemplos de regiões que passaram de um perfil de produção agro-pecuária para outro de prestação de serviços especializados e de regiões, como o norte do Rio de Janeiro, que entra em uma etapa da produção capitalista avançada e com mineração de petróleo de alta tecnologia sem ter passado pela segunda revolução industrial.

UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA DIMENSÃO REGIONAL

Uma abordagem regional da questão econômica

Introduz-se aqui o relativo a uma abordagem regional da economia, com o objetivo de tomar o corte regional como modo de reorganizar os estudos econômicos para incorporar de modo efetivo o espaço-tempo de processos que transcendem aos da formação dos Estados nacionais. O que se entende como uma dimensão regional é uma abordagem do campo social para estudos e para formulação de políticas, que se toma como categorias explicativas das condições sociais da formação de espaços diferenciados e os movimentos interativos entre as relações de poder econômico e político e a reprodução dos espaços sociais organizados. Em seu desdobramento histórico, as regiões absorvem e geram instituições, assim como sustentam ideologias e identidades. Nas doutrinas regionais quase todas europeias não consta a América nem o papel da colonização na organização territorial do mundo moderno. Na América, a formação de regiões derivadas do processo colonial, como a região de Potosi na atual Bolívia e de San Luis Potosi no atual México, surgiram de certo contexto de uso internacional de prata, seguiu diferentes rumos, nos vice reinados de Nova Espanha e do Rio da Prata, e teve diferentes encaminhamentos na formação do México e na da Bolívia, segundo essas

regiões mineiras participam da formação dos Estados nacionais. Hoje, a construção de uma visão regional do campo social depende de uma ruptura com estudos históricos tradicionais, que ficaram imobilizados pela referência do Estado nacional constituído, ignorando os processos que formam ou modificam os Estados nacionais.

A opção de uma abordagem regional do mundo social e de suas transformações através da análise do sistema produtivo tem as duas consequências principais de datar e localizar os eventos e de reconhecer os efeitos interativos das contradições do mundo social como elementos de transformação da relação entre sociedade e natureza. O modo de produção capitalista se assenta sobre uma geografia de recursos naturais, que por sua vez corresponde a uma geopolítica do controle desses recursos. A mobilidade das pessoas – que surgem em sua qualidade de força de trabalho – se realiza sobre esse mapa de poder.

Distinguimos aquela linha de análise que se configura como uma mecânica do mundo regional daquela outra que qualificamos como uma genética de regiões e de relações sociais regionalmente determinadas. A genética regional fala de relações de tipo regional e vê as regiões específicas como participantes com variados graus de permanência e diferentes condições de protagonismo. A diferença entre essas duas abordagens é o reconhecimento dos movimentos da história como determinantes da configuração de regiões e de regiões com diferente significado no contexto nacional e no internacional.

Continuidade e descontinuidade dos processos regionais podem acontecer através de rupturas bruscas de processos prolongados ou de desgaste gradual de sistemas que perdem capacidade de se reproduzirem. A definição da análise social como de uma mecânica social explica como as regiões operam, mas não entra no mérito de como elas surgem nem como se transformam. Por isto, a exclusão da perspectiva histórica corresponde a um efeito de de-composição, que se converte em um desvirtuamento do problema, que desse modo exclui todo o relativo às consequências

das decisões de acumulação de capital, de mobilidade dos trabalhadores e de sustentação do sistema de poder político. É o que se viu com a privatização acelerada de sistemas de serviços públicos no Brasil, em que a alienação de componentes do sistema elétrico teve efeitos negativos além do atraso em investimentos.

Esse viés doutrinário se explica pelas origens da teoria. A teoria regional reflete o ambiente de análise econômica da Segunda Revolução Industrial, em que se vêem incrementos de produção e de produtividade, mas não se consideram as contradições do crescimento da produção em sociedades em que se aprofundam desigualdades na distribuição da renda. A análise econômica da indústria caiu na armadilha de confundir informações sobre produção de estabelecimentos com atividade de empresas, ou de utilizar dados de produção de estabelecimentos como representativos de decisões estratégicas de empresas. O corpo teórico que se reconhece como teoria regional reflete os efeitos da expansão da produção industrial no território, que presume serem irreversíveis. Por isso, nessa teoria não se consideram os efeitos cumulativos de diferenças de escala na disponibilidade de recursos naturais.

A análise regional que se desenvolveu na Europa ocidental na metade do século XX e que, representou um esforço de incorporar as técnicas convencionais de economia e econometria, pode ser classificada como uma mecânica do processo regional, que procurou, por falta de sentido crítico, se apresentar como uma ciência. Tornou-se uma particularidade das nações ocidentais que só veio a incorporar as experiências de outras partes do mundo, inclusive das latino-americanas nas variantes desenvolvidas por aqui mesmo. Uma hipótese inevitável a considerar é que os estudos regionais, tanto os de origem europeia como os norte-americanos, não incorporam uma perspectiva histórica adequada para registrar a verdadeira pluralidade do mundo pós-colonial.

A literatura de análise regional das décadas de 1940 a 1980 reproduziu um mecanicismo em que convergiram economistas, geógrafos e sociólogos. A grande alternativa desse viés conceitual é a perspectiva de uma genética de regiões, que se coloca

em espaço-tempo histórico e reconhece a pluralidade de formas e modos sociais de vida, inerente à própria pluralidade de civilizações. Nesse sentido, quando hoje falamos de civilizações do Peru Central estamos definindo um território que foi compartilhado por sucessivas civilizações cujas interações foram variadas e que não são completamente conhecidas.

A espacialidade da atividade social

Tradicionalmente, a análise regional baseia-se na espacialidade e na territorialidade dos fenômenos sociais. A territorialidade implica na duração e na localização dos processos sociais, com sua decantação em processos culturais e em formas de institucionalidade. Os processos sociais acontecem no espaço-tempo da história e criam seu território. A análise regional trata com espaços materiais, tais como cidades e redes de transportes, mas através de seu significado social. Hoje, esta análise enfrenta a necessidade de combinar esta esfera de problemas com a dos fenômenos espaciais não locais,⁴⁸ que retroage na compreensão dos fenômenos espaciais locais. O universo dos espaços virtuais, como os da informática e da virtualidade em geral, tornou-se parte integrante do mundo regional, mas não se realiza sem uma referência ao mundo histórico concreto. A questão da espacialidade tem que ser revista e atualizada, entendendo-se que os espaços sociais compostos de diversas dimensões temporais do espaço. Numa região econômica hoje coincidem os tempos geológico, da vida rural, da indústria etc..

48 A colocação desses problemas é parte de uma abordagem pós-moderna do mundo social, em que o sentido de ordem é contraposto ao de continuidade. A ordem é uma situação que pode ser incidental, ou que pode ser um resultado diferente do pretendido pelos grupos interativos em cada sociedade. Pode ser espontânea, como a ordem do universo, ou pode ser produto da atividade social, quando contém elementos de tradição e de decisão.

A origem do fenômeno regional está na estabilidade dos assentamentos e na regularidade dos movimentos demográficos. O corte regional surge com a constituição das civilizações e antes da formação do Estado. A superação dos problemas de sobrevivência traduz-se em estabilidade do povoamento, resultando em padrões de usos de recursos e na formação de experiências que são incorporadas como cultura. Os processos de controle da sobrevivência são, ao mesmo tempo, de produção de poder sobre a natureza e sobre a sociedade.⁴⁹ Este vem a ser o mecanismo que gera nucleações sociais territorialmente identificadas, que são as regiões, que entretanto têm variado grau de estabilidade, segundo incorporam elementos determinantes de experiência. Por exemplo, está mais claro o significado de região aplicado à bacia do Rio Paraguaçu, onde há uma ocupação secularmente estável, que a um espaço de semi-árido onde a ocupação é sempre precária.

Por isso, a formação da sociedade civilizada, baseada no controle da natureza, naturalmente produz regiões, que se transformam continuamente, levadas pela ação combinada de influências externas e internas. As externas refletem as consequências locais do padrão de acumulação de capital. As internas correspondem aos movimentos de interesses localmente organizados. A busca de uma explicação unificada do processo civilizatório leva a articular os componentes infraestruturais com os culturais. Duas linhas de trabalho a serem citadas são a de Darcy Ribeiro (1991) e a de Jean Pierre Vernant.(1984). A primeira descreve a relação entre as soluções econômicas da sobrevivência e as mutações no plano

49 A rigor, a formação de regiões é inerente à civilização. Uma referência necessária nesse sentido é Gordon Childs *What happened in history* (1967), que acompanha os processos de estabilização dos assentamentos na proto história do Mediterrâneo oriental. No continente americano não há ainda sustentação suficiente para estabelecer uma ordem sequencial das civilizações, senão que há elementos suficientes para traçar grandes períodos e elementos de uma ordem parcial no movimento geral das civilizações.

cultural. A segunda liga as transformações organizativas à produção de modos culturais e políticos.

A análise regional registra os efeitos cumulativos e a continuidade e descontinuidade do processo econômico, segundo ele gera patrimônio, capacidade instalada de produção, além de certo perfil de qualificações. Esses elementos variam ao longo do tempo, segundo a formação do capital e as demandas de qualificação para gerir o capital. Na perspectiva da análise regional, as sociedades movem-se em seu território, à medida que criam espaço e, especialmente, espaços diferenciados cuja funcionalidade varia ao longo do tempo. As avenidas de uma cidade são um claro exemplo de criação de espaço, cuja funcionalidade muda, à medida que muda seu papel no funcionamento da cidade em seu conjunto.

O capital em geral, junto com os saberes incorporados pela sociedade, é um valor acumulado, que constitui uma capacidade de produzir, bem como uma capacidade de relacionar-se com a natureza e de cada sociedade com outras sociedades, em que o fundamental é a capacidade da sociedade para utilizar adequadamente o capital disponível. Ressalta-se aqui como questão central a de preservação de valor, através dos processos de formação e de destruição de valor ao longo do movimento geral de acumulação de capital. A compreensão de que o capital é uma magnitude variável é fundamental nesta análise regional.

O perfil espacial da capacidade instalada representa um conjunto de possibilidades e restrições em seu sentido mais amplo, que pré-condiciona a continuidade do processo, que, portanto, deve ser avaliado como interdependente da capacidade das sociedades para criarem equipamentos permanentes. Por exemplo, a introdução da irrigação favorece a ampliação das opções econômicas e de continuidade cultural, comparada com as situações de semi-nomadismo.⁵⁰ Podem-se comparar as experiências dos

50 Darcy Ribeiro – *O processo civilizatório* – oferece uma classificação das civilizações em que põe a difusão da irrigação como limite da civilização material. Angel

projetos de irrigação do vale do Rio São Francisco com a situação de ocupação semi-nômade do oeste do Maranhão.

As possibilidades e restrições da espacialidade compreendem três tipos de situações. Primeiro, restrições de recursos, que condicionam perfis de usos. As principais são as de água e energia. Compreendem problemas de acesso a recursos que podem ser transportados a um certo custo e de outros que simplesmente não podem ser transportados. Segundo, estão restrições de trabalho, compreendendo disponibilidades de trabalhadores qualificados, nos diversos níveis e variedade de qualificações e dos meios para mobiliza-los. Assim, a espacialidade constitui uma influência que interfere ativamente no processo econômico.

Todos esses elementos levam a certo ordenamento da análise, pelo qual é preciso acompanhar os movimentos interativos entre o plano patrimonial e o ideológico. As transformações do sistema produtivo envolvem mudanças na composição do capital, que modificam, progressivamente, a utilidade do patrimônio para a sociedade, inclusive, tanto nos equipamentos, por exemplo, como as frotas de caminhões e de aviões, como dos aeroportos e dos terminais de transportes terrestres.

Tal como mostrou Marx, em seu modo de tratar as forças contraditórias da formação do capitalismo, as estruturas físicas do capital mudam de funcionalidade segundo avançam as alterações da composição do capital e não segundo tendências individualmente detectadas de qualquer um de seus componentes.⁵¹ A

Palerm em *Obras hidráulicas pré hispánicas*, focaliza nas soluções organizacionais que permitiram chegar às grandes obras de irrigação e de drenagem. Ambos autores destacam o papel do poder central, representado pelas sociedades teocráticas. Fernand Braudel, em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico* mostra a combinação do poder central à distância representado pela Igreja e o poder local representado pelo feudalismo nesse mesmo processo de irrigação e drenagem no norte da Itália

51 Esses aspectos do método histórico de Marx foram estudados por Helmut Fleischer (1978), que aponta, especificamente, para o fato de que *“o sistema das necessidades humanas é assim de uma pluridimensionalidade irredutível.”*

funcionalidade surge do conjunto, que modifica o papel de cada uma de suas partes. Hoje a noção de composição do capital precisa ser revista para registrar as interdependências internacionais das formações de localizadas de concentração de capitais. Aspectos tais como a reciclagem de tecnologias pré-industriais ou como a reavaliação dos sistemas de ensino convergem nesse sentido.

Profundidade histórica e reprodução social

Há uma questão relativa à incorporação de experiências no plano coletivo, dos grupos organizados, e no individual, das pessoas, que é tema de uma teoria da reprodução social e que responde por aspectos inevitáveis da organização de regiões.⁵² Quanto as sociedades efetivamente incorporam experiências, ou quanto o que acontece permanece como simples vivências não necessariamente processadas pela sociedade?⁵³ Tratando das sociedades americanas pré hispânicas, Palerm (1972) insistiu na importância da densidade histórica, mostrando as diferenças fundamentais entre aquelas sociedades que foram capazes de incorporar importantes obras públicas, concretamente as obras hidráulicas, e as que acumularam apenas objetos de uso familiar. Darcy Ribeiro (1991) também usou os sistemas de regadio como divisor fundamental entre as sociedades americanas avançadas e as atrasadas. Esses sistemas determinaram a constituição de regiões, como o vale do México, Monte Albán, Chichen Itzá, todas áreas que constituíram regiões secularmente estáveis da América anterior às invasões ibéricas, mas cuja continuidade decorreu da sobreposição de estamentos culturais, que de fato representaram os tempos de diferentes momentos civilizacionais.

52 Nesse particular, destaca-se de Anthony Giddens, *Novas regras do método sociológico*, que contém uma boa revisão da literatura sobre esse tema.

53 A diferenciação entre vivências e experiências foi trabalhada por Walter Benjamin e introduzida por Jürgen Habermas em sua teoria da ação comunicativa.

Estas questões estão ligadas aos problemas de continuidade histórica do meio social em períodos longos e seculares, que envolve os mecanismos de transmissão dos saberes tradicionais e sua incorporação ao conhecimento racionalmente organizado⁵⁴. Em grande escala, por exemplo, os aspectos de continuidade e de ruptura representados pelos ciclos do açúcar, do ouro, do café etc.; e aos de continuidade do sistema institucional, tal como ele sobrevive ao auge de cada um desses produtos. Hoje, ao considerar que os sistemas coloniais se formaram sobre combinações de usos de mercadorias internacionais, torna-se necessário explicar aqueles mecanismos de comércio que permitiram articular essas combinações. Talvez substituir uma análise baseada em condições de produção por uma outra apoiada em condições de comércio que viabilizaram essas condições de produção.

Na revisão do desenvolvimento de diversos países antigos e recentes, encontram-se, entretanto, diversos elementos que permitem apreciar os efeitos da acumulação de experiência e de capacidade para absorver mudança. O miolo do problema é o eixo entre a esfera do cotidiano e a da acumulação de capital em que as sociedades desenvolvem capacidade para acumular registros de conhecimento ou permanecem com uma perda de memória recorrente. A estabilização do sistema educativo e do sistema político são aspectos fundamentais a considerar nesse quadro.

A complexidade dos processos de reprodução das sociedades, sua relação com os modos de participação dos grupos organizados, segundo a organização de seus interesses, depende de fatores de localidade, isto é, de determinação dos lugares dos processos. A regionalidade, ou seja, a qualidade regional desses lugares, em certas partes do mundo, como no norte da Itália, na Catalunha, são exemplos desse fato. Essa realidade compara-se com a de regiões que são, praticamente, criadas por decisões de Estado, tal como

54 Destaca-se a conceituação de tradição segundo Hans Gadamer, (*Verdade e método*), em que essa continuidade do tradicional é essencial à capacidade de interpretar o conhecimento,

acontece com as regiões criadas por grandes obras de infra-estrutura e grandes programas de obras públicas, como as usinas hidrelétricas e os sistemas de irrigação.

Esses argumentos mostram a necessidade de tratar dos fenômenos de aparecimento de regiões novas numa escala mais ampla que a da urbanização do capitalismo, reconhecendo a questão regional como própria dos processos civilizatórios e não apenas como uma questão da organização territorial da sociedade moderna. É inevitável registrar que a formação de regiões depende mais de ligações e intercâmbio à distância que de fenômenos locais. É da essência do desenvolvimento do capital mercantil que as redes de comércio atrelam as economias locais e não que estas transcendem a participarem de redes de comercialização.

Transformações do meio físico

A duração é a substância do espaço e do tempo. Hegel

No século XX desde os trabalhos de Whitehead no início do século começou uma mudança profunda na concepção do mundo físico que ganhou fundamento na termodinâmica e novo status depois da Segunda Guerra Mundial com a aplicação maciça de teorias desenvolvidas até 1935. No entanto verificou-se uma grande defasagem entre os progressos da Física e suas aplicações nas ciências sociais ditas aplicadas, daí resultando que se continuasse a trabalhar com uma noção de natureza objeto. A partir da década de 1970 com a eclosão do interesse pelo ambiente e pela ecologia essa defasagem tornou-se insustentável mas os estudos regionais pautados pela visão dos povos-do-Atlântico-Norte continuou utilizando modelos positivistas e incorporando preceitos da velha escola econômica marginalista. Nas teorias regionais, inclusive em grande parte da análise de base geográfica, as transformações do meio natural têm sido tratadas como processos separados dos processos do mundo social. Tal atitude passa por

alto as controvérsias sobre a conceituação de natureza que surgem das transformações da ciência desde o último quarto do século XIX, quando mudaram as condições de experimentação e as referências civilizacionais no campo social. Se as primeiras, ocorridas no campo da Física, foram reconhecidas no campo social, o mesmo não acontece com as alterações da análise social, que vieram da fenomenologia e da antropologia. Aqui o mundo físico surge como um interlocutor e não como mero objeto passivo. Não há como pensar o mundo social sem sua estruturação física; e esta aparece como um princípio ativo frente ao qual se realiza a vida social.

As objeções de fundo filosófico à visão mecanicista da natureza foram, subsequentemente, reforçadas pelos progressos da ciência, basicamente desde a década de 1960. O condicionante físico é uma pré-condição das condições sociais, pelo que se torna imperativo identificar o movimento contrário, de condicionamento social do ambiente físico. Desmatamento, contaminação da água surgem como referências inevitáveis de sociedades que tendem, de modo irreversível a uma urbanização carregada de aumento dos usos de combustíveis. Configura-se o contraste entre a tendência a ver o regional como uma dimensão de integração entre as transformações do meio físico e as do social; e as outras abordagens disciplinares, que trabalham com aspectos do fenômeno regional, tendendo a soluções de instrumentalização mecanicista.

As leituras das transformações do meio físico partem de dois caminhos: da constatação dos processos do meio físico e da reflexão sobre como a sociedade percebe e se insere na natureza. Na visão dos processos da esfera física passou a prevalecer a visão dos processos globais, ou seja, dos movimentos à escala do planeta.⁵⁵ Nos últimos anos houve grandes modificações em

55 Ver conferência de Umberto Cordani no congresso mundial de geologia em Tóquio, 1993.

ambos sentidos. Do lado do estudo do meio físico, por melhor conhecimento dos movimentos de grande escala. Do lado social, pela visão ecológica, especialmente, pela do ambiente social, que passou a basear-se numa interpretação da dinâmica das transformações do mundo social que são determinadas por aquelas outras iniciadas no mundo natural⁵⁶.

As transformações do meio físico interessam pelo modo como regulam as condições dos assentamentos humanos. Em princípio todas as transformações do meio físico afetam os processos sociais, mas o que importa é quando afetam e com qual intensidade. As erupções vulcânicas são teoricamente esporádicas e as secas são em princípio previsíveis. Entre a indiferença do capitalismo mais rudimentar até a paranóia ambientalista mais acentuada, há um campo de problemas a serem colocados com objetividade. O efeito progressivo dos problemas de deterioramento do ambiente sobre a consciência ecológica determinou a incorporação de uma leitura ecológica sistemática do processo econômico, agora sobre bases incomparavelmente mais sólidas que em 1970, quando esta polêmica se declarou. A novidade é que se passou a reconhecer que sua influência pode ser imediata, mesmo quando se trata de processos identificados em tempo geológico, tal como acontece com os fenômenos de vulcanismo e das correntes oceânicas.⁵⁷ Os exemplos mais citados agora vêm sendo os efeitos da erupção do vulcão Pinatubo nas Filipinas e os efeitos concentrados da corrente El Niño, valendo comentar que se passou a rever os registros históricos dos efeitos de El Niño, inclusive de incidências há mais de mil anos.

56 O tema da biodiversidade torna-se central neste contexto, entendendo-se que as diferenças de complexidade, que envolvem as interações entre flora e fauna, se traduzem em condições de habitabilidade que, por sua vez, compreendem condições de vida humana com seus respectivos custos de manutenção, tais como aquecimento e água.

57 Ver artigo de Celso dal Ré Carneiro.

As possibilidades que se abrem hoje de reconstituir processos que duraram milhares de anos mediante uso de computadores podem desfazer mitos da história e revelar novas pistas dos fundamentos pré-históricos das sociedades de hoje. Uma reavaliação das condições de povoamento que fizeram a passagem do nomadismo ao sedentarismo têm inestimável valor para explicar os modos de vida dos grupos que permanecem hoje em condições primitivas de vida. Estas novas técnicas de pesquisa mostram como as condições físicas de habitabilidade podem ter importantes que o que tinha sido reconhecido pela história convencional. As técnicas de combinação de arqueologia e geologia abrem novos horizontes de análise que podem invalidar conceitos indevidamente arraigados sobre a formação social em tempos seculares. Com estas técnicas, o tempo geológico ganha atualidade e se incorpora ao horizonte temporal da análise econômica. Temos que reconhecer que não sabemos quando cairá um asteroide capaz de acabar com tudo.

À parte de revisões do modo como se vêem os problemas da atividade vulcânica e das modificações localizadas da biodiversidade, surgem novas perspectivas de tratamento do clima – representado por macro variações climáticas – ligadas aos movimentos dos continentes, que expõem as vinculações dos fenômenos locais a situações globais e mesmo cósmicas, tal como acontece com as mencionadas macro-variações climáticas.

Aspectos negligenciados

Em seus fundamentos, a análise regional é cultural e política, isto é, se constrói gradualmente sobre uma avaliação de experiências e constitui um corpo de conhecimento com seu próprio modo de evoluir. Por isso depende de uma memória de sua formação sócio-cultural. No entanto, uma das características da nossa história oficial é o tratamento político dos dados da história, que em alguns momentos foi planejado e em outros foi simplesmente produto de convergência de interesses dos dominadores. Em todo caso, o reconhecimento de experiências teve – e tem – um

fundamento ideológico, que repercute na renovação da teoria, e que tem valorizado mais algumas situações que outras, ou que simplesmente desqualifica as experiências dos povos que foram dominados. A perda das referências de experiências, a perda da historicidade da formação dos espaços regionais impede que se percebam as interações sobre diferentes formações territoriais. Exemplos sempre ajudam os argumentos. Assim como houve um nexo claro entre a Ática e as colônias da Sicília houve uma ligação entre as origens regionais dos conquistadores e a América Espanhola e como hoje ligações entre os fluxos de migrantes latinos aos Estados Unidos da América do Norte e a recomposição de seu eleitorado e em escala numericamente maior que a causada pelas migrações de italianos, irlandeses e alemães.

A mesma atitude que levou os espanhóis a queimarem os documentos da história dos povos americanos fez com que espanhóis e portugueses minimizassem a participação de outras nações na formação da América moderna e fez com que se desqualificassem as presenças de outros povos, tanto de europeus de outras nações como de povos do mundo islâmico e de ciganos e de judeus. Nas intermináveis lutas entre europeus pelo controle de espaços coloniais, que aconteceram com maior intensidade nas Antilhas⁵⁸ e no Brasil⁵⁹, o reducionismo foi conduzido como reflexo de lutas centradas na Europa e associado a opções religiosas, mas sempre identificado com vantagens locais de redes de comércio⁶⁰. A noção de território de influência que se desenvolveu

58 Entre os séculos XVII e XVIII a ilha de Trinidad foi tomada e retomada trinta e duas vezes e a ilha de Barbados mudou de mãos seis vezes, terminando ambas sob domínio britânico.

59 Terminadas as lutas de Restauração da independência de Portugal houve uma disputa de influência no Brasil para eliminar a influência espanhola na colônia.

60 A solidariedade nos sistemas coloniais deixou muito a desejar, no Brasil e mais tarde na Argentina e no México. Em 1640 enquanto se lutava contra os holandeses em Pernambuco os governadores da Bahia e do Rio de Janeiro empreenderam um ataque à Guiné para conseguirem o controle de portos de

pelos interesses radicados no Brasil foi decisiva na combinação de expansão territorial e formação dos Estados nacionais. Na verdade, a formação da República Oriental do Uruguay diluiu a importância da República Guarany que realmente contrastaria com os projetos imperiais herdados da cultura política ibérica. No relativo ao Brasil, essa manobra foi radical no relativo aos africanos, que em sua condição de escravizados foram reduzidos a uma figura genérica de o negro. No relativo aos indígenas essa manobra foi conduzida no sentido de desqualificá-los, já que era praticamente impossível reduzi-los a uma imagem única, mas que os colonizadores precisavam dispor de mecanismos de controle que lhes permitissem explorá-los nas minas de prata e de chumbo⁶¹.

A simplificação histórica, ou a negação da pluralidade, é uma manobra de poder que afeta a todas as novas nações extirpando parte de seu fundamento cultural. A acumulação de preconceitos no mundo católico e do no dos protestantes, fez com que fossem extirpados componentes fundamentais da memória do continente. Assim como os portugueses fizeram o possível para minimizar as influências francesa e espanhola no Brasil, os ingleses eliminaram sistematicamente as referências culturais dos imigrantes negros nas ilhas do Caribe, assim como já tinham feito para apagar a influência portuguesa. Na perspectiva civilizacional de nações que surgiram como colônias como o Brasil, trata-se de desenvolver um discurso que recupere a pluralidade inicial de condições dos relacionamentos do mundo social com o natural, reconhecendo

embarque de escravos e la negociavam com os holandeses. Na Argentina a ascensão de Buenos Aires deu lugar a uma polarização com as províncias do norte que continuaram em posições identificadas com o pacto da independência. A falta de solidariedade foi mais longe nos Estados Unidos onde os estados do sul estavam mais integrados com a economia britânica que com a dos estados do norte.

61 Essa exploração se manteve em formas apenas modificadas até muito recentemente e constitui o fundamento da nova resistência política que se organizou na Bolívia desde o levantamento do FNR em 1952.

o processo de ganhos e perdas que acontece com a civilização industrial e com a rejeição do capital por soluções técnicas pré-industriais ou de vertentes civilizacionais não capitalistas. As leituras que surgem hoje da emergência de potências não europeias subvertem essa ordem e levam a novos modos de combinar o novo com o velho em matéria de tecnologia.

AS DOCTRINAS REGIONAIS EUROPEIAS E NORTE-AMERICANAS

Os diferentes perfis nacionais

No relativo a um pensamento teórico sobre a questão regional é inevitável ter que rever os fundamentos europeus e seus desdobramentos ou retomadas na América do Norte. As idéias teóricas sobre a questão regional colocam-se em dois planos, no das economias nacionais e no de órgãos multinacionais como hoje vem a ser a União Européia. Mas raramente trabalham com a internacionalidade do grande capital, que significaria ver os mesmos empreendimentos nacionais como partícipes de um sistema essencialmente internacional. Entendendo que essas contribuições estão associadas à ambigüidade entre o pensamento sobre territórios nacionais e sistemas coloniais, é preciso reconhecer que são as principais formalizações sobre o tema e que quaisquer outras apresentações compreendem sempre uma crítica do anterior. Há enormes diferenças entre correntes europeias representativas do leste e do oeste – poloneses e belgas e franceses – assim como há uma visão separada da questão colonial em autores nórdicos. Os alemães basicamente trabalham sobre o projeto nacional que prevê vantagens locais em função de uma economia fortemente industrializada que transformou o mercado europeu em mercado nacional. Os espaços

simétricos de von Thunen são uma projeção do sistema prussiano de poder tanto como os pólos de crescimento de François Perroux projetam uma visão napoleônica do poder estatal.

A reconstrução do mundo europeu trouxe abordagens da questão regional que revelaram a reciclagem dos fundamentos colonialistas da Europa moderna e a unidade conflitiva das nações europeias. Há uma abordagem francesa que parte do ordenamento do território, combina noções de *geografia e de economia e está caracterizada pelo voluntarismo da teoria de pólos de crescimento*. Há uma abordagem dos Países Baixos em que predominam os holandeses com seu organicismo econométrico representado por figuras como Tinbergen e Haavelmo. Tanto franceses como holandeses tacitamente distinguem duas qualidades de espaço que são as dos espaços das nações metrópoles e as dos territórios de ultramar, isto é, as colônias. As atitudes colonialistas ficaram claramente demonstradas na reocupação francesa do Vietnã e na repressão na Argélia. As holandesa e belga na repressão na Indonésia e no Congo. A despersonalização dos estudos regionais é o modo indireto de afirmação da supremacia europeia em que os diversos europeus continuaram a acreditar.

A abordagem inglesa foi mais hábil substituindo a nação metrópole pela comunidade de nações e reconhecendo status especial a Canadá, Austrália e Nova Zelândia que foram vistos como desdobramentos da Grã Bretanha fazendo caso omissos das políticas de extermínio dos povos indígenas posteriormente mitificados depois de eliminados. Em cada caso o esmagamento dos grupos indígenas correspondeu a uma mesma linha política de eliminação de pluralidades culturais, que foi reproduzida nas colônias nas Antilhas. Curiosamente a Inglaterra desaparece é substituída pela Grã Bretanha e esta pelo Reino Unido. A imposição de um *English way of life* foi também um modo de diferenciação em que o modo *posh* de falar foi uma barreira bem como as opções de esportes e modos de comportamento. A desqualificação de irlandeses passou para o âmbito do império colonial junto com a criação de tropas coloniais repressoras como os *sipoy*s na Índia e os

gurka em guerras coloniais até as Malvinas. O caráter colonialista se revelou plenamente na repressão na Índia e nas intervenções no Oriente Próximo cada vez mais desavergonhadas.

A visão sueca distoa das anteriores por refletir a opção social democrata e certamente por não ser a Suécia uma nação colonialista. A maior contribuição é a de Gunnar Myrdal cuja obra merece um estudo especial. Em Myrdal a conceituação de regional parte de observações sobre desenvolvimento, a separação social torna-se uma categoria de análise Negro um dilema americano, (1958) e a pobreza se vê como categoria da modernização conduzida pelo capitalismo, (Drama asiático,1968).

A abordagem espanhola reflete o ambiente da contradição entre o desmantelamento do império no fim do século XIX, já enfraquecido pela perda da America Latina, e as tensões internas entre as nações constitutivas da Espanha. A decepção com a derrota imposta pelos Estados Unidos em 1895 foi fatal. Resultou na perda de Cuba e das Filipinas. Apareceu primeiro na literatura com a chamada geração de 98. Depois no plano político na república, na guerra colonialista no Marrocos e na ascensão do fascismo de Franco. O franquismo trouxe uma visão unitária que foi uma resposta do autoritarismo militar à derrota do império e procura se apoiar na raiz castelhana para reivindicar orgulho nacional⁶². A muleta na religião conservadora militante inaugurou um estilo que se repetiria em vários países latino-americanos⁶³.

62 Impossível não registrar que essa reivindicação da direita castelhana foi feita por um militar galego formado na Guerra do Riff que foi o maior empreendimento colonialista do século XX, em que uns 400.000 franceses e uns 300.000 - espanhóis, comandados pelo “herói” Pétain e por Franco contra o levantamento nacionalista de Abdel Krin em 1926 que contava com uns 30.000 combatentes. Nesse novo Marrocos espanhol gestaram –se as bases para injetar na Espanha a perspectiva do nacionalismo colonialista de Franco.

63 É irônico que na America, em territórios da igreja conservadora, tenha surgido a teologia da libertação e com figuras de religiosos como Camilo Restrepo que se envolveram até a luta armada.

Daí surge uma visão regional do descontentamento, representada por Castells e Lasuen e o fato iniludível que a Espanha não supera as tendências ao separatismo. A questão regional espanhola, confundida com sua multinacionalidade, continua sendo uma experiência limite, sob constantes pressões separatistas mas acumulando uma experiência comum dificilmente removível.

Paralelamente à questão espanhola há outra italiana mais contida mas com consequências semelhantes. Navegantes e colonizadores provenientes do Reino das Duas Sicílias, migrantes das regiões empobrecidas, formando um exército de colonizadores que formaram novos grupamentos nos Estados Unidos, na Argentina, no Brasil e em menores números na maioria dos países latino-americanos. Há varias e diferentes influencias italianas com diferente significado político, certamente somando elementos mais importantes que os alegados de imigrantes pobres que se tornam operários e plantadores de café.

Afirmações e contradições no campo socialista

No campo socialista a percepção e a atitude ficou marcada pela política de Lênin que se fixou em uma industrialização acelerada com algumas localizações privilegiadas, em combinação com um gigantesco programa de energia e transporte. Os países socialistas entraram atrasados na revolução industrial e a União Soviética se instalou e consolidou sob uma constante economia de guerra que terminou por condicionar seu sistema produtivo. Com novas condições de organização social e nova transparência de sua economia desapareceram as cidades secretas e os perfis regionais tornam-se visíveis. O condicionamento militar parece continuar a ter um papel protagonista com indisfarçáveis tensões com a União Européia e os Estados Unidos.

No campo socialista há contribuições significativas desde as teses de Lênin sobre o desigual combinado até Gramsci com a questão meridional, de poloneses como Kuklinski, Malisz e Zaremba. A ligação entre o plano nacional e o internacional

predominam e tudo que é regional deve ser submetido a objetivos nacionais. Mas há uma contradição entre teses básicas sobre o funcionamento de economias nacionais articuladas no plano internacional e o desenvolvimento de ferramentas de análise regional que são apenas parte do planejamento nacional. A incapacidade de adaptar a visão nacional do planejamento ao processo de internacionalização da economia fez com que a visão regional do campo socialista ficasse identificada com isolamento. O desastre da agricultura causado pela II Guerra Mundial e o fracasso de mega projetos agrícolas como o do Mar de Aral, levaram a um sistema regionalmente pouco integrado. Há uma tendência a explicar o desmembramento da União Soviética como consequência de sua não integração no sistema financeiro mundializado mas outras teses, como a de Vitor Méier que apontam a tendenciosidades iniciadas ainda na década de 1920 sob o comando de Lênin⁶⁴. Logicamente, há uma questão relativa ao reerguimento da Rússia posterior à União Soviética, agora como potencia energética.

Adiante a visão chinesa do problema revela-se superior à soviética por trabalhar com a diversidade estrutural do sistema sócio-produtivo, com um planejamento em longo prazo e um controle do Estado sobre o perfil da industrialização. A China traz uma forma própria de valorização de tradições que contempla o saber popular como fonte legítima de modernização. Uma notável ampliação na base do sistema de decisões e de formação de lideranças permite ao sistema desenvolver uma sensibilidade sem precedentes para revisar continuamente seu sistema de decisões. Um decálogo de objetivos em longo prazo e uma hábil e pertinaz política de articulação do controle do mercado financeiro com a política de tecnologia têm mantido o rumo de uma economia gigantesca que traz uma nova estratégia mundial de mercado e uma política interna de expansão da modernidade em

64 Vitor Méier, *Determinações históricas da crise da economia soviética*, Salvador, Edufba, 1995.

seu próprio território⁶⁵. Sem dúvida, há saltos tecnológicos em escala ciclópica que deslocaram a posição da China no mercado mundial além de um desempenho no mundo do capital financeiro sem precedentes⁶⁶. Recente divulgação de mega projetos como os do novo porto de Shangai e de uma cidade completamente ecológica são apenas manifestações de uma política regional e urbana sistemática, em que aparentemente a China urbanizou cerca de 600 milhões de pessoas em 20 anos.

A América do Norte

Numa visão em perspectiva histórica a moderna economia dos Estados Unidos da América do Norte forjou-se a partir da fusão de três grandes fenômenos regionais que foram a concentração de pequena produção no arco de Nova York a Boston, a exploração de carvão e ferro na parte ocidental desse Nordeste e a abertura das grandes regiões de lavoura na bacia do Missouri e de pecuária no Sudoeste. A constituição da bolsa de mercadorias em Chicago represento esse grande salto de escala e de composição de diferentes regiões em um sistema capaz de se reproduzir junto com a expansão de seu próprio mercado. O grande salto organizacional de bolsas de mercadorias que avançam junto com reorganização

65 Na imensa literatura sobre a China, citam-se alguns títulos reveladores. Jonathan Fenby, *History of modern China*, (Londres, Penguin, 2008); Mandel, Wu, Rossi, *A China antes e depois de Mao* (Lisboa, Antídoto, 1977); Committee of Concerned Scholars, *China, inside the people's Republic* (N.York, Bantam, 1977); Francis Audrey, *China, 25 anos, 25 séculos* (São Paulo, Paz e Terra, 1976; Sun Mou-Kiao, Sou Sing, *A transformação socialista da economia nacional da China*, (Lisboa, Maria da Fonte, 1975),alem das obras de Mao Tse Tung e de Chou En Lai. Também Edgar Snow, *The other side of the river*, Londres, Pengjin, 1967.

66 Informações públicas indicam que a China detém mais de 30% dos títulos de dívida pública dos Estados Unidos.

do sistema de empresas⁶⁷ é o passo seguinte que marca a expansão da economia norte-americana como constituída de diferentes regiões combinadas. A expansão do sistema produtivo no próprio território norte-americano, com a incorporação de capitais de outras origens revelou um padrão de formação de regiões que nada tem em comum com as regiões dos países europeus.

O interesse norte-americano por questões regionais começou com a experiência do Tennessee Valley Authority que foi um grande programa pioneiro iniciado antes da Segunda Guerra Mundial, que combinou barragens, regularização de vazão, irrigação e projetos econômicos. Marcou novos rumos de desenvolvimento para regiões empobrecidas e foi referência para programas em outros países inclusive no Nordeste do Brasil⁶⁸.

O pensamento norte-americano sobre a questão regional desenvolveu-se no rumo de criar um aparelho de análise consistente capaz de oferecer respostas operativas para a rápida reorganização territorial do sistema produtivo, em todo caso para um sistema supostamente conduzido por interesses privados mas subordinado. Algumas decisões fundamentais para a valorização do sul pelo *New Deal* de Roosevelt na verdade apenas encaminharam condições favoráveis para uma formação nacional

67 A experiência norte-americana deu lugar a estudos inovadores sobre a economia das empresas dos quais aqui se citam os trabalhos pioneiros de Hobson, Knight, Chandler, Penrose, Steindl. A análise de custos de transações (Coase) tanto como a de expectativas racionais (Barro) aparecem apenas como descritivas de mecanismos e não como análises setoriais. A taxa interna de retorno de Solow, que se baseia na homogeneidade do capital financeiro, portanto, ignorando a complexidade do próprio mercado financeiro, é outra manifestação do empobrecimento conceitual que vem junto com mecanismos de simplificação. Tal como em tempo levantou questão o próprio John Hicks que contribuiu para essa alegada “síntese neoclássica” o preço da simplificação é o de renunciar a premissas que se reconhece como necessárias à análise econômica (*Capital and growth*, 1965).

68 O programa foi conhecido no Brasil pela participação de Stefan Robock no Banco do Nordeste. Para outros estudos sobre essa experiência cabe ver Raymond Vernon.

fundada em elevada capitalização, com uma infra-estrutura integrada e com a vantagem de uma oferta progressiva de força de trabalho. Fortaleceram-se diversos centros combinando industrialização com serviços de alta tecnologia com o pressuposto de uma expansão de mercado capaz de absorver capitais externos que continuaram a fluir como entradas de empresas e de pessoas. As doutrinas regionais norte-americanas refletiram esse quadro básico da supremacia econômica independente do poderio militar caracterizando-se principalmente como análises operacionais ou com pretensões bizarras de uma “ciência regional” com fundamentos analíticos e sem teoria alguma de sustentação. Uma visão sintética do quadro regional norte-americano leva a reconhecer uma grande força de renovação do papel de velhas regiões e do aparecimento de novas regiões. Há importantes processos de degradação local que não contradizem o fato de surgirem novas formações regionais puxadas por setores tecnologicamente mais novos. A localização de grandes empresas e de grupos de empresas tem sido determinante do aparecimento de novas regiões econômicas, em que sempre se cita o Vale do Silício mas em que os principais movimentos parecem os que combinam a mega urbanização de Los Angeles com uma poderosa economia na Califórnia e de continuidade da concentração econômica e demográfica no Nordeste do país.

A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA AMERICANA LATINA

O alargamento do fundamento histórico

A América Latina chegou cedo ao debate regional com o aparecimento de vários centros de pesquisa na Argentina, no Chile, na Venezuela e no Brasil a partir de iniciativas das elites acadêmicas latino-americanas, absorvendo idéias europeias mas com indiscutível originalidade. O planejamento estadual no Nordeste em sequência da instalação do Banco do Nordeste colocam o Brasil na dianteira dos estudos e do planejamento regional desde o início da década de 1950. Centros como o CEUR (Argentina), CIDU (Chile) e CENDES (Venezuela) e depois como o Colégio de México e mais tarde o CEDEPLAR (Brasil) marcaram presença com programas de pesquisa autônomos e com uma distinta fundamentação histórica especialmente na Argentina⁶⁹. A partir de 1970 o Instituto Latino-americano de Pesquisas Econômicas e Sociais (ILPES) associado à CEPAL passou a integrar esse grupo com algumas publicações que

69 Jorge E. Hardoy e Richard Schaedel (org.), *Asentamientos urbanos y organización socioproductiva en la historia de America Latina*, SIAP, Buenos Aires, 1977; Jorge E. Hardoy e Richard Schaedel (org.) *Las ciudades de America Latina y sus áreas de influencia a traves de la historia*, Buenos Aires, SIAP, 1975.

marcaram linhas doutrinárias dissidentes das europeias e das norte-americanas⁷⁰. Outros trabalhos recuperando a história da América Latina contribuíram para essa identificação latino-americana valorizando a complexidade dos movimentos iniciados com a independência⁷¹.

Até recentemente parecia que o mundo indígena podia ser ignorado sem prejuízo da construção de uma visão americana. A recondução de nações indígenas como detentoras de formas de poder e certos progressos nos estudos que combinam arqueologia com antropologia e sociologia deram nova cara ao tema. Não se trata que os índios sejam “descobertos” por antropólogos norte-americanos e franceses mas que se perceba a profundidade e a extensão das civilizações indígenas como fundamento do processo colonial. Os impérios pré-ibéricos formaram territórios que se tornaram regiões no mundo colonial. Os sistemas coloniais criaram um novo mapa macrorregional dependente de sua articulação pela metrópole mas que subordinou regiões na própria América. Os movimentos da independência fracionaram a unidade colonial ao tempo em que liberaram forças políticas que passaram a conduzir o conjunto. O vácuo criado pela saída das metrópoles e com Estados nacionais incapazes de dominar o território, deu lugar a caudilhismo em diversas modalidades, desde o México até a Argentina. O fim do sistema colonial revelou que a América é sujeito de seu próprio processo e que não escapa de ter que gerar sua própria conceituação de sua identidade.

70 Fernando Pedrão e Karl Heinz Stanzick, *Planificación regional y urbana en América Latina*, México, Siglo XXI, 1974; ILPES, *Experiências y problemas de la planificación en América Latina*, México, Siglo XXI, 1974.

71 Na estante de estudos históricos citam-se Túlio Halperin Donghi, *Historia contemporânea de América Latina*, Madrid, Alianza Editorial, 1969; José Luis Romero, *América Latina, as cidades e as ideias*, Rio de Janeiro, Editora URFL, 2004.

Alguns modos de modernidade

A identificação das nações latino-americanas veio junto com os movimentos de independência e passou por sucessivos movimentos de avanço e paralisação devidos à eficiência das elites tradicionais em defender seus privilégios. Os países independentes romperam com a geografia política e econômica do período colonial revelando problemas de articulação social dados por fronteiras arbitrárias. A modernização das estruturas de poder tem atuado com efeitos inibidores da modernização em diversos setores da vida latino-americana, mostrando uma defasagem letal entre a eficiência do conservadorismo político e o individualismo imediatista característico das empresas que obtêm vantagens econômicas mediante controle de aparelhos do Estado.

Os movimentos de modernização na América Latina chegaram por meio do atrelamento ao sistema produtivo europeu e se desenvolveram levados pelos interesses de capital organizados na própria esfera das colônias. Lembrar por exemplo que os escravistas brasileiros tomaram o lugar dos portugueses na condução do tráfico internacional de escravos. Distingue-se uma modernização dos sistemas tradicionais de produção de matérias primas para exportação, uma modernização conduzida pelos movimentos de urbanização, pelas viagens e formas de intercâmbio e pela industrialização e uma modernização que se transmite pelos meios de comunicação.

Uma nova etapa surgiu depois da II Guerra Mundial junto com um aumento da influência norte-americana na América do Sul, que de algum funcionou acentuando o contraste com as aspirações das novas classes médias urbanas e com uma mobilização estatal de segmentos de forças armadas. Os movimentos populares estiveram ligados a concentrações de trabalhadores em função das minas e das indústrias. Movimentos populares maciços originados no meio rural já tinham mostrado força total na Revolução Mexicana no início do século. Desde então o principal movimento de transformação social foi a Revolução

Cubana que conseguiu se manter apesar de bloqueio econômico norte-americano e bloqueio político da maior parte dos países latino-americanos. O movimento nacionalista liderado por Omar Torrijos no Panamá, interrompido por sua morte prematura e duvidosa, teve uma sequência desafortunada e turbulenta com Noriega que terminou com a invasão norte-americana no Panamá em 1988. Essa situação só se reverteu depois do Movimento Sandinista na Nicarágua e do governo bolivariano de Hugo Chávez. Outros movimentos populares em nações do Caribe, como o governo de Manley na Jamaica, do Chedi Jagan na Guiana e em Granada não tiveram fôlego político ou sofreram intervenções norte-americanas, tal como aconteceu em Granada e no Panamá. A história política da América Latina no período de 1948, ano do levantamento conhecido como Bogotazo, até 1985 com o fim da ditadura no Brasil foi um espaço de tempo de incerteza e repressão em que as principais tentativas de planejamento regional como na Argentina, no Brasil, no Chile, Peru, na Colômbia e na Venezuela, foram bruscamente interrompidas e sua memória perdida. A afirmação da perspectiva regional significou uma revalorização do antecedente indígena com suas formas de produção, sua urbanização e valores de continuidade agrária. A formulação de políticas regionalmente definidas, tal como aconteceu no Peru no governo de Velasco, traduziu-se em revalorização dos fundamentos tradicionais, revisão do colonialismo, caminho para uma identidade americana.

A internacionalidade regional latino-americana

Houve um sistema de internacionalidade e de isolamento administrado pelos sistemas coloniais em que o mais amplo e complexo foi o espanhol, o que abriu caminho para a unidade nacional foi o português e o que se reproduziu como sistema de dominação foi o britânico. Os problemas herdados de comunicação entre países latino-americanos e mesmo entre regiões de países latino-americanos tornaram-se obstáculos ao seu desenvolvimento

na medida em que aumentaram suas atividades de exportação e os movimentos migratórios na região. Velhas dificuldades entre chilenos e bolivianos revelaram –se mais problemas de classe que efetivamente nacionais. Problemas de isolamento afetaram comunicações dentro de um mesmo país tal como aconteceu com a Bolívia e o Peru. A leitura da história contemporânea mostra como o modo de relacionamento com alguns países europeus e com os Estados Unidos tiveram um papel fundamental nas tendências ao isolamento entre latino-americanos. Novas formas de internacionalidade se desenvolveram gradualmente entre os países andinos, entre os platenses, entre os caribenhos. O Brasil ficou distanciado pela opção política portuguesa, pelo império escravista e por preconceitos que foram estimulados com e sem razão pelo conjunto dos conflitos em torno do sistema do Rio da Prata. Por sua vez, o Chile ficou isolado aparentemente por sua geografia mas efetivamente pelo sistema de poder que se instalou no Vale Central com seus projetos belicosos com a Bolívia e o Peru, assim como por disputas de território com a Argentina no extremo sul. As limitações de comunicação continuaram durante o século XX e ironicamente foram abaladas pelos próprios movimentos repressores, no que eles induziram a novas condições de comunicação entre as elites que encontraram modos de cooperação mais abrangentes como o Mercosul e a Alca.

O MUNDO CONTEMPORÂNEO E SUA TERRITORIALIDADE

Interações entre a esfera econômica e a política

Qualquer estudo de temas regionais deve começar por uma revisão de história social e política contemporânea, para estabelecer quais processos econômicos, sociais e políticos em curso determinam o tecido de regiões e o de relações entre regiões e quais outros são decorrências desses movimentos principais. O sentimento do que é importante e urgente, bem como do que é permanente e do que é passageiro, é fundamental como modo de identificação do sujeito dos processos sociais e de avaliação do conhecimento que se forma. Mas a transformação desse sentimento em um de modo analisar a realidade leva a caminhar na direção de identificar os fios condutores da mudança, ou aquelas relações que determinam mudança. Sem dúvida, trata-se de inserir aqui uma conceituação de dinâmica ou de análise social de situações de mudança. Neste ponto, trata-se de considerar que a continuidade da transformação, ou o que chamamos de equilíbrio dinâmico, é aquele conjunto de relações necessárias que gera movimento.

Como os sistemas regionais estão inevitavelmente sujeitos a mudança, torna-se necessário reconhecer os elementos de estabilidade e os de instabilidade desses sistemas, que fazem com que as

mudanças tendam a certos rumos em vez de outros. A superação dos perfis tecnológicos típicos da Segunda Revolução Industrial, com a flexibilização dos conjuntos de equipamentos tornou imperativo rever os padrões em que mudam os sistemas de produção industrial. A polêmica em torno de uma suposta economia pós industrial trata na verdade de mudanças na estruturação da produção industrial, com um ambiente liderado por oligopólios que conduzem políticas defensivas de investimento, entretanto mais sensíveis ao mercado financeiro.

Essa composição de elementos de estabilidade e de instabilidade terá que ser avaliada, por seu significado imediato, no que toca a impulsionar ou a obstruir movimento, e em seu significado mediato, a longo prazo, no que levará a considerar tendências do sistema produtivo e do consumo, com mudanças nos usos de recursos físicos. Quanto melhor se percebem as diferenças entre a distribuição de acontecimentos em curto e em longo prazo, torna-se mais clara a necessidade de trabalhar sobre as interações entre esses dois âmbitos. Por exemplo, o aumento dos usos industriais de alumínio significou aumento da demanda de energia de modo mais que proporcional à mineração de bauxita, pressionando a produção de energia hidrelétrica. Mas a grande disputa que está no subsolo da relação entre curto e médio prazo encontra-se na contradição entre a racionalidade do equilíbrio orçamentário anual e o financiamento de obras de infra-estrutura plurianuais. A tendência à administração pautada pelos orçamentos anuais sempre foi o principal obstáculo à racionalidade do planejamento que tem que trabalhar com pressupostos de continuidade dos governos e com projetos de infra-estrutura e urbanismo que são necessariamente plurianuais.

As transformações da economia e da política projetam mudanças nas articulações institucionais e nos movimentos do cotidiano, reafirmando padrões de transações econômicas ou introduzindo novas correntes de relacionamento que dão novos significados às instituições existentes. Por exemplo, as composições de capitais privados e públicos que foram mobilizadas para

criar novas gerações de infra-estrutura de transportes e de comunicações no último quarto do século XIX foram de escala sem precedente e modificaram as condições de acumulação de capital. Redes de ferrovias, cabo submarino, portos mecanizados, transportes urbanos mecanizados representaram uma enorme mobilização de capital. Na maior parte dos países industrializados surgiram ministérios técnicos, tais como os de indústria e agricultura e de desenvolvimento urbano. As emissões de títulos tornaram-se a base da expansão do capital financeiro, que avançou apoiado por uma demanda de capital que já não estava diretamente controlada pelas indústrias. Ainda na primeira metade do século XX, como consequência das pressões causadas pela crise de 29, surgiram bancos centrais em muitos países, como ferramentas de política monetária, que passaram a trabalhar no sentido de tornar comparáveis as políticas econômicas e financeiras dos diversos países.

Na segunda metade do século XX o mapa político do mundo mudou radicalmente. Distinguem-se um quadro de estruturas e de tendências de relações entre regiões, que em última análise constitui o ponto de partida da formação de regiões e de comportamentos de regiões frente a movimentos dos capitais, dos trabalhadores e do progresso tecnológico. A atualidade da consistência e das tendências da formação de regiões é a cara atual de processos em que se alternam situações de grande continuidade, tal como de regiões canavieiras no Nordeste, em Cuba, na República Dominicana, com situações de mobilidade da produção canavieira em regiões do México, no vale do Rio Paraíba e em vários outros lugares. A combinação de continuidade e de substituições nas estruturas regionais é uma referência em que se situam fenômenos que respondem por regiões específicas.

Historicamente, o processo civilizatório está ligado à sedentarização de população, que se concentra em lugares que favorecem a constituição de núcleos numerosos e estáveis e que passa por mudanças qualitativas, quando ganha a capacidade de não depender de recursos locais para sobreviver. Alguns núcleos aumentam em número e expandem seu território mais que outros. Uma

parte dos núcleos absorve seu próprio crescimento demográfico e atrai outros participantes, enquanto outros perdem população. A expansão da fronteira agrícola começou antecipando-se à mecanização, mas ganhando impulso com ela, especialmente com a extensão do sistema ferroviário. Esta é a origem da formação de regiões modernas, articuladas pela formação de capital da industrialização. A partir daí, o desenvolvimento de fluxos de comércio cria redes de relacionamentos entre núcleos estáveis de população, fazendo com que a vida social em cada região se nutra de articulações com outras regiões. A formação de regiões está no cerne das civilizações, pelo que antecede ao Estado nacional e abre opções para diferentes encaminhamentos do poder político, entre a formação de Estados nacionais consistentes, a criação de impérios e a de Estados multi-regionais⁷².

A discussão dos temas regionais tem que ser situada à luz das transformações do sistema de poder econômico e de seu relacionamento com o sistema de poder político. Há situações de formações regionais e há tendências, que por vezes podem ser vistas em sua inteireza, mas que, com frequência só podem ser inferidas através de sintomas das relações econômicas e sociais. Processos regionais tais como o sistema Orel-Kuznetsk, como a Superintendência do Vale do Rio Tennessee ou como a Superintendência do Vale do Rio São Francisco foram iniciativas que inovaram no perfil técnico das propostas de desenvolvimento de determinadas regiões, mas que vieram de decisões políticas, respectivamente, da política econômica de Lenin, do *New Deal* de Roosevelt ou do Estado

72 Será necessária uma leitura intertemporal da questão dos impérios, assim como falta um exame mais amplo das condições de multiregionalidade de Estados modernos. Uma incursão neste último terreno de José Ramon Lasuen (1987) apenas aponta alguns aspectos mais destacados da composição nacional na Espanha, que certamente é um caso extremo deste problema, mas não entra no mérito dos problemas que mais diretamente nos interessam, isto é, dessa multiregionalidade como uma pré-condição do desenvolvimento dos países americanos.

Novo de Getúlio Vargas. O mesmo aconteceu com os grandes projetos de irrigação no México⁷³ e na União Soviética, que representaram um novo modo de intervenção dos governos centrais.

Os processos do colonialismo passaram por mudanças profundas, com a conclusão do colonialismo moderno europeu e sua substituição por formas de controle das novas potências hegemônicas. O fim do colonialismo formado no início do século XIX aconteceu por conta do aparecimento de potências industriais não colonialistas, mas tomou novos rumos, segundo os empreendimentos colonialistas deram lugar a novas modalidades imperiais, onde se destacam o poderio dos Estados Unidos e agora o da China.

As razões do capital mundializado prevalecem hoje sobre interesses locais e os interesses nacionais e regionais estão entrelaçados com pressões de capitais internacionais que reservam terras e jazidas para exploração de recursos não renováveis ou para se reservarem o direito de alterar o ambiente. A regionalidade do processo econômico está modificada pela expansão de novos empreendimentos de produção primária, que, de fato, estabelecem nova hierarquia de liderança das regiões que avançam sobre as que atrasam na industrialização. Novos focos de concentração industrial, como o norte do estado do Rio de Janeiro, ou como antes aconteceu no Vale do Silício, são concentrações que correspondem a um momento tecnológico do capital e não a vantagens locais.

O movimento geral de acumulação de capital é conduzido pelo movimento de concentração dos grandes capitais que exploram grandes massas de recursos e operam mediante grandes contratos. Os grandes capitais retornam ao meio rural com mais força, com projetos que restringem as alternativas de diversificação da produção rural, como são os de celulose e de etanol. A ofensiva do grande capital no meio rural fecha novo ciclo, em que

73 Por exemplo, o projeto do vale do Rio Papaloapan foi de 150.000 ha.

o controle de tecnologias permite acesso garantido a novas etapas do desenvolvimento da economia rural. O desenvolvimento do mercado, isto é, do espaço de transações, está regulado por esses movimentos dos grandes capitais, que deixam apenas espaços secundários para pequenos e médios capitais. A pequena empresa tem poucas chances de determinar os rumos desse ambiente1q produtivo. Nada mais longe da utopia de concorrência perfeita nem de poder regulador de mercado. Subsídios agrícolas e financiamento de grandes empresas são marcas da política econômica européia e da norte-americana. É um equívoco pensar em soluções locais que não contemplem as condições mundiais de demanda e a estruturação dos mercados.

Nesse ambiente, sob as pressões de lotes de investimentos selecionados, no Brasil, o significado de local torna-se ambíguo: representa a perspectiva de um estado federado ou de municípios? A perspectiva de quem se encontra em uma localidade ou uma escala territorial? Esta falta de clareza, ou esta ambigüidade indicam como a chamada esfera local oscila entre uma escala residual e uma manifestação alternativa supostamente independente de poder. Que significam hoje no Brasil territórios para intervenções federais que desconhecem a relação federada e intervêm diretamente através de grupos privados sem responsabilidade pública? Não serão simplesmente uma projeção do poder federal vulnerando as esferas estadual e municipal? Que significa o federalismo quando a maioria esmagadora dos municípios não tem rendas suficientes, depende de transferências e está limitada em proporções de despesa pública? Qual nível de governo assume responsabilidade social pela renda e pelas condições de vida da população? A condição de governo como nos diz Foucault (2007), se aproxima das condições de identidade. Não poderemos confundir as condições históricas concretas de governo com as condições técnicas de governabilidade. Resulta que a governabilidade decorre de um conjunto de fatores econômicos, políticos, institucionais, que se torna um atributo de cada uma das esferas institucionais.

Já não se trata do argumento de que é preciso trazer poupança externa porque a interna é insuficiente⁷⁴, senão de aceitar a legitimidade de interesses internacionais sobre os nacionais, ou de considerar que os problemas de desemprego e de danos ambientais são inevitáveis e devem ser resolvidos localmente. Avançou-se muito na análise ambiental, mas pouco foi feito para que os capitais internacionais respondam pelos custos ambientais de seus investimentos. Pelo contrário, o controle dos custos sociais em outros países é um componente essencial na composição do que é o poder econômico na atualidade.

A análise destes temas requer uma revisão em retrospectiva que nos permita apreciar a marcha da teoria do desenvolvimento frente às mudanças no modo de mudar das economias contemporâneas. Está claro que a perspectiva das teorias formadas nas décadas de 1950 e 1960 ficou ultrapassada, assim como está claro que a análise neoclássica das décadas seguintes não nos serve. Tomaremos como horizonte de tempo o fim da segunda guerra mundial e vamos registrar algumas mudanças decisivas ocorridas desde então.

Há uma mudança substantiva no modo de funcionar da economia mundial, que começou a se desenhar depois da segunda guerra mundial e ganhou nova expressão política e nova

74 A tese da escassez de poupança foi aceita por quase todos. O próprio Celso Furtado em alguns de seus textos considerou esse argumento como naturalmente válido, apesar de que ao enfrentar os problemas de subdesenvolvimento do Nordeste passasse a focalizar no mecanismo de emigração de capitais, que adiante se aprofundou com a emigração de empresas. A constatação de as nações colônia, as dependentes, as periféricas em geral transferem recursos para as nações centrais é essencial na explicação dos sistemas de dominação. A crise mais recente do capitalismo, alegadamente iniciada em 2008, pôs em marcha novo quadro de dinâmica internacional com metade da Europa em retrocesso, o norte da África em paralisia, ascensão das economias da Nigéria e de Angola, agora associadas os chineses, e, acima de tudo, revisão da economia norte-americana agora em busca de melhor articulação com a China e tentando montar um mercado comum com a União Europeia, isto é, com a Europa do norte.

instrumentalidade a partir da década de 1970. Esse processo que ganhou nomes como de globalização e de mundialização, visto por muitos como novo, na verdade é um movimento inerente à acumulação de capital, que começou no século XVI. Em sua forma atual, esse processo passou a condicionar o desenvolvimento de regiões existentes e o aparecimento de novas regiões. Há um movimento geral de mundialização da economia conduzido pelo capital financeiro e uma combinação de movimentos mundiais e regionais, com resultados na urbanização e na determinação de processos locais, econômicos, políticos e culturais. As estruturas de poder e as identidades culturais passaram a mostrar, com mais clareza, contradições dos processos nacionais que se acumulavam, desde a Idade Média, no subsolo dos movimentos de modernização. O fio condutor que nos permite entender estas novas transformações é a trajetória da formação do capital.

O modo de formação de capital que se identificou como segunda revolução industrial, que praticamente conduziu a construção de grandes potências entre 1870 e 1914, definiu um padrão mundial de demanda de matérias primas, como parte da concentração de indústrias nos países mais ricos. A busca de ouro e demais metais preciosos foi substituída pela de matérias primas minerais. O mercado de capitais se organizou em consonância com a integração multimodal dos transportes. Isso respondeu por um padrão mundial de comercialização de mercadorias agrícolas e por um padrão de exploração de minas, que em seu conjunto determinaram a identificação de regiões que atraem capital e trabalho qualificado e regiões que expõem capital e trabalho qualificado. Desde então, é preciso reconhecer que há espaços inertes e espaços dinâmicos na configuração territorial do sistema produtivo, levando a que se formam e se dissolvem regiões.

Sobra dizer que o resultado desses movimentos foi o aparecimento – ou a consolidação – de regiões que concentram pobreza, que se reproduzem como reservas de força de trabalho pouco qualificada. Esse processo de subdesenvolvimento regional tornou-se o principal traço da concentração de capital promovida

pelo capital financeiro. O modo de acumulação gera uma territorialidade cujos produtos são espaços sociais diferenciados, onde o fundamento econômico se combina com ingredientes culturais que incorporam novos modos de fazer as coisas.

Esse modo de organização social do sistema produtivo mundializado foi alterado pelas duas guerras mundiais, que desencadearam processos nacionais – China, Índia, Brasil – criando novos pólos de acumulação de capital, que funcionam com baixos salários. A nova arrancada do capitalismo mundial foi impulsionada pela revolução dos transportes na década de 60 e pela das comunicações a partir da década de 70. Desde então, o modo mundial de acumular passou a ser conduzido, cada vez mais, por megaempresas, que se tornam multinacionais, mas que se sustentam em articulações com os governos de seus países de origem e reproduzem os modos tradicionais de controle dos trabalhadores e dos salários. É falso pensar que essa nova expansão do capital seja resultado da ampliação da esfera privada. O que se comprova é que se trata de uma forma de aliança entre o poder estatal e o dos capitais privados, alimentado por uma expansão do grande capital concomitante com o fortalecimento do poder político das nações mais poderosas.

No conjunto, esses movimentos foram encaminhados por uma aceleração do mercado financeiro, favorecida pela informatização, e onde a maior volatilidade dos papéis obriga os países emergentes a um comportamento passivo em política econômica e a políticas financeiras adaptadas ao mercado de curto prazo. Nesse cenário, tornou-se necessário rever o significado de crescimento e de desenvolvimento, vendo-se que os dados de crescimento do produto interno bruto encobrem uma participação maior das grandes empresas, bem como os dados de comércio internacional ocultam maior participação de transações entre empresas de um mesmo grupo.

A ilusão do crescimento torna-se mais grave quando ela se revela como frustração de desenvolvimento, quando os resultados de crescimento do produto são obtidos à custa de redução do efeito

emprego dos investimentos, de perda de recursos não renováveis e de exclusão e incerteza de renda em geral para todos que não são capitalistas. De qualquer modo, a produção sempre se traduz em um modo de usar e de criar espaços organizados, assim como a comercialização de produtos seleciona espaços e cria condições de exploração econômica, através de diversos modos de valorização de espaços. Centros políticos, religiosos e culturais tornam-se centros econômicos através da concentração de consumo. Cidades como Brasília, Washington, derivam seu significado econômico da localização do poder político. Madrid, México, atraem indústrias pela concentração de poder político, que se estende a poder financeiro e gera atração cultural.

Esses grandes movimentos do capital têm uma expressão no engajamento de trabalhadores na produção, como mostrou Gaudemar (1977), ao analisar as modificações nas condições de mobilidade dos trabalhadores. Esses movimentos alcançam outra expressão nos usos de recursos naturais, como vimos com Lasuen (1972), ao ligar a urbanização aos setores da produção. Finalmente, correspondem a um poder de criar espaços, tal como mostra Harvey (2002). O movimento tem continuidades e rupturas, tal como surge da obra de Foucault e tem consequências em deslocamentos de identidade, tal como descreve Hall (2006). Essencialmente, é um movimento complexo, conduzido pela acumulação de capital, como já colocara Marx, que se manifesta através da superação de práticas, como coloca Sartre. No século XX, desde Gramsci até Mészáros, a análise social crítica focalizou nos aspectos ideológicos do processo político do capital, deixando para nós, que somos parte das economias periféricas ex-coloniais e submetidas a sistemas recorrentes de controle externo, a responsabilidade de explicar o papel do colonialismo e da dominação financeira na configuração do sistema produtivo das regiões.

Há, portanto, uma trajetória do pensamento social recente, que percebe a complexidade contraditória do processo social do capital, cuja territorialidade compreende a localização da produção de mercadorias e a dos controles sobre a produção. Amsterdam,

Londres e Nova York nunca foram parte da localização do sistema produtivo da América Latina, mas foram mais importantes para essa organização territorial que Sevilha e Lisboa. Descobre-se que há uma correspondência entre os modos de controle financeiro e tecnológico da produção e a organização territorial da produção de mercadorias exportáveis. Num trabalho geral sobre a América Latina colonial, Schwartz e Lockhart⁷⁵ desenvolvem uma análise do processo econômico colonial que transcende os fatos da independência política e mostram o papel das empresas comerciais inglesas na perpetuação de relações coloniais sustentadas em regulação de qualidade e controle de preços. O papel das grandes empresas comerciais no capitalismo avançado levou a uma nova abordagem de estudos do comércio, que já não é mais do movimento de mercadorias entre países, mas do estudo dos mecanismos financeiros de controle das transações com mercadorias. Essa foi a abordagem da Cepal sobre a brecha do comércio internacional dos países latino-americanos, que procuramos reconstituir na análise da economia baiana, ao isolar os processos do comércio dos processos da indústria. A análise crítica do comércio leva a revisar o sistema do colonial do comércio.

Na verdade houve dois sistemas coloniais. O primeiro foi o dos países ibéricos, que trouxe mercadorias para um sistema de trocas que se expandia fora de seu controle⁷⁶ e o segundo foi o dos países do Mar do Norte, que produziu ou expropriou mercadorias para um sistema cuja expansão eles controlavam. A disputa pelo

75 Stuart Schwartz e James Lockhart, *A América Latina na época colonial* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002). Este livro foi desmerecidamente rejeitado pela academia brasileira mas aporta elementos importantes para ampliar as comparações entre nações latino-americanas.

76 O chamado colbertismo foi uma política destinada a ganhar o controle do comércio internacional para a França mediante o desenvolvimento de um alto artesanato e o de manufaturas. As companhias das Índias criadas por holandeses e ingleses, junto com a pirataria, foram políticas de fato, que tiveram o mesmo tipo de resultados e de modo mais radical.

tráfico negreiro e pelo controle da Índia foi parte desse sistema de poder. O sistema colonial conduzido pela Inglaterra se firmou sobre um controle eficiente da criação de mercadorias. Começou por classificar as mercadorias e montar um sistema de preços com os critérios de qualidade da indústria. No desenvolvimento dos mercados de mercadorias padronizadas desde a segunda guerra mundial há uma diferenciação clara entre as mercadorias de consumo básico, tais como arroz, milho, azeites comestíveis, que são objeto de consumo humano e são matérias primas industriais e mercadorias não básicas, como café, cacau e chá.

Isso significou a construção de um sistema de poder em que as relações entre o Estado e o capital privado passaram pelo filtro da interpenetração dos interesses empresariais no sistema público. No Brasil esse processo foi guiado por uma prioridade ao equilíbrio macroeconômico frente ao crescimento do produto, que sacrificou a construção do desenvolvimento do país em função de um modelo de financiamento amarrado pela dívida externa. Cabe observar que essa prioridade ao equilíbrio frente ao crescimento começou no Brasil com a política de Mario Simonsen, continuada por Mailson da Nóbrega, antes mesmo do acordo de Washington de 1988. A subordinação voluntária é um aspecto que não pode ser ignorado nas relações entre hegemonia e subalternidade.

Num de seus momentos de maior lucidez, Celso Furtado comentou que o maior resultado alcançado pela sociedade brasileira com a industrialização foi ter conseguido internalizar decisões sobre seu próprio futuro e que o maior custo das políticas neoliberais foi de ter voltado a externalizar essas decisões. Desde então, tornou-se necessário registrar que há uma variedade de situações de alienação, que desembocam em alienação da capacidade de decidir. Trata-se, realmente de uma alienação de capacidade de decidir, que tem um componente determinado pelas condições históricas de gestão do capital, junto com um componente ideológico de preferir soluções guiadas por interesses privados antes que por interesses públicos. Nos conflitos de interesse essa delegação – por vezes voluntária – avança sobre

o eixo ideologia-tecnologia, assim como se projeta sobre o eixo imaterialidade-territorialidade.

Diante desse processo, como ficam as regiões? São entidades territoriais que se formam em concomitância com os Estados nacionais ou são partes de países, ou se tornam meras dependências da influência dos projetos do grande capital ou têm propostas próprias? Não há como escapar do fato de que os fatores sociais de convergência que permitem reconhecer regiões dependem de estruturas de poder que raramente se encontram nas regiões específicas. Qual o significado prático da expressão região aplicada ao sul da Califórnia, aos Países Bálticos, aos Países Bascos, à Columbia Britânica? Os fatores de história se sobrepõem aos da geografia. A questão agora consiste, justamente, estabelecer critérios para definir essas propostas próprias, entendendo que elas terão que refletir um claro sentido de atualidade.

A experiência mostra que as referências do passado têm que ser filtradas por uma compreensão clara de tendências vigentes e de perspectivas. Esse é um campo no qual a análise convencional não ajuda muito e onde é preciso admitir o bom senso como ferramenta válida de análise. Deveremos pensar que o futuro desta região deve ser pensado sobre novas composições de atividades e com nova visibilidade de mercado. Para isso é preciso um planejamento econômico, social e ambiental que registre a perspectiva, os interesses e as condições sociais da região e não que a veja apenas como um fato técnico da produção agrícola.

Transformações e atualização do bloco histórico de poder

Gramsci redescobre, integrado-o ao marxismo, o conceito soreliano de bloco histórico. O bloco histórico – ou, em termos luckasianos, a totalidade concreta – é a estrutura global na qual se inserem, como momentos dialéticos, a estrutura econômica e as superestruturas ideológicas. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.

No sistema social de poder encontra-se uma analogia com as leis da termodinâmica, no que aí há uma identidade entre a conservação e a atualização do sistema de poder. Os dois termos de industrialização da produção e globalização do sistema financeiro denotam uma peculiaridade do sistema de poder no capitalismo avançado, em que a modernização se realiza como um movimento controlado da distribuição do poder na sociedade. Os dois aspectos de formação e de superação do sistema produtivo alternam com os elementos de poder e de controle dos meios disponíveis para atualizar as estruturas de poder. Os integrantes do sistema sócio-produtivo e sócio-político lutam para obter e conservar poder. As agremiações políticas formadas no ambiente da sociedade mercantil exportadora e da sociedade pastoril exportadora na América Latina caminharam, todas elas, caminharam para construir mecanismos de acesso às formas mais modernas de poder, recorrendo a associações com capitais internacionais, ou promovendo governos autoritários que lhes facilitaram esse acesso à modernidade. Na Argentina, tal como no México, no Peru, na Colômbia e no Chile, os interesses formados no controle da produção rural criaram estruturas políticas que lhes garantiram a participação no capital imobiliário e no industrial. Nos países onde não houve condições de mercado para chegar a uma industrialização significativa, os interesses formados nas velhas estruturas agrárias passaram a controlar a formação de valor na urbanização e na modernização da produção rural, ou passaram à esfera internacional através de participação no sistema bancário.

A conservação de poder funciona como a conservação de energia. Há trocas de poder no reordenamento dos sistemas de poder e ganhos e perdas para os diversos participantes, segundo a composição social do poder se projeta em certas formas específicas de controle social, tais como os Estados, as empresas e as organizações estamentais. Nesse particular as religiões têm um complexo papel, conseqüente das diferenças entre religiões tradicionais e identificadas com grupos de prestígio e renda e religiões e seitas novas, que prosperam no vazio de relações entre a tradição e as

condições modernas de vida, principalmente dos grupos de baixa renda. Cruzam-se, portanto, um processo de renovação e atualização e outro de arcaização e perda de vigência na relação entre das alianças de poder. Teremos que rever o processo de conservação de poder como produto de um jogo de alianças, que tem um pé nas relações de classe e outro nas estamentais. As alianças entre empresas e religiões, bem como a transformação de religiões em empresas, são parte desse conjunto e funcionam como enlace entre os ambientes pré-industriais e os industriais. Longe de olhar para a presença das religiões como parte de etapas pré-industriais do capital, coloca-se a necessidade de ver a proliferação de religiões e seitas como um movimento conveniente ao capital, que deve ser analisado como parte do instrumental da produção social de poder. O levantamento desse conflito básico torna-se uma referência inicial de uma abordagem dos elementos específicos da totalidade concreta, sinalizando que ela se move mediante alterações de composição, em que o velho e o novo se combinam de diferentes modos. Como essa totalidade concreta é histórica, seus integrantes lutam para se atualizarem em sua validade como protagonistas do poder político representativo do capital. O contexto e a textura da hegemonia se renovam segundo mudam os elementos das relações materiais e da esfera subjetiva. A hegemonia contém os ingredientes ideológicos da dominação consentida, da adesão do dominado à dominação. Em seu conjunto, os componentes materiais e os ideológicos projetam a historicidade do sistema social em suas manifestações, como sistema produtivo e como sistema institucional. No entanto, ao reconhecer que o movimento de acumulação leva o gérmen da concentração do capital, por extensão, aceita-se a hipótese de que a acumulação tende a gerar hegemonia, isto é, que a hegemonia é parte do prático ativo – por contraposição ao prático inerte – e que o aspecto da práxis que dá conta desse movimento é a atividade política em seu sentido mais amplo. O prático ativo é a esfera da práxis atual, em sua concretude e em sua funcionalidade, na produção do poder político e do econômico. O prático ativo é a esfera da atuação das classes sociais em sua

circunstancia etnocultural e no uso pleno de sua capacidade de arregimentar dinheiro e vantagens indiretas.

A produção social de hegemonia parte de situações concretas de estruturação de classes e de estruturação da sociedade civil. Ficaremos com Nicola Badaloni, quando ele diz que “a sociedade civil do ponto de vista do proletariado é, antes da conquista do poder estatal, o espaço através do qual são transmitidos os novos impulsos hegemônicos”⁷⁷ Na matriz material desse movimento, que é a capacidade de gerar mais valia, vemos o capital reivindicar estratégias políticas que garantem condições privilegiadas de formação de lucro. A supremacia de classe envolve o poder de conseguir condições privilegiadas de garantir lucro, mas, para exercer essa vantagem os detentores do capital terão que perceber o contexto histórico em que operam, o que é compreenderem as condições concretas de mercado. Esta análise leva a ver que a oligopolização do mercado não é um movimento genérico que interessa a todos os capitais, mas é uma condição operacional do grande capital que tem o protagonismo central deste processo em articulação com sistemas políticos nacionais.

O lado político propriamente dito do sistema é inseparável do econômico mas funciona com suas próprias determinações. O sistema político se estrutura de modo colateral com as relações de classe mas com um quadro próprio de referências, de tradições, de processamento ideológico de interesses, combinando elementos estamentais como as diversas religiões e os diversos movimentos de defesa de interesses locais⁷⁸. Junto com o aumento da influência das multinacionais e com a internacionalização de capitais

77 Nicola Badaloni, 1978, pp.16.

78 Na experiência brasileira são plenamente visíveis as passagens de mecanismos de esfera familiar para partidos políticos e repetidas formações de grupos de interesse combinando influências de empresas com religiosas ou simplesmente operando as religiões em forma empresarial. São indicações diversas mas convergentes de uma crise ideológica que se difunde junto com o individualismo da modernidade.

controlados por indivíduos do grupo dos muito ricos, diluem-se os elementos de separação entre a esfera local e a internacionalizada, levando do roldão as fidelidades nacionais e as identidades autônomas. Forma-se uma ponte entre os grandes mecanismos de hegemonia e as condições de individualismo.

Será, portanto, preciso ver a hegemonia como uma combinação de processos localizados no espaço-tempo dos acontecimentos, onde coincidem a concentração do capital e a qualificação do trabalho. Esse processo se desdobra no plano das nações e no das regiões, com sucessivas e diferentes interações. Há processos de hegemonização e de perda de hegemonia em condições ambiente variantes em movimentos de longa duração e de curta duração. Esta percepção de combinação de movimentos de diferentes durações torna-se essencial para entender a complexidade da supremacia norte-americana e os fenômenos subordinados de hegemonia localizada que vem sendo perpetrados por franceses, ingleses e alemães em diferentes partes do globo.

Hegemonia e limites do poder

Neste início do século XXI é preciso pensar em termos de limites do poder, tanto dos mais poderosos como dos medianamente poderosos e reconhecer que há um tecido de relacionamentos de que todos são parte, de modo vantajoso ou desvantajoso, mas, em todo caso, de modo inevitável.

O sistema de poder hegemônico substitui os impérios do século XIX, mas não significa menor uso de força, senão mecanismos mais complexos e sutis de controle social, onde a força militar desempenha um papel mais restrito, apesar da notável expansão dos meios militares de poder. Substitui-se o uso sistemático da violência explícita pelo uso sistemático da violência potencial. Mas há fatores limitativos dos usos internacionais do poder, tal como ficou demonstrado pela capacidade do Iran de resistir a pressões internacionais. Tecnicamente, essa capacidade de resistir pode ser atribuída ao acesso a armamento nuclear, mas

a experiência das guerras anti imperiais do século XX sugere que o fator decisivo é a determinação política de usar este ou quaisquer outro armamento. Certamente, há um argumento a ser avaliado, relativo ao desassombro político, que foi o fator decisivo da vitória do Vietnã e que funcionou na defesa de Cuba.

No cerne da hegemonia está uma supremacia que se impõe e exige convergência dos demais. A construção da hegemonia se faz mediante persuasão e coerção, com processos que combinam os planos da expansão econômica e do poder militar e desenvolvem mecanismos que substituem uso de trabalho na potência líder por usos de trabalho nas nações lideradas. Esse processo gera contradições entre os objetivos de transferência de renda para o centro e a formação de renda nas periferias, que, finalmente, alimenta processos de poder econômico e político alternativos aos do centro. Tais contradições vêm a reforçar os processos regionais ou passam a delimitar o progresso de regiões concretas.

Esse movimento acontece ao mesmo tempo no plano da formação do sistema globalizado e no dos países, por onde se vê como as regiões integrantes dos contextos nacionais na verdade são entidades que funcionam com seus próprios vínculos internacionais e onde as alterações na vinculação internacional, como aconteceu com o Nordeste, modificam as relações regionais nacionais. Com a desterritorialização do capital, o tecido de poder que converge formando o poder hegemônico representa uma combinação de fatores internos e externos, com duração variável. Os limites da hegemonia estão na capacidade de fazer prevalecer os elementos convergentes de poder frente aos elementos dispersivos. Tal capacidade varia ao longo do tempo e oscila entre situações estáveis e transitórias. Uma observação sobre os conflitos no Oriente Médio, na Ásia Central e agora no norte da África levam a ver contradições entre o poder de fogo das nações mais poderosas e sua dificuldade em saturar território e inibir ações hostis. Em qualquer avaliação clássica as guerras que não são ganhas são guerras perdidas e representam um custo social acumulativo para os que ficam com o ônus do ataque.

FORMAÇÃO DE CAPITAL E REGIÕES

A formação econômica de regiões

A questão central dos estudos regionais consiste em estabelecer uma linha de argumentação que articule a relação entre os elementos materiais e os não materiais da vida social e entre as diferentes escalas de tempo dos acontecimentos. A produção social de espaços diferenciados surge desse processo que alimenta a diferenciação de regiões. Em seu fundamento econômico as regiões surgem da relação entre a composição territorial da formação de capital e a composição territorial da distribuição da renda. Certamente, há um efeito inercial de formação de mercados regionais mas a crescente interdependência entre regiões nas diversas partes do planeta torna cada vez menos representativas as análises convencionais de mercados regionais.

O processo econômico gera regiões que se tornam os componentes espaciais do processo social. Em sua constituição, as regiões contêm elementos materiais e não materiais, em que os primeiros se identificam com sua inserção no meio físico e com a produção de bens; e os segundos refletem os aspectos culturais e ideológicos de cada região. Se bem que o sistema se constrói sobre os alicerces da produção material, as decisões sobre que se produz e como se produz passam para a esfera de um poder econômico

cujos integrantes já não dependem da esfera da sobrevivência, senão que criam modos de acumular capital através do controle da produção para sobrevivência. Isso faz com que os núcleos de atividades organizados em cada região contenham, sempre, mecanismos de poder que envolvem o cotidiano daqueles que precisam vender tempo de trabalho fiquem genericamente classificados como trabalhadores.

Em cada região se combinam elementos localmente formados com elementos transferidos de outras regiões, segundo receitas que geralmente dependem mais de situações externas que de processos locais. Os processos de dominação têm em contrapartida movimentos de recepção de influência dos dominados. Assim foi com o Império Romano e com os impérios coloniais modernos. Os ingleses passaram a tomar chá e a praticar esportes criados na Índia. Os europeus incorporaram batatas, milho, tomates e chocolate em sua dieta. As imigrações são transferências de cultura e de modo de relacionamentos. Entendendo que a região é um adensamento de relacionamentos historicamente concretos, esta transposição do argumento marxista de uma composição de infra-estrutura e super-estrutura tem o sentido de indicar os conteúdos que se incorporam pela experiência das sociedades nos lugares que elas ocupam. Torna-se, portanto, necessário inserir um esclarecimento dos conceitos de capital e de patrimônio com que se trabalha. Capital é o valor socialmente acumulado que se reintegra ao processo produtivo geralmente mudando de forma. Patrimônio é todo valor que permanece mas que não volta a participar da produção e que compreende componentes não redutíveis a preços em mercado. O patrimônio compreende valorações não econômicas, tais como de monumentos, que podem ter importantes efeitos econômicos mas que não podem ser medidos por eles. O direcionamento do desenvolvimento está ligado ao modo de distribuição da renda atrelado ao modo de formação de capital. A questão acerca do rumo do desenvolvimento – opções de distribuição da renda que combinam com decisões sobre que produzir, como produzir e como distribuir a renda gerada – foi

praticamente abandonada, já fosse porque se considere que ele simplesmente será dado pelas preferências do capital, ou porque tenham se esgotado as possibilidades de direcionar a economia através de planejamento.

Os elementos materiais são, portanto, o capital e o patrimônio acumulados, no modo como eles estão articulados com sistemas de recursos naturais.⁷⁹ Na perspectiva de análise de regiões não se pode confundir o capital incorporado no sistema produtivo com o capital financeiro à disposição de empresas e de capitalistas individuais, já que o que move a região é a capacidade instalada. Artifícios de análise financeira que se colocam ao nível da economia nacional no plano regional tornam-se evidentes. Volta a velha discussão sobre a diferença entre produto e renda que só foram iguais na simplificação de Keynes⁸⁰.

Com o desenvolvimento das ciências da natureza e com a atual compreensão de meio ambiente, é preciso trabalhar com conceitos de capital e de patrimônio que subentendem uma relação dinâmica entre o capital acumulado e os recursos disponíveis. Somente com essa abordagem é possível levar em conta todo o leque de problemas que decorrem da possibilidade de continuar num dado rumo de acumulação de capital, que utiliza certos recursos; ou de situações em que o processo de acumulação tem que ser interrompido ou redirecionado para adequar-se ao perfil dos recursos disponíveis onde há ganhos e perdas de capital por desgaste, por arcaísmo e por alterações nas articulações entre

79 A expressão patrimônio abrange todos os ativos acumulados, inclusive aqueles que não estão integrados no processo de produção. As ruínas escavadas pela arqueologia em princípio não são parte do processo de produção. Mas quando são habilitadas para visita de turistas, ganham novo modo de participar da vida econômica, diferente de sua definição inicial. A expressão capital refere-se aos ativos formados no processo de produção e integrados a ele.

80 Se um bilionário brasileiro é proprietário da cerveja mais popular nos Estados Unidos qual será o efeito final na economia do Rio de Janeiro onde mora esse cidadão?

conjuntos de capital.. O principal exemplo está na relação entre o sistema de produção industrial e o sistema de produção de energia, em que este último depende de fontes de energéticos, cujo esgotamento levará, necessariamente, a reestruturar ou a anular a acumulação em capacidade de produção industrial.

Justamente, em torno da compreensão do capital industrial e do modo como ele funciona, há um corte claro entre as premissas e o modo de análise organizado até a década de 1970, que depende das premissas de um capital organicamente contínuo, com escalas de produção que se deslocam de modo linearmente invariante. A evolução e as transformações do capital desde então, obrigam a distinguir claramente entre aquela análise baseada em dados de desempenho dos estabelecimentos; e aquela outra linha de análise, baseada na gestão financeira das empresas. O ambiente de volatilidade financeira das aplicações das empresas torna-se incompatível com os requisitos de continuidade dos projetos industriais. Esta diferença entre a duração dos empreendimentos na indústria e a volatilidade do capital financeiro faz com que os ganhos do capital venham mais de movimentos de participação que de lucros operacionais.

Como é notório a análise econômica industrial geralmente se faz com dados de estabelecimentos produtivos e não das empresas que tomam as decisões sobre produção industrial. A análise de estabelecimentos pode ser meramente técnica, mas a de empresas envolve os aspectos culturais e ideológicos das empresas. Tal como nos estudos industriais no campo regional é preciso trabalhar com uma conceituação operacional de empresa. Entende-se aqui empresa como centro de decisões financeiras, técnicas e administrativas, em torno da reprodução de um dado capital. A capacidade das empresas de absorverem capital é uma característica que está além de sua capacidade operativa e depende de percepção de oportunidades . Os elementos culturais e ideológicos estão representados na formação sócio-cultural, que é a síntese da experiência incorporada pela sociedade, concretamente, pelos coletivos que a integram. As empresas representam modos

de conduta, trazendo para sua esfera operacional seu modo de inserção em sua sociedade original⁸¹.

A economia basicamente responde pelos aspectos materiais das relações sociais, comparados com os aspectos ideológicos ou com os culturais. Para chegar à relação da atividade econômica com a formação de espaços regionais, convém rever os conceitos básicos de esfera doméstica e esfera de mercado,⁸² com seus respectivos modos de uso de força de trabalho. A esfera doméstica é a do espaço social da família. A esfera do mercado é onde a força de trabalho excedente é colocada como mercadoria, onde se formam relações de compra e venda de tempo-trabalho, portanto, onde o tempo tem custos mensuráveis. Na esfera doméstica ainda não se chegou a calcular de modo adequado o tempo utilizado na reprodução da família e o tempo utilizado na capitalização da família como núcleo social e economicamente identificado.

As relações de troca em mercado criam, portanto, espaços de troca que têm duas consequências: a criação de lugares físicos onde se realizam as trocas, que é o mercado no sentido medieval da expressão; e a criação de espaços abstratos das trocas, que correspondem à parte da produção correspondente às diversas mercadorias trocadas. Este último é o mercado no sentido contemporâneo do termo. Assim, há o mercado de hortifrutigranjeiros no sentido de lugar onde esses produtos são trocados e no sentido da magnitude das trocas desse tipo de mercadorias. Além disso

81 Daí, a importância da observação de que as empresas multinacionais continuam representando o modo de funcionamento de seus países de origem, inclusive com pequeníssima participação de outros nacionais em suas diretorias.

82 Os conceitos de economia doméstica e economia de mercado, com seus correspondentes valor de uso e de valor de troca e modos de uso de força de trabalho, são de Aristóteles, que por economia entendeu a esfera doméstica, entendendo que a esfera do mercado é a da política. Marx inovou no tratamento desse tema, oferecendo uma explicação para a conversão do valor de uso em valor de troca e da articulação da esfera doméstica pela expansão da esfera de mercado.

o mercado de hortifrutigranjeiros compreende a magnitude de transações com todos tipos de embalagens usadas nesses produtos e com as instalações de refrigeração que eles utilizam. A percepção do mercado imediato e do derivado é outro aspecto necessário para a economia regional.

A movimentação de recursos realizada pela economia cria funções dos lugares onde as trocas são realizadas, estabelecendo condições especiais de interferência das instituições, bem como dando lugar a certos cruzamentos de relações entre setores de produção e de serviços, que têm efeitos cumulativos ao longo do tempo. Assim surgem, principalmente concentrações de transportes; e junto com elas, concentrações de comércio e de indústrias, que determinam modificações do papel de cada cidade em seu território regional e em suas relações com outras cidades.

Essa tendência a uma funcionalidade diferenciada dos espaços regionais tem as consequências de (a) formar regiões no sentido estrito desta expressão, (b) criar mecanismos intra-regionais de concentração de capital e de diferenciação produtiva e (c) de criar diferenciações entre cidades. Os dois primeiros tópicos caem no domínio da análise regional e o terceiro no domínio da análise urbana.

As teorizações do aspecto econômico do campo regional exploraram (a) a relação entre as combinações setoriais e a configuração dos espaços econômicos; (b) a relação entre a formação de capital e as condições espaciais para as decisões de investimento; e (c) a influência dos espaços organizados na composição dos custos de produção. Todas elas enfrentam um problema técnico relativo a determinar que se pode mensurar e a comparabilidade na análise em geral.

A análise das combinações setoriais tem sido a mais identificada com a análise econômica ortodoxa, mais próxima da análise micro econômica baseada em custos de produtores e de consumidores e que trata as empresas como unidades de produção. Tem diversos desenvolvimentos e aplicações de análise inter industrial e

de custos/benefícios,⁸³ assim como registra algumas contribuições valiosas, no sentido de encontrar a equivalência entre as combinações multissetoriais e a aglomeração em espaços urbanos.⁸⁴

A linha de análise que focaliza na relação entre a formação de capital e as condições para as decisões de investimento tem trabalhado com as peculiaridades da formação de capital, que na prática traduziu-se em certas contribuições típicas da análise regional, tais como as teorias de lugar central, as análises de custos/distância, as teorias de localização industrial.⁸⁵ Essas teorias tratam de relações entre entidades localmente invariantes, cujo desempenho em termos de custos não é alterado pela localização.

Por sua vez, o estudo da influência dos espaços organizados, em que se destacam as análises de modo de produção e de pólos de crescimento, representa um tratamento da dinâmica das regiões em sua real perspectiva histórica, levando em conta os efeitos a montante e a jusante das variações de escala e de magnitude dos investimentos. História nunca é somente trajetória pelo que as series históricas nada têm de históricas.

Em todas essas correntes de análise, é preciso levar em conta o nível de capitalização dos sistemas de produção com que se trabalha. Os aspectos materiais compreendem o uso de recursos físicos e de patrimônio acumulado pelas sociedades, assim como as relações sociais concretas mediante as quais esses usos se realizam.

83 A análise regional de custos/benefícios apoia-se na análise da economia do bem estar, aplicando no campo espacial os mesmos princípios de análise baseada na homogeneidade do capital financeiro. A análise inter-industrial por sua vez é uma aplicação da análise originada por Leontief e que trabalha com o pressuposto de divisão do sistema de produção em setores de produção e análise cruzada de suas interdependências.

84 Cabe citar aqui uma contribuição de José Ramon Lasuen (1974), que explora o significado do conteúdo econômico das aglomerações urbanas.

85 Estas linhas de análise também são variedades da aplicação da análise marginalista. Seguem o procedimento neo-clássico convencional de escolher relações entre pares de variáveis e trabalham com o pressuposto de condições genéricas operacionais.

Assim, tanto como a atividade econômica gera concentrações de usos de recursos, também cria concentrações de população, e gera um tecido institucional, com formas locais de organização do trabalho. O significado do local em geral e especificamente, do componente local em diversos ponto-momento das sociedades torna-se, portanto, um problema a ser tratado como parte da compreensão da totalidade e não como um acidente nem como uma instância separada do funcionamento da totalidade nacional.

À medida que se consolidam as regiões, com a composição específica dos recursos que elas usam e dos seus recursos humanos, elas são levadas a evoluir segundo certos trajetos, ou em certos caminhos de como sua economia se transforma e expande.⁸⁶ Isso quer dizer que cada região se transforma de determinado modo e não de qualquer modo e segundo o momento histórico em que essa transformação acontece. Aqui se introduz uma diferença essencial entre as trajetórias de movimentos linearmente definidos e os rumos de sociedades historicamente concretas.

Noutras palavras, a formação de capital não é algo genérico, equivalente de um lugar a outro, senão descreve conjuntos específicos de capital, de recursos físicos e de recursos humanos, que têm certas possibilidades específicas de crescer. É uma análise que requer uma revisão do conceito de capital. Capital é valor acumulado (Marx) e é poder de compra (Schumpeter). O capital em si é abstrato mas todo capital determina localizações e situações concretas.

Os usos de recursos acontecem em determinados lugares, mas resultam de decisões locais e de outras decisões que não são locais. Daí, a necessidade de compreender em que consiste a composição do capital; e entender os mecanismos que conduzem a concentração de capital. Nesse contexto, colocam-se os aspectos de internacionalidade e de organização local da produção. Nesta

86 Esta noção de trajetos da transformação das regiões tem sua origem no conceito de Gianbattista Vico, de *ricorsi*, que significa justamente a trajetória concreta das transformações de cada sociedade.

reflexão, os conceitos de formação de capital e de organização do trabalho são revistos, focalizando-se em sua composição e em sua espacialidade.

A composição do capital

A discussão da composição do capital é fundamental na análise regional, enquanto é uma análise dinâmica, isto é, refere-se *ao dinamismo das transformações da composição do capital e por extensão, ao dinamismo da capacidade de produção, compreendendo a qualificação do trabalho*. É uma questão que se remete às bases da teoria econômica, portanto, àqueles fundamentos de análise que explicam como se chega a uma teoria dos pólos de crescimento e a uma teoria da divisão internacional do trabalho.

As referências básicas sobre a composição do capital vêm da Escola Clássica de economia, com a identificação dos conceitos de capital financeiro, maquinaria e estoques.⁸⁷ Todos três são manifestações do capital, mas não esgotam o conceito de capital em seu sentido mais amplo. O capital de fato é o valor incorporado no sistema de produção, que aparece sob diversas formas, mas que é algo mais que qualquer uma delas. O capital representa a capacidade do sistema produtivo para se recompor.

O conceito de composição atingiu sua maturidade em Marx, com a combinação das noções de capital fixo e circulante e de capital constante e variável, convergindo nas noções de composição técnica e de composição orgânica do capital.⁸⁸ O fundamental

87 David Ricardo (1817) distinguiu entre capital e maquinaria, oferecendo a primeira explicação teórica do funcionamento da maquinaria. Thomas Malthus, na mesma época, distinguiu o capital, enquanto conjunto articulado, e os estoques, cujo valor depende da estruturação do capital, mas que não são uma magnitude estruturada.

88 Como se sabe, Karl Marx, em *Grundrisse* e em *O Capital*, apresentou uma pluralidade de conceitos descritivos do capital, fechando nos conceitos interpretativos de composição e transformação do capital. O grande desafio enfrentado

é que se vêem as variações de composição que são próprias de cada um dos movimentos de expansão do sistema produtivo. É fundamental perceber que os desajustes entre a progressão da composição orgânica do capital e a da demanda assinalam um foco de crise típico do capitalismo avançado em que diminuem as oportunidades de investimento para os pequenos capitais e onde a demanda social surge da capacidade de compra de grupos médios e superiores de renda. A incorporação de demanda reprimida de grupos de baixa renda como acontece hoje no Brasil pode ser tomado como uma situação atípica que tende a não se repetir.

O capital fixo compreende os diversos ativos materiais e o capital circulante corresponde a representação de valor, que é o dinheiro. O funcionamento do sistema de produção depende da articulação de capital fixo com circulante, que é um modo de dizer como as empresas precisam de dinheiro para operar. Empresas em diferentes escalas de tamanho e com diferentes composições de tecnologia têm necessidades específicas de dinheiro, resultando que a demanda de dinheiro das empresas varia segundo suas condições de participação no mercado.

Esse problema pode ser apresentado simplificadaamente em dois tempos. Primeiro identificando alguns modos operacionais representativos das empresas e considerando a demanda de dinheiro de cada uma delas, que é por onde elas são articuladas pelo capital financeiro. Parte-se aqui de que as empresas têm receitas operacionais, do diferencial entre custo e preço; financeiras, da gestão de seu capital financeiro; e patrimonial, da gestão de patrimônio, de sua gestão de patrimônio imobiliário e acionário. Também, de que o diferencial entre os juros do dinheiro captado e do dinheiro próprio é um componente fundamental da gestão do capital financeiro. Num segundo momento consideram-se as necessidades de capital financeiro para operacionalizar empresas

por Marx decorria do fato de que as empresas tendem a criar novos mecanismos de operação financeira que dificultam perceber a totalidade de seus ativos.

em cada uma dessas situações. A pluralidade de estabelecimentos e de produtos facilita às empresas compensarem suas necessidades de liquidez, portanto, a que possam obter maior liquidez em sua receita operacional.

Essa análise pode ser desdobrada em dois sentidos. No de identificar as margens de vantagens e desvantagens consequentes de ter comprador ou vendedor de dinheiro; e no de acompanhar as vantagens e desvantagens do controle da liquidez ao longo da trajetória de cada empresa, segundo ela permanece num mesmo grupo de tamanho ou se desloca de um grupo a outro. Como as empresas subir de patamar de tamanho para garantir seus lucros e como enfrentam custos crescentes de dinheiro, tornam-se mais susceptíveis de serem compradas por grupos muito maiores contribuindo para uma concentração de capital por meio de elevação de grau de monopólio.

Para a análise regional, a principal distinção é a última, entre a composição técnica e a orgânica, porque a noção de composição técnica refere-se às propriedades técnicas do capital e a sua disposição no território, enquanto a composição orgânica refere-se à articulação entre a estruturação tecnológica e a estruturação social do capital, portanto, ao perfil social da propriedade do capital.

O conceito de composição do capital, tal como desenvolvido por Marx,⁸⁹ envolve aspectos de espacialidade e de não espacialidade. O modo como se concentra fisicamente o capital descreve uma espacialidade. A centralização do capital entre pessoas ou

89 Na doutrina de Karl Marx (*O Capital*) o conceito de composição do capital aparece em duas modalidades, que são as de composição técnica e de composição orgânica. A composição técnica denota a tecnologia incorporada no capital no conjunto de suas formas. A composição orgânica refere-se à relação entre essa estruturação tecnológica e a qualificação do trabalho correspondente a ela. Assim, o conceito de composição do capital compreende a espacialidade do capital incorporado na economia. Especialmente, o conceito de composição orgânica do capital é necessário, para fazer a ligação entre o modo de formação de capital e a gestão social de tecnologia.

entre coletivos não é espacial, porque essas pessoas podem estar em qualquer lugar.

Essas duas noções interessam à análise regional por seu significado para a teoria da localização de atividades. O problema da teoria da localização hoje é que a teoria da localização industrial – melhor, da localização de fábricas – tal como elaborada nas décadas de 1960 e de 1970, apoia-se em conceitos de uma relação custo-distância que não se sustentam, quando se considera que as razões da localização de equipamentos dependem de uma lógica do capital financeiro, que não é espacial.

Agora, portanto, é preciso distinguir entre o que pode ser uma teoria da localização de estabelecimentos produtivos – industriais, agrícolas ou outros – e uma teoria da localização baseada em critérios do capital propriamente dito. São dois diferentes níveis. O primeiro é de uma teoria da localização do capital, que pode ser capaz de analisar problemas de dispersão ou de concentração de capital em suas diversas formas; enquanto o segundo é o que trata dos critérios de localização de estabelecimentos. O primeiro trata da acumulação em poder dos agentes, enquanto o segundo trata dos efeitos em termos de concentração territorial de capital. A não espacialidade está representada pelo capital financeiro. A espacialidade está representada pela localização dos equipamentos, das instalações e dos estoques.

O conceito de composição orgânica do capital engloba todos os demais, inclusive ao de composição técnica. A composição técnica representa as condições operacionais imediatas de uso de recursos, enquanto a composição orgânica indica os problemas de continuidade da reprodução do capital, já que vincula essa situação operativa com a estruturação social, seja, como se vincula a gestão do trabalho com a de tecnologia.

Outra contribuição mais recente nesse campo, se bem que já de algum tempo, é a de J. Lachmann⁹⁰, que explora aspectos que

90 Ver *Capital and its structure*, John Willey, Londres, 1956

estão ao alcance da análise positivista em que ele se enquadra. Lachmann destaca as peculiaridades do capital, que estão dadas pelas diferentes pluralidade e especificidade de uso dos diversos bens de capital e conjuntos de bens de capital. A análise de Lachmann destaca dois aspectos fundamentais: a multiplicidade e a especificidade dos usos do capital. Por exemplo, a extrema versatilidade dos instrumentos mais simples e a extrema especificidade das máquinas mais complexas.

Todas essas observações referem-se a que o capital é, necessariamente, heterogêneo, e que sua heterogeneidade não se explica plenamente por sua representação financeira. Na teoria econômica esses problemas configuram uma polêmica entre as correntes de análise que consideraram necessário preservar a heterogeneidade, como aspecto essencial da compreensão do processo do capital; e as correntes que optaram por operar com a suposição de poder-se reduzir a heterogeneidade intrínseca do capital aos termos do capital financeiro⁹¹.

A globalização do capital financeiro generaliza os parâmetros de custos e rendimentos, mas enfrenta os mesmos problemas de (a) correspondência entre o perfil de valorização dos ativos financeiros e a reprodução da capacidade de produção; e (b) a composição das remunerações do capital e as perspectivas e os requisitos de recomposição e de expansão da capacidade instalada de produção. Há inúmeros exemplos a serem citados nesse sentido, destacando-se, especialmente, o relativo aos sistemas de serviços de utilidade pública, onde hoje, com as privatizações e realinhamentos da propriedade, confrontam-se critérios de investimento, sociais e privados.

As implicações espaciais da reprodução e ampliação da capacidade instalada de produção têm modificado o modo como as regiões se consolidam ou desestruturam e se decompõem.

91 Textos representativos desse debate estão reunidos em Harcourt e Laing, *Capital and growth* (Penguin, 1967).

Algumas antigas regiões encontraram modos de acompanharem os movimentos de modernização e continuaram consolidadas. Outras, entretanto, perderam os elementos de coesão que as mantinham e se diluíram. A observação da economia mundial indica que há um padrão básico de continuidade na concentração mundial de capital e de renda, em que os países capazes de acompanhar a renovação tecnológica são em muito pequeno número e pouco se renovam.

A predominância dos interesses representados na reprodução do capital conduz a divisão internacional do trabalho, que se organiza regionalmente, segundo as concentrações de demanda. Os desdobramentos da divisão do trabalho no plano espacial dependem das condições de densidade de capital e do povoamento.

A espacialidade da divisão do trabalho

A noção de divisão do trabalho, introduzida por Adam Smith para explicar o mecanismo de aumento da produtividade do trabalho induzida pelo mercado, trata das possibilidades práticas de divisão do trabalho, segundo operam os diversos produtores específicos. Assim, trata de uma pluralidade de condições e de limites práticos da divisão do trabalho. Por isso, implica em certa concepção de que seja capital e de que seja a operacionalidade do capital.

Sempre se soube que o capital é volátil, que os critérios que comandam suas transformações não dependem de estruturações locais, nem mesmo de nacionais, senão dos interesses envolvidos em sua reprodução. Isso implica em reconhecer que o componente financeiro do capital comanda os movimentos dos componentes físicos. As atuais discussões da divisão do trabalho na perspectiva da economia regional apontam, fundamentalmente, a que a organização internacional do capital impõe condições ao funcionamento das regiões, que estas, finalmente, são desdobramentos de tendências e de decisões do capital internacionalizado.

Para compreender o capital tal como ele se apresenta hoje, é preciso levar em conta, primeiro, a expansão do controle financeiro da economia; e segundo, ver que a expansão financeira também significa maior sensibilidade a movimentos de desvalorização. A maior participação de um componente internacional na formação dos custos dos produtos subordina as variações na eficiência na produção a variações cambiais.

Desde seu princípio, a produção capitalista se organiza segundo o princípio da divisão do trabalho, acerca do qual se distingue um juízo de valor, relativo a quanto seja desejável avançar na divisão do trabalho; e uma visão objetiva, de que ela avança tanto quanto permite o mercado. A principal questão, portanto, refere-se a como ou por quais meios avança a divisão do trabalho para diferentes tipos de atividade. Numa primeira resposta simples dessa questão, pode-se dizer que ela é promovida pelos interesses que se manifestam no meio econômico, portanto, que ela depende da organização dos interesses econômicos e da escala em que eles operam, de sua capacidade, de se aprofundarem na esfera local ou de se irradiarem na esfera internacional. Por exemplo, certas empresas muito especializadas operam num determinado ponto, do qual irradiam sua influência. Um centro médico de qualidade mundial irradia sua influência sem se reproduzir em outros lugares, enquanto supermercados, que operam em padrões tecnológicos equivalentes, ou empresas de transportes de carga, tendem, naturalmente, a passar a múltiplas localizações e chegar escalas internacionais.

O comércio e as finanças têm sido as principais representações desses interesses. Através da organização das trocas, formam-se redes de agentes e circuitos de relacionamentos, que mobilizam pessoas e recursos físicos, em torno de opções de investimento, ou para criar novas oportunidades de investimento. De fato, as opções de investimento formam-se em cadeia, sobre os efeitos cumulativos de progressões de investimento, projetando estruturas de custos para a localização de cada novo investimento. Daí, porque a análise regional impõe uma revisão da análise de

localização industrial, para colocar os novos investimentos no contexto do conjunto de que são parte⁹².

Mas o comércio também é o mecanismo que canaliza e concentra o enriquecimento, configurando posições diferentes e interesses antagônicos, que disputam o controle da acumulação. Por todas razões, impõe-se distinguir o comércio da economia pré industrial do comércio da sociedade econômica industrializada. Assim, encontram-se vendedores de bens e vendedores de serviços, bem como vendedores de bens mais elaborados e de bens menos elaborados que operam em ambientes diferenciados de formação de preços, em que o potencial de expansão de mercado é assimétrico no tempo e no espaço.

Mas há uma diferença fundamental, entre o comércio da produção pré-industrial e o da produção industrializada. Tal diferença deve-se, em primeiro lugar, a mudanças do funcionamento do capital financeiro; e em segundo lugar, a possibilidades de variar rapidamente a pauta de mercadorias

A divisão internacional do trabalho tem se reproduzido mediante a ligação entre os mecanismos de concentração de capital e os de controle da renovação tecnológica. Esse mecanismo tem operado em dois sentidos. Primeiro, no da discriminação da localização de unidades produtivas, com sua conotação ambiental. Segundo, nas políticas de empresas, que decidem as localizações de suas unidades em função de custos e vantagens da empresa em seu conjunto, que transcendem o horizonte de referências de cada empreendimento.

92 Em outro trabalho – *A dimensão regional da sociedade econômica* (Revista de Desenvolvimento Econômico, n.2, Salvador, 1999) – explorei especialmente esse aspecto de interdependência de investimentos, focalizando nas restrições representadas pelos ciclos de tecnologia. Justamente porque as composições de atividade de cada região estão pré determinadas pelos dados de tecnologia, estão sujeitas ao encadeamento de decisões de cada ciclo de tecnologia. Por exemplo, uma decisão de localização de uma indústria de material elétrico depende do processo de formação do setor elétrico, em sua constituição e no modo como *pode* em cada região.

Os circuitos da produção e do consumo

Uma das principais heranças deixadas pelo Iluminismo em economia foi a capacidade de combinar uma visão de conjunto dos processos sociais com uma percepção do campo social como integrado por um movimento orgânico. A generalidade conceitual da corrente circular proposta pelos Fisiocratas – empobrecida na teoria do desenvolvimento de Schumpeter – é uma referência inicial necessária para examinar o modo como se desenrolam os movimentos da produção e do consumo no contexto de um sistema dinâmico. As opções que os interesses do capital fazem têm sempre os dois significados, de responderem perante um quadro comparável de custos, lucros e riscos e de se situarem em sequências de encaminhamento de produção que são, progressivamente, menos reversíveis, mesmo quando se colocam como parte de horizontes limitados, como é o caso do petróleo. Assim, há decisões que respondem apenas a circunstâncias eventuais e muitas outras que são parte de movimentos em cadeia, que respondem pela organicidade e pela continuidade do sistema. Os circuitos da produção se formam progressivamente, combinando um aprofundamento tecnológico com a criação de condições adequadas de comercialização.

O movimento geral de diversificação tecnológica atinge o sistema produtivo através de tecnologias básicas – de elevados efeitos indiretos – com grande poder de difusão e que ocupam posições especiais nos principais circuitos de produção. O aumento de escala e de complexidade do sistema torna-o mais sensível à influência dessas tecnologias básicas e mais vulnerável à incerteza de seus resultados. Assim, por exemplo, o sistema torna-se mais sensível aos resultados no desenvolvimento de cerâmicas e de plásticos de alta definição, do mesmo modo como fica mais dependente do desempenho de alguns grandes portos de alta tecnologia.

A reprodução do grande capital se faz mediante o controle dos principais circuitos de produção e dos espaços de mercado

que eles representam. Há um paralelismo entre a oligopolização do mercado e o desenvolvimento de grandes circuitos de produção de alta AL em que tecnologia, ao tempo em que essa convergência se traduz em maiores apostas de demanda de dinheiro que não podem ser cobertas sem a participação ativa dos governos. Esta vulnerabilidade do sistema em seu fundamento mais avançado tornou-se evidente na atual crise, em que as indústrias de alta tecnologia tornam-se mais sensíveis a uma demanda global em que pesam relativamente mais as inter-relações entre os circuitos do grande capital.

Os mecanismos de dinâmica da economia

A análise positivista habitual trata com relações entre regiões territorialmente definidas, sem especificar quais os participantes dessas relações, nem como elas se modificam. Basicamente, supõe-se que são relações que podem ser decompostas em um número de transações – ou de trocas – individuais, que não são afetadas umas pelas outras. Isso se aplica à produção e ao consumo, que também são tratados por separado. Essa particularização da análise chega ao extremo de tratar os conflitos sociais como fenômenos exclusivamente locais, reincidindo no velho vício de tratar tudo que é regional como separado da articulação internacional do sistema econômico.

Essa abordagem não permite ligar os eventos da esfera regional com os movimentos gerais da economia, nos planos nacional e internacional. A consequente deficiência de análise revela-se mais grave ainda, quando se trata do dinamismo no plano regional de uma economia nacional, ou de uma grande região – tal como a Amazônia ou o Sahara – mesmo quando não se refere a regiões claramente definidas e estruturadas.

Outra trajetória do pensamento que interessa à análise regional pode ser identificada através de elementos de teoria do desenvolvimento econômico, que vão desde as idéias de Nurkse

sobre o círculo vicioso da pobreza⁹³ às de causação circular cumulativa de Myrdal,⁹⁴ que no essencial procuram colocar no quadro da economia de hoje algumas questões fundamentais da teoria econômica, relativas às condições de equilíbrio e de expansão do sistema produtivo.

Ambas idéias são desdobramentos da noção marxista de que o sistema *inevitavelmente* muda. A questão logicamente refere-se a saber se ele pode mudar segundo um padrão constante, ou se necessariamente muda mediante crises. Como disse Sartre (1956) o equilíbrio consiste na permanência de relações que mantêm as condições de mudança.

A visão do sistema produtivo como acionado por efeitos em cadeia está associada à noção de fluxo circular de Quesnay, retomada a nível micro e posta em termos subjetivos por Schumpeter. As noções de multiplicador e de acelerador também trabalham sobre esse ponto, indicando os diferenciais de dinamismo decorrentes das diferenças de complexidade das estruturas em que esses impulsos dinâmicos se propagam. Mas essas contribuições não respondem ao problema fundamental de que as transformações do sistema econômico são parte de movimentos gerais de formação de capital e que vão em certos rumos. A compreensão de que o sistema evolui em certas direções, segundo certas trajetórias, subordina todas as demais colocações citadas, colocando as questões regionais de volta no coração da teoria econômica.

Mas a contribuição de Myrdal oferece uma visão mais ampla da questão, ao tempo em que permite entrar no mecanismo que articula investimentos em diferentes campos e níveis de tecnologia, além de efeitos indiretos atribuíveis a projetos específicos de investimento. A causação circular cumulativa fala de movimentos

93 Ragnar Nurkse, *Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados*, Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1958.

94 Gunnar Myrdal, *Asian Drama*, Random House, 3 vols. N.York, 1968

que perpassam os diversos setores da economia, combinando alterações materiais da produção industrial com movimentos da qualificação das pessoas para produzir e para consumir.

Na perspectiva da análise regional os circuitos de comércio constituem movimentos em cadeia, que se identificam com as condições operacionais dos sistemas de produção, criando condições privilegiadas para os que participam do circuito, mas mantendo exigências de que acompanhem o ritmo de renovação tecnológica. Por exemplo, a observação do setor de oleaginosas ao longo das décadas de 1980 e 1990 evidencia uma grande elevação de nível de exigências de tecnologia, escala e pesquisa, que automaticamente põem fora do mercado as pequenas indústrias nessa área, mesmo quando seus produtos são tecnicamente semelhantes aos das grandes empresas.

O aumento da densidade de capital nos diversos segmentos da produção e a redução do componente de energia por produto final, marcam diferenças entre a produção realizada pelas grandes empresas, que controlam a renovação tecnológica; e a produção do pequeno capital, que procura manter-se no mercado mediante ganhos de eficiência a nível de fábrica, ou mediante diferenciação de qualidade dos produtos. O aumento da densidade de capital não necessariamente corresponde a aumento de eficiência nos diversos capitais mas é uma tendência gerada pela necessidade das empresas de concorrerem em mercado.

Concentração econômica e polarização do crescimento

Hoje é preciso reconhecer que o movimento geral de polarização de capacidade produtiva surge da movimentação do capital financeiro e alcança simultaneamente os diversos setores da produção. A polarização é uma materialização da tendência geral à concentração dos capitais e envolve resultados mais e menos duráveis e com efeitos mais e menos eficientes para o sistema produtivo em seu conjunto. A concentração de capitais pode

inclusive levar a uma saturação em ramos de atividade em que acontece uma sobre capitalização.

A perspectiva regional põe em destaque o relativo à tendência geral de concentração do capital e à idéia de que a concentração de capital se resolve em um movimento de polarização da capacidade de produção, que deve ser analisada. A abordagem conceitualmente mais ampla do problema é a da tendência à concentração do capital, que pode assumir diversas formas e ter diversas consequências espaciais. Refere-se à assimetria regional do capital e da distribuição da renda,⁹⁵ chegando, inevitavelmente, a tratar da relação entre a assimetria do capital e a dos sistemas de recursos naturais.⁹⁶

A teoria de pólos de crescimento, tal como formulada por François Perroux, refere-se a um aspecto da concentração do capital, mas não entra no essencial do movimento geral de concentração do capital. Descreve uma propriedade da economia industrializada, em que as diferenças de dinamismo entre indústrias refletem-se em sua capacidade para absorver recursos financeiros e para induzir transações, portanto, funcionando como condutoras, - motrizes em sua expressão - da formação de impulsos de crescimento. Subentende-se que essa teoria teria, logicamente, que chegar a tratar do movimento oposto de decomposição de regiões.

Assim, a teoria dos pólos de crescimento refere-se à internacionalização de efeitos em cadeia de diferentes indústrias, em que sua proximidade física é um elemento que facilita suas inter-relações, mas não é determinante. Em princípio, não necessariamente pode responder pelas situações em que a concentração de capital deve ser atribuída a diferentes ciclos de tecnologia. A associação de

95 Fernando Pedrão, *Las desigualdades regionales y el desarrollo económico*, em *El Trimestre Económico*, abril, 1964.

96 Fernando Pedrão, *Problems of urban development and regional planning in Latin America*, em *Journal of Development Planning*, Nações Unidas, Nova York, 1974.

idéias, quase inevitável, entre ciclos de tecnologia e movimentos de valorização e de desvalorização, reduz as possibilidades explicativas da teoria de polos às situações cabíveis em cada ciclo de tecnologia.

O essencial dos pólos de crescimento, tal como já se discutiu em inúmeros estudos, é a compatibilidade técnica e financeira entre as indústrias, que permite que essas inter-relações aconteçam. Entretanto essa compatibilidade não é inerente às características técnicas de cada empresa tomada por separado, senão depende de condições ambiente de mercado, em que cada empresa é compatível com certas outras empresas e não com qualquer empresa. Noutras palavras, a teoria de pólos de crescimento trata dos impulsos de crescimento que podem ser identificados em cada ciclo tecnológico e que se formam a partir de relações localmente determinada.

Observa-se, no entanto, que não trata do significado da organização do trabalho e da qualificação dos trabalhadores na organização territorial do sistema de produção, praticamente desconhecendo o papel dos interesses do trabalho, seja em seu comportamento perante o mercado de trabalho, frente ao sistema educativo, a suas possibilidades organizativas e mesmo a seu comportamento migratório. Tais elementos, obviamente, demandam outra abordagem do problema, mais próxima da problemática levantada por Harvey⁹⁷ num plano geral de análise da urbanização, mas considerando mais especificamente as condições de regionalidade das sociedades sub-industrializadas, tais como a brasileira. Tais problemas serão retomados com mais detalhe, adiante, neste trabalho, quando se consideram elementos de comparação entre sociedades industriais e sub-industriais.

A sociedade industrial é o objeto de referência por excelência da teoria regional. O viés industrial representa um preconceito com a produção rural, supostamente em decadência porém cada

97 David Harvey, *Urbanismo y desigualdad social*, Siglo XXI, Mexico, 1976.

vez mais forte e uma desconsideração dos setores de serviços de utilidade pública, especificamente de energia e transporte, que é um equívoco desastroso da análise regional de fundamento marginalista, tanto da neoclássica quanto da keynesiana. Os ajustes entre o capital diretamente integrado na produção e o capital indiretamente integrado, que é o desses sistemas de infra-estrutura, são uma referência necessária de quaisquer projeções de economias de regiões específicas, onde regulam desde a urbanização aos custos operacionais das empresas.

François Perroux fala de indústrias motrizes, que são as que puxam essas inter-relações. Mas está claro que esse dinamismo entre empresas depende dessa compatibilidade técnica, que permite que as empresas vendam umas às outras, e que surja uma renda adicional, determinada pela complexidade do conjunto. Noutras palavras, o pólo de crescimento não se abastece a si mesmo e depende do dinamismo da relação entre o pólo e o sistema produtivo em seu conjunto. As transformações da produção industrial na segunda metade do século XX, sinalizadas pela substituição de controles elétricos por controles eletrônicos e finalmente pelos controles digitais da produção – com a consequente introdução de modelos de gestão em tempo real – tornaram obsoletas as propostas de pólos de crescimento e de suas derivações marshallianas mais recentes de *clusters* e de arranjos produtivos. Há uma diferença essencial entre concentração de investimentos e aglomerações de fábricas, em que a reunião de sucursais de empresas certamente não garante a continuidade de investimentos.

Uma característica do capital monopolista contemporâneo é que ele organiza seus próprios circuitos de comércio, enquanto o pequeno capital apenas se insere em circuitos já constituídos, sobre os quais não tem controle. Em outro texto abordei a questão relativa aos ciclos de tecnologia e ao condicionamento das forças de concentração aos dados do ambiente tecnológico e da qualificação. Torna-se clara a necessidade de um realinhamento da teoria da polarização, para incorporar os efeitos da lógica das multinacionais nas decisões locais de empresas.

O SIGNIFICADO ECONÔMICO DA BASE FÍSICA DO SISTEMA PRODUTIVO

A natureza como enigma e como sistema

Há um consenso razoável que as ciências sociais precisam contar com uma conceituação mais adequada de natureza. Não se pode restringir à visão romântica do Enciclopedismo nem ao cientificismo que vê apenas as formas físicas dos sistemas naturais. O questionamento radical de Hegel – na forma de uma filosofia da natureza⁹⁸ – vê a natureza como um enigma que contém o princípio da vida. O mundo da vida social interage com a natureza numa relação de vida e não de apropriações de recursos que são apenas o aspecto depredatório da própria vida.

Na visão da sociedade moderna trata-se de ganhar controle da natureza. Pode-se, inclusive, detectar na própria expansão aeroespacial uma atitude desse tipo. A visão ecológica é um grande avanço, mas continua aferrada a uma atitude descritiva, onde as tendências do mundo natural são inevitáveis e modificadas apenas por derivações de condições caóticas. A perspectiva social deve ser de encontrar modos compatíveis de adaptar a vida social às

98 G.W.F.Hegel, Enciclopédia das ciências filosóficas, vol.II Filosofia da natureza(1997)

condições do meio natural. Um exemplo claro deste argumento encontra-se na diferença entre tentar aumentar a capacidade de produção da região semi-árida mediante projetos de irrigação ou mediante estratégias de biotecnologia dirigidas para fortalecer uma agricultura adaptada às condições edafoclimáticas do semiárido. Mitigar efeitos negativos, como prescrevem os projetos de desenvolvimento rural e de agronegócios, ou reverter tendências negativas trabalhando sobre perspectivas a longo prazo.

A natureza chega à sociedade como um ambiente determinado por um sistema de recursos físicos que se impõe através de manifestações sem controle, ou que pode ser aproveitado em diversos de seus componentes mediante usos socialmente organizados de tecnologia. O pressuposto que o progresso da ciência se traduz em aumento do controle sobre a natureza traduz uma visão linear do problema, que não considera um aumento de conhecimento que expõe a fragilidade da civilização frente a forças naturais incontroláveis. O aumento de controle pode ser visto como uma revelação dos limites do controle, com a consequente adaptação do sistema produtivo e do consumo às margens operacionais oferecidas pela tecnologia. Por exemplo, frente ao vulcanismo, o progresso tecnológico permite construir edifícios altos mas oferece um mapa de riscos muito mais acurado, que informa sobre situações de povoamento com riscos incontroláveis e insustentáveis. Em teoria, torna-se necessário trabalhar com uma compreensão da *natureza como o aspecto aparente do mundo de recursos físicos*. Na prática, trata-se de substituir um conceito de natureza inerte por outro, de natureza viva, focalizando no dinamismo próprio do mundo físico, entendendo serem essas transformações que definem o contexto ecológico em que se encontra a sociedade.

Ao entender o mundo como algo essencialmente vivo – a vida só pode ser um atributo do que é vivo⁹⁹ – encontra-se a

99 Cabem, aqui duas citações, de ensaios sobre a obra de Hegel, respectivamente, de Jean Hyppolite e de Jacques d'Hondt (1971), que ressaltam essa ligação entre

necessidade de abordar a natureza como expressão sintética de um processo vital do qual as vidas das espécies são parte. O mundo vivo tem componentes com durações finitas e regras de aparecimento e desaparecimento de espécies e de condições de reprodução. Assim, a reprodução do mundo social insere-se em determinadas condições naturais, do modo como uma ilha desaparece ou como a reprodução da vida marinha condiciona a terrestre.

A produção social de espaço e de regiões

A vida social em geral resulta na criação de espaços – espaços de convivência, de trocas, espaços culturais – que passam a demarcar a continuidade ou a precariedade dos processos. A relação entre identidade e espaços, ou o controle social de certos espaços, vêm a ser territórios, isto é, espaços atribuídos a ações identificadas com grupos. A vida social tem sempre uma espacialidade, mas para situá-la nas condições concretas em que ela acontece na atualidade, é preciso defini-la como a vida social da sociedade do capital.

No ambiente histórico da sociedade do capital, a produção de espaço se faz mediante modos de organização da produção que operam através de um engajamento seletivo de força de trabalho e de divisão do trabalho. Ambos mecanismos são conduzidos por interesses representativos do capital e projetam condições específicas de emprego e de distribuição da renda. Isto significa que as mudanças na composição dos investimentos correspondem sempre a alterações na organização social e técnica da produção, com efeitos na divisão do trabalho e nas variações do emprego, por extensão, na distribuição da renda. Em resumo, a produção de

compreender a vida e perceber o mundo como vivo, que é o ponto de partida para uma concepção da história.

espaço é um processo dinâmico reflexo, que em todo caso, cujos resultados alimentam a formação de regiões.

Estes argumentos sinalizam a necessidade de uma explicação do movimento orgânico da formação de regiões. Esta será, em todo caso, a vara de medida com que se julgarão as teorias do campo regional. Com este critério, é preciso distinguir entre variedades de análise mecanicista, descritiva ou explicativa; e variedades de análise que se propõem resultados interpretativos. A elaboração de políticas regionais depende de que ultrapassem os limites descritivos da análise e se liguem os tempos passados às perspectivas de tempo futuro. Logicamente, há uma relação funcional entre conseguir descrever uma realidade, explicar como funcionam as relações sociais e interpretar suas tendências ou seu significado. Mas, há uma diferença fundamental entre o objetivo epistêmico de análises descritivas, que são, necessariamente, *ex post*; e os objetivos de um conhecimento dos processos, que necessariamente se coloca na relação entre situações *ex ante* e situações *ex post*.¹⁰⁰

Há uma diferença essencial entre explicar como surgiram determinados movimentos inerentes à formação de capital e outros que foram decisões de Estado. Será preciso distinguir entre pólos de crescimento em países cujo território já está consolidado, como na França ou na Espanha, e explicar como se criam políticas regionais de implantação de pólos de crescimento no Brasil ou na Argentina. As diferenças não estão na constituição desses pólos, mas nos mecanismos de política que podem realizar esse objetivo. A teoria dos pólos de crescimento trata do mecanismo das relações entre indústrias, mas não entra no mérito das decisões de empresas que acionam esses mecanismos.

100 Na análise econômica é fundamental a contribuição de Gunnar Myrdal com a discussão da percepção dos fenômenos econômicos em situação *ex ante* e *ex post* que na prática significa que todos fenômenos encontram-se em situações de tempo, com o que, indiretamente, invalida as análises instantâneas. . Sobre esse ponto específico, vale ver minhas notas de aula intituladas *Crescimento e equilíbrio* (1999).

A análise regional convencional em sua maior parte é mecanicista¹⁰¹, isto é, observa os mecanismos de funcionamento dos sistemas em vez de perguntar porque ou por quais interesses esses mecanismos são acionados. Propõe-se explicar o funcionamento das regiões em espaços cuja consistência não é questionada e onde as relações atuais entre esses corpos pode prosseguir indefinidamente. Assim, é uma análise voltada para representações formais da organização de regiões, mostrando como os espaços regionais estão organizados, ou como são influenciados por modificações na formação de capital ou na organização do trabalho. Resulta em estudos comparativos e essencialmente é uma análise interna das regiões.

A análise não mecanicista é histórica no sentido mais amplo desse termo, tratando da formação de regiões como parte da formação do mundo social; e reconhecendo que as regiões se transformam continuamente, assim como, que as relações entre regiões necessariamente mudam ao longo do tempo. As regiões não são fatos consumados, senão campos de relacionamento, de densidade variável, que resultam em acumulação de experiência, em formação de patrimônio e em formas de organização.

A análise regional é um aspecto da análise social, organizada em torno de espaços definidos e delimitados, dotados de densidade cultural e originalidade histórica. Para ser coerente com esta situação histórica, a análise regional tem que partir do fato de que toda atividade social gera espaço, segundo o modo como se distinguem atividades que são necessárias à sobrevivência da maioria das pessoas, se são atividades que servem às minorias dos mais poderosos ou se são secundárias ou dispensáveis para todos. As sociedades produzem espaço segundo suas condições de organização; e produzem espaços cada vez mais diferenciados segundo

101 Mecanicista no sentido em que corresponde à compreensão de ciência associada à abordagem da mecânica clássica, que trata de relações entre corpos que são tomados como dados. Noutras palavras, relações que não alteram os corpos que estão em relação uns com outros.

suas necessidades de reprodução. As sucessivas formas de cidade são as manifestações mais visíveis desse processo, cujo escopo entretanto, atinge as regiões em seu conjunto. Diremos que ao passar da instância de simplesmente produzir espaço para a de produzir determinados espaços qualificados – que em principio aqui denominamos de regiões – há um grande salto qualitativo, quando surgem diversos fatores de coesão, através de experiências localmente desenvolvidas ou de experiências transferidas, mediante movimentos de sistemas de poder político e econômico ou mediante migrações. A consolidação da produção de espaço na forma de regiões significa que se criam condições organicamente estáveis de canalização de experiências e de recursos, que tendem a gerar hábitos e soluções progressivamente mais distantes de seus focos de origem. No essencial, é a história das ex-colônias que se desenvolveram, mesmo quando preservaram elementos básicos das metrópoles originais, tais como língua, instituições jurídicas e religião.

O desenvolvimento da sociedade do capital canalizou esta transformação da produção de espaço em geral na produção de região, porque deu um significado mercantil aos novos espaços que se criam fazendo com que os novos espaços valorizam os espaços já criados. A sociedade capitalista produz espaço como mercadoria, isto é, de modo escasso, de tal forma que os espaços sociais habilitados para uso têm preços, isto é, constituem um mercado. A produção de espaço responde por uma produção de espaço, que sempre é desigual, concentrando-se irregularmente em tempo e espaço definidos. Nesse sentido, as regiões são concentrações de espaços socialmente produzidos, que se sobrepõem a certas concentrações de recursos naturais, modificando suas possibilidades de uso mediante incorporação de tecnologia (Pedrão, 1964).

Daí, há dois possíveis modos de olhar as regiões: considerando que todo o território se resolve em regiões; ou considerando que as regiões são espaços socialmente mais densos, que contrastam com espaços socialmente pouco expressivos. Poderemos nos acolher ao conceito de massa escura da Física, para considerar que

o aparecimento de regiões é um caso especial do espaço social, ou mesmo que o aparecimento de regiões representa uma ruptura com um determinado modo de espaço social de baixa densidade.

As regiões são socialmente importantes na medida em que respondem pela reprodução social. No mapa da economia brasileira algumas regiões sobressaem durante alguns períodos, perdem dinamismo naquele contexto e ressurgem em outro momento da relação entre a economia nacional e a economia mundial. Um exemplo é o norte do estado do Rio de Janeiro, que teve um determinado papel significativo como produtor de cana de açúcar e reaparece como região produtora de petróleo e como centro universitário.

Nesse sentido, a questão regional varia de uma parte do mundo a outra. Os territórios gelados e os desertos são socialmente pouco expressivos. Pelo contrário, as áreas intensamente ocupadas por muito tempo são efetivamente regiões expressivas na formação do sistema produtivo. Assim, no plano regional da atividade social há relacionamentos entre regiões altamente estáveis, regiões consolidadas porém recentes e regiões instáveis. O panorama regional de qualquer país e especialmente dos países de maior extensão compreende sempre uma pluralidade de situações regionais.

As regiões se mantêm enquanto perdura sua capacidade de reunir população e de acumular capital. Há inúmeros exemplos de regiões que se formam e consolidam, para depois perderem capacidade de se reproduzirem, decaírem e serem desarticuladas. Isso aconteceu com regiões formadas em torno da mineração ou em torno da agro-pecuária e mais recentemente algumas regiões que se organizaram em torno da produção industrial. Um mesmo território pode servir como base de diferentes formações regionais; e a continuidade se obtém através da permanência da sociedade e não da presença de equipamentos.

Observações desse tipo levam a uma abordagem histórica da questão regional, com certos requisitos a serem atendidos pela análise de regiões específicas, mas entendendo que a análise

regional representa a dimensão regional do sistema produtivo e que não está limitada ao estudo de regiões específicas. Um fio condutor dessa análise certamente é a renda imobiliária, compreendendo a renda da terra e a do capital imobiliário.

Renda da terra e mercado imobiliário

O espaço entrou na análise econômica mediante a teoria da renda da terra de Ricardo, que trata da renda diferencial decorrente de usos de solo de diferente qualidade. No entanto há um fundamento na doutrina de Adam Smith pela qual o valor atual da terra depende de sua capacidade de gerar renda.

A teoria da renda da terra de Ricardo, de fato, é uma teoria da renda diferencial do solo, baseada nos atributos químicos do solo, que pressupõe que todos produtores têm conhecimentos técnicos equivalentes. Marx modificou decisivamente essa teoria, ao considerar a renda monopolística do solo e ao considerar situações de elevação e de perda dos preços das terras. A versão ricardiana trata da renda dos solos em mercados plenamente coitivos e com oferta ilimitada de lotes de terra. Hoje, se precisa contar com uma explicação da renda da terra que considere diferentes condições de oligopolização no controle das terras disponíveis em cada país, com a conseqüente capacidade de manejar a oferta de terras como um fator de regulação das condições de acumulação de capital.

A versão de Marx contempla uma renda monopolística, portanto, trata com situações em que há controle de mercado; e em que a oferta de lotes de terra é limitada. Em condições de monopólio, a renda diferencial do solo torna-se uma situação subordinada da anterior.

A questão se complica quando se consideram solos diferenciados, ou quando se consideram espaços socialmente produzidos em vez de solos. As propriedades dos espaços decorrem do trabalho neles incorporado e não de propriedades químicas postas pela natureza. A rigor, os solos que já foram incorporados ao sistema produtivo foram modificados pela ação da sociedade; e seu preço

de mercado foi estabelecido pela combinação de efeitos positivos de beneficiamento e pelos efeitos negativos da destruição do ambiente.

Para a análise de regiões específicas, trata-se de espaços cujo preço é determinado por elementos de solo e de subsolo, tal como são reconhecidos pelo mercado. O principal exemplo é o relativo a água, em que se combinam os dados de água de superfície e subterrânea e em conjunto com os dados de pluviosidade e de condições de escoamento. Há diferentes condições de determinação dos espaços rurais e dos urbanos, assim como dos espaços mais densos e dos menos densos.

A constituição de um mercado dos espaços socialmente criados dá lugar a uma formação de capital sobre a valorização dos espaços, que é o capital imobiliário. O capital imobiliário é a expressão mais geral de valor diretamente ligada ao tratamento dos recursos físicos. O mercado imobiliário funciona com o universo de transações com terras e espaços criados, que entretanto é muito menor que o valor acumulado na forma de patrimônio imobiliário.

Para a análise regional de hoje, que está necessariamente ligada às mudanças nas técnicas de formação de capital imobiliário, é preciso chegar a um quadro geral de análise, que combine as formas de renda do solo com as de espaços socialmente produzidos. Tal quadro, entretanto, tem que considerar a especificidade do mercado de terras das diversas áreas rurais e o mercado dos espaços urbanos. A comparabilidade entre uns e outros é dada pelo mercado financeiro, onde se comparam preços e liquidez.

Uma primeira observação neste sentido é que a formação de um mercado imobiliário regional depende da existência de lotes de terras rurais e de espaços urbanos diretamente negociados em transações de mercado aberto, portanto, de que sejam tratados como mercadorias. Noutras palavras, de que haja um mercado imobiliário integrado, em que haja referências comuns de preço entre os diversos tipos de lote.

Essa é, justamente, a grande referência do tratamento desse problema a nível de regiões concretas, porque na prática o

potencial de mercado do capital imobiliário está influenciado por aspectos de reserva de valor e por um aspecto de prestígio; e por diferenças de objetividade de preços dos materiais que chegam a mercado. Na prática há interesses não rurais que detêm informações suficientes para estabelecer comparações objetivas. Mas são informações privilegiadas, que configuram uma estrutura de mercado monopolística.

O mercado imobiliário tem se expandido como alternativa de reprodução de capital que permite uma circulação entre a esfera do capital mercantil, do rural e do industrial, utilizando a forma patrimonial como mediação entre formas de aplicação que dão acesso a movimentação financeira. A imobilização patrimonial em terras desempenha um papel equivalente ao do entesouramento, mantendo um potencial cuja realização entretanto depende de que haja dinheiro suficiente para efetivar a liquidez necessária para o retorno desses recursos ao mercado.

Historicamente, nas economias latino-americanas em geral, no Brasil em especial, a forma imobiliária tem sido uma garantia de estabilidade de renda real e um recurso que se utiliza como garantia para obter liquidez, para aplicações em outros setores de atividade.

O capital imobiliário¹⁰²

O capital imobiliário surge do grau de monopólio com que funciona o mercado urbano de terras e de solo criado. É uma captação de valor e é um meio de aplicar e “santificar” capitais formados de origens ilegais¹⁰³, que aproveita das pressões que se formam pelo crescimento da população e pela presença de fatores políticos de atração de capitais. Assim, há uma formação de

102 Ver com mais detalhe em meu livro *A economia urbana* (2002)

103 Uma observação praticamente irrecusável na análise urbana no Brasil é que uma parte significativa da demanda de imóveis de alto padrão, principalmente nas maiores cidades, provém da renda formada no tráfico de drogas.

capital imobiliário que surge da operação em sequência de capitais formados nas cidades e outra, que é induzida pela demanda própria e induzida do Estado e pela demanda de empresas.

O capital imobiliário tem que ser examinado quando se enfrentam as inter-relações entre a análise regional e a análise urbana, ou entre a análise de regiões e a de sistemas de cidades. O capital imobiliário surge de diferenciais de preço entre glebas urbanas e da projeção desses diferenciais sobre espaços rurais, que são valorizados ou mesmo que são transformados em espaços urbanos. A crescente industrialização da construção civil aponta a maior número de produtos, isto é, de habitações em mercado, que não corresponde à demanda atribuível a maioria da população urbana, onde há grandes massas de pobres e onde há poucas perspectivas de aumento de salário.

O capital imobiliário surge de uma atividade especulativa que se nutre do controle fundiário urbano e que se desenvolve sobre diferenciais de valorização do solo urbano. Tais diferenciais resultam de uma mudança na composição da demanda de espaço urbano, em que aumenta a preferência por espaços mais densamente capitalizados, ou que estão melhor situados para se beneficiarem dos sistemas de infra-estrutura urbanos. Por isso, o capital imobiliário se expande de modo mais que proporcional à expansão do espaço das cidades, refletindo as vantagens de monopólio que são capturadas pelos grupos que lideram a concentração do capital.

A ARTICULAÇÃO ENTRE REGIÕES: COMPOSIÇÃO E COMPLEXIDADE

A composição de infraestrutura e superestrutura

A estruturação do sistema sócio-productivo desde a antiguidade se fez em torno de uma percepção do tempo e dos usos do tempo, onde os usos individuais são substituídos por usos coletivos e onde as preferências das pessoas são substituídas pelas de um sistema de poder. O fio condutor desse processo é a formação de sistemas de poder que controlam a relação entre a esfera pública e a privada e entre o capital e o trabalho, que estabelecem as condições pelas quais as pessoas participam do sistema de produção. Esse processo gerou uma infinidade de economias locais que foram articuladas, com variável intensidade, por sistemas de comércio e pela violência formadora de impérios, e foram integradas na escala mundial pelo sistema capitalista. O processo de integração gera uma energia que transforma as economias locais em espaços articulados por sistemas internacionais. A metamorfose política dos sistemas econômicos deu lugar a cidades Estado, a impérios, a economias nacionais auto-contidas ou que se projetam ao exterior mediante colonialismo.

Os sistemas de poder conduzem os controles dos usos do tempo das pessoas. Os usos individuais de tempo permanecem, porém modificados pelos usos coletivos e a relação entre o coletivo e o individual se realiza no nível de complexidade geral do sistema.

O sistema produtivo sempre foi complexo e sempre teve algum componente de internacionalidade, mas são diferentes

modos de complexidade, com aspectos sociais e técnicos da organização da produção. Núcleos estáveis de atividade tornam-se bases econômicas para a constituição de sistemas que combinam capacidade de produção, instituições próprias, identidade cultural, respondendo pelo que se entende como regiões. A configuração dessas entidades dotadas de capacidade de reproduzirem realiza a subordinação dos espaços aos tempos da vida social.

O tempo se incorpora organizadamente na vida social representado pela duração das atividades e dos equipamentos. O controle do tempo determinou quais âmbitos espaciais poderiam ser incorporados ao sistema produtivo. Uma primeira grande mudança nessa direção foi conduzida pela normalização dos processos produtivos e uma segunda com a universalização dos usos do relógio com contagem infinita do tempo. Passava-se a ter uma contagem plenamente comparável do tempo na sociedade do capital que contrastava com a dos ambientes pré-capitalistas primitivos. Por exemplo, o tempo dos barcos a vela que depende de mais incerteza que de certeza, comparado com o tempo das ferrovias, que é praticamente imune a incerteza.

Desde o século XVI o componente internacional do sistema ampliou-se rapidamente, com o amadurecimento de uma economia mercantil mundializada. Cabe pensar que os limites dessa expansão tenham sido dados pela falta de renovação tecnológica, que se refletiu em restrições à expansão do consumo. A industrialização removeu esse obstáculo, fazendo com que a reprodução do sistema girasse em torno de uma ampliação do mercado baseada em diversificação conduzida da demanda. Para dar esse salto, a indústria combinou a internacionalidade do sistema produtivo com um controle cada vez mais eficiente do tempo dos relacionamentos e das transações, e com maior interdependência entre as nações, em torno dos usos de energia e de trabalho qualificado. O desenvolvimento do capital financeiro, desde o fim do século XIX acelerou a movimentação do capital financeiro dando novo sentido à heterogeneidade das economias nacionais.

As sociedades de hoje são heterogêneas em seu modo de funcionamento, compreendendo um componente, geralmente predominante, de sociedade industrializada; e componentes de sociedade que não são cobertos diretamente pelo modo industrial de produzir e de consumir. Sociedades desigualmente industrializadas como a brasileira, são profundamente heterogêneas, com grandes diferenças nos sistemas industrializados entre suas regiões e com diferenças igualmente grandes entre os componentes não industrializados. Há problemas econômicos, sociais e técnicos relativos à articulação desses componentes em composições de oferta e de usos, assim como há problemas de articulação à escala de regiões. Por isso, longe de poder trabalhar com uma visão simétrica dos sistemas, a análise regional de hoje deve trabalhar justamente com essa heterogeneidade e com a variedade de condições em que os conjuntos de serviços se apresentam em cada região.

A industrialização da produção significa também a industrialização dos serviços de utilidade pública e nos serviços de comunicações, que passaram a ser organizados em sistemas; e que funcionam como sistemas de articulação da economia no território¹⁰⁴. Basicamente, são os serviços de produção e distribuição de energia elétrica, as redes de distribuição de combustíveis, os serviços de produção e distribuição de água potável, os sistemas de transportes terrestres – rodoviário e ferroviário – os sistemas de transportes aquáticos, marítimos, fluviais e lacustres, as redes portuárias, os transportes aéreos, os sistemas de coleta e processamento de lixo, os sistemas de esgotamento sanitário. Esses grandes componentes indiretos dos sistemas de produção passaram por modificações fundamentais desde a década de 1970 e devem ser analisados com cuidado.

104 Nessa abordagem, a referência fundamental é o trabalho de André Marchal, *Systèmes et structures économiques* (1956), que usou pela primeira vez a expressão estruturas de enquadramento

Ao longo do desenvolvimento da produção moderna internacionalizada sempre houve modificações no sistema de transportes, mas em alguns momentos essas mudanças foram concentradas e tiveram maiores efeitos indiretos sobre o sistema em seu conjunto. A década de 1960 foi um desses momentos em que se concentraram efeitos indiretos que afetaram o sistema produtivo. Houve uma revolução dos transportes que modificou decisivamente as condições operacionais dos sistemas produtivos no que eles representam uma capacidade instalada e constituem um potencial imediatamente aproveitável. Por exemplo, a substituição de transporte marítimo em navios de 20 a 30.000 toneladas por navios de 100.000 a 300.000 toneladas, bem como a substituição de carga ensacada por carga aspirada com redução de tempo em porto de 24 horas por 6 horas. O aspecto tecnologia tem um papel especial nesse sentido.

Cada sistema tem sua própria fundamentação tecnológica, estando todos eles sujeitos a variados efeitos exógenos de substituição de tecnologias básicas. O movimento geral de renovação tecnológica resume essa pluralidade de tecnologias, que são apreciadas pelo traço comum de representarem custos e possibilidades de atender necessidades. Distinguem-se três aspectos desses sistemas: (a) cobertura física e social da economia e acessibilidade real por parte da população; (b) interdependências entre esses sistemas; (c) o perfil da vinculação desses sistemas à produção e ao consumo¹⁰⁵. Os principais sistemas são os de energia, água e transportes, com diversos níveis de articulações, em cada sistema e entre diferentes sistemas.

Os sistemas estão articulados uns com os outros por seus usos de energia, o que dá uma posição especial ao sistema de produção e distribuição de energia¹⁰⁶. Esse modo de usar

105 NNUU, *Handbook on threshold analysis*, N.York, 1975.

106 Os sistemas de usos de energia estão sujeitos a rupturas que só podem ser obturadas mediante custos elevados, tal como acontece com navios em porto,

energia, ou em outras palavras, a carga energética da produção revela-se como um aspecto fundamental de eficiência, que é a eficiência energética, que afeta todos os segmentos da produção. Será preciso distinguir entre usos diretos e indiretos de energia, mas, sem dúvida, existe uma relação geral entre disponibilidade e necessidades irredutíveis. Povos que convivem com invernos rigorosos têm necessidades de aquecimento que equivalem a sobrevivência.

Tais características básicas giram em torno da disponibilidade de água e de energia e do perfil dos recursos físicos. Nessa qualidade estão, dentre outros, a disponibilidade de petróleo, água e condições para aproveitamento hidrelétrico, condições físicas para implantação de portos.

O controle da força de trabalho

O fundamento capitalista da formação do sistema produtivo é o controle da força de trabalho, que permite direcionar o uso do tempo dos trabalhadores em prol da realização de mercadorias que representam os interesses dos capitalistas. O controle da força de trabalho reúne os aspectos de controle no tempo da produção, que é o tempo contratado, controle indireto de usos de outros segmentos de tempo, como os de lazer, manipulado através da mídia, e controle das opções de contrato de trabalho. As pessoas que se colocam na posição de trabalhadores são, de fato, todos aqueles cujo tempo recebe preço e é vendido diretamente pelo proprietário do tempo, ou é alienado a outros que passam a ter o poder de vendê-lo.

A análise clássica do controle da força de trabalho ficou manca por não tomar em conta o significado das condições concretas em que esse modo de poder tem se concretizado.

que não se integram em sistemas integrados de energia em rede e continuam dependentes de seus próprios sistemas.

Historicamente, o controle do trabalho se fez a partir do modelo clássico da colonização, que estabelece diferenças objetivas de situação entre os integrantes da metrópole e os da colônia, com diferenças entre os que participam do bloco dominante e entre os trabalhadores e com a inclusão do escravismo ou de variantes de dominação dos trabalhadores, tais como as que foram praticadas por “encomenderos”¹⁰⁷ e outros no meio rural e nas minas e pelo controle dos desocupados crônicos das cidades. As transformações do sistema colonial, com aumento da importância dos poderes locais, deram lugar a diversos tipos de ocupação que se distanciaram das formas tradicionais de controle da força de trabalho. Compreendem grupos de artesãos autônomos, preceptores, músicos, artistas, clérigos, militares e outros, que em seu conjunto constituíram os embriões de um mercado de trabalho contratado que dificilmente pode ser denominado de livre. Este processo de formação do mercado de trabalho transcorreu sobre bases locais e como resultado de mudanças na relação entre a organização do sistema produtivo e a institucionalidade do sistema político, antes que houvesse qualquer influência de migrações. Estes processos de aumento de complexidade da sociedade econômica colonial estão amplamente documentados em estudos de história econômica do México, do Brasil e da Argentina¹⁰⁸ e negá-los seria apenas desconsiderar a importância do período que transcorreu entre as lutas de independência e a integração na economia imperialista, que se realizou, basicamente, na década de 1870¹⁰⁹. Os imigrantes europeus entraram, principalmente, empurrados pelos efeitos negativos da expansão do imperialismo na Europa. Os imigrantes

107 Consultar Celso Furtado, *A economia latinoamericana desde a conquista...*

108 Ver Sergio de la Peña sobre o México, Tulio Halperin Donghi sobre a Argentina e a História da Civilização Brasileira coordenada por Sergio Buarque de Holanda, vol.9.

109 Ver Halperin Donghi, *Revolución y guerra en la Argentina criolla*.

chegaram em condições de exploração extrema¹¹⁰ e participaram de um mercado de trabalho em que sua presença foi funcional às manobras do capitalismo colonial-escravista, no que ele precisava dispor da força de trabalho indígena e negra e de descendentes de índios e de negro. O controle da força de trabalho se desenvolve junto com o mercado de trabalho.

O controle direto da força de trabalho se faz mediante a divisão do trabalho, que é efetivamente uma ferramenta de direção dos usos do tempo para alcançar produtos já identificados pelos capitalistas e que lhes permite identificar quais mercadorias devem ser produzidas. A divisão do trabalho é parte de uma estratégia de análise retrospectiva do processo de produção que se realiza com a referência de um conhecimento prévio do produto final que se pretende alcançar, já seja um produto já conhecido ou novo; e com a referência de um determinado desempenho dos trabalhadores. Em todo caso, a divisão do trabalho avança até o horizonte de expectativas de demanda. Esta é uma contradição essencial com que se enfrenta o capital, que, frente a uma diminuição da demanda, tem que optar entre maximizar seus lucros totais ou maximizar lucros relativos, significando aumentar a taxa de mais valia sobre uma produção que não cresce.

As mudanças na tecnologia aumentaram a importância dos mecanismos de controle indireto da produção frente aos diretos, com maior eficiência nos resultados finais. Na prática, os industriais individuais só podem aumentar seus ganhos em indústrias específicas quando há renovação de tecnologia no sistema produtivo em seu conjunto. As indústrias que produzem tecnologia e que se articulam na comercialização de tecnologia são, também, as que podem obter maiores ganhos de mais valia relativa.

110 Ver a História da civilização coordenada por Sergio Buarque, vols 8 e 9. Além disso, este tema geralmente se trata com referência a imigrantes europeus, mas terá que ser revisto para considerar os chineses, sírios, libaneses, que entraram em condições de vida extremamente duras, sempre vistos como etnias inferiores.

O fator energia

Toda atividade em princípio usa energia; e o esforço de realiza-la é um gasto de energia¹¹¹. Assim, em qualquer situação, em qualquer sociedade, há uma produção total de energia, de que uma parte é realizada mediante sistemas organizados e outra parte é realizada mediante produção independente em pequena escala. Parte da energia despendida se renova, mas no essencial o sistema é entrópico, isto é, há uma perda planetária básica de potencial energético.

O modo de produzir tecnicamente envolve uma intensidade de energia humana e mecânica, em determinadas combinações, que para fins de simplificação aqui se denomina de modo energético da produção. O modo energético de produzir envolve usos diretos e indiretos de energia e tem variados efeitos sobre o modo de se reproduzir do sistema socioproductivo.

O modo energético da produção reflete a composição de energia de diversas fontes para cada finalidade, assim como a capacidade de cada sociedade para evoluir na substituição de fontes plenamente não renováveis para fontes parcialmente renováveis. Tal capacidade é fundamental para a sustentação dos sistemas de produção ao longo do tempo, ou seja, é fundamental para a construção da noção moderna de sustentabilidade.

A visibilidade da oferta e da demanda mundiais de energéticos e de energia produzida, com sua respectiva composição, dão lugar à configuração de um mercado mundial de energia, onde se reflete a desigualdade de condições iniciais dos países, mas onde prevalecem monopólios internacionais.¹¹² A compreensão do mercado mundial de energia é fundamental para que se venha a compreender como funciona, concretamente, a globalização do sistema productivo.

111 Por energia entende-se o esforço necessário para realizar um trabalho.

112 Ver, Jean-Marie Martin, *A economia mundial da energia*, Unesp, São Paulo, 1992

A constituição do atual sistema de produção de energia é o resultado de um complexo trajeto de incorporação de conhecimento científico e de inclusão de novas formas técnicas de processar recursos para produzir energia, muitas vezes preservando formas anteriores, criando sistemas nacional e regionalmente demarcados¹¹³. Observa-se que os diversos países construíram seus sistemas energéticos ao longo do tempo, portanto, com componentes tecnologicamente datados, portanto, margens pré definidas de flexibilidade para modificarem a composição e as escalas com que operam.

Interessa aqui analisar a produção de energia-mercadoria, isto é, da energia produzida para venda em mercado, ou de energia equivalente à produzida para mercado, entendendo, entretanto, que essa parte só se torna plenamente compreensível quando situada em relação com o todo.¹¹⁴ O plano tecnológico do problema é um segmento de um problema teórico, cuja compreensão depende de uma visão totalizadora do tema¹¹⁵. O conflito entre as concepções de energia como bem público ou como mercadoria, que eclodiu durante a década de 1990, como parte essencial das propostas de privatização da contra-revolução neo-liberal, tornou imperativo esclarecer os fundamentos da economia da energia. A mercantilização do capital social acumulado na esfera pública tornou-se uma linha preferencial da acumulação do grande capital na periferia.

No mercado de energia convergem a produção de energia considerada convencional, que são a hidrelétrica e a térmica, com diversas formas de energia considerada não convencional, que na prática não é mais que a energia não sistêmica, mas que tendem a tornarem-se parte do sistema integrado¹¹⁶. Nessa situação

113 No relativo à evolução do sistema de produção de energia, citam-se Josep Puig e Joaquim Corominas, *La ruta de la energia*, Anthropos, Barcelona, 1990

114 Werner Heisenberg, *A parte e o todo*, Contraponto, Rio de Janeiro, 1996.

115 *Energy*, Bantam/Britannica, Nova York, 1979

116 D.S. Halacy, *The coming age of solar energy*, Avon, Nova York, 1976

encontra-se a energia nucleoe elétrica, controvertida por seus riscos ambientais, mas com um papel essencial na maioria dos países mais ricos¹¹⁷.

A energia convencional está constituída de uma produção em grandes sistemas integrados e a segunda encontra-se em variadas condições de integração. O desenho de cada sistema está pré-condicionado pela localização dos recursos, que se traduz em custos de transporte para os lugares de consumo. Assim, cada sistema opera com parâmetros de custos, com componentes mais ou menos rígidos. Por exemplo, a localização dos lugares adequados para a construção de barragens pré determina a estrutura de custos de distribuição, portanto, a estrutura de custos dos sistemas elétricos integrados.

Em seu conjunto, o sistema de produção de energia está governado por condições de custos e por uma composição da demanda, historicamente determinada. Na primeira predomina uma rigidez da oferta de recursos e um aumento do uso total de energia, mesmo quando também há uma tendência à queda do componente energético em cada produto final produzido. Na segunda prevalecem a capitalização das empresas e o nível e a distribuição da renda da população.

Na escala mundial, pode-se assumir que o controle ou a estabilização dos preços da energia dependem apenas da desigualdade mundial da intensidade de uso e do controle monopólico das fontes de suprimento. Regionalmente há, portanto, quadros diferenciados de possibilidades de uso de energia, que se tornam restrições para a expansão do sistema de produção em seu conjunto. Tais restrições se comparam com metas globais, que sempre envolvem critérios de geopolítica.

No Brasil esse quadro está referenciado pela predominância da energia hidrelétrica, que contribui com 92% da oferta total

117 Eletrobrás Termonuclear S.A. Eletronuclear, *A situação da energia nucleoe elétrica no mundo*, Rio de Janeiro, 1997.

num sistema nacionalmente integrado, hoje o maior do mundo. A entrada maciça de gás natural como energético obrigará a reformular muitos conceitos a curto prazo, mas não eliminará o fato de que a hidrelétrica já alcançou um patamar irreversível. Entretanto, outros aspectos do sistema, tal como a tendência ao uso de fontes alternativas, ou como a proliferação de pequenas unidades, são fundamentais para a visão regional do país.

No entanto, esses são dados restritos do sistema integrado, que devem ser completados com informações da produção e do uso de energia em formas locais, sistemáticas ou não. O aumento da produção de energia em empresas rompe com a tendência aos usos incontrolados de energia de rede. No Brasil compreende dados dos usos de lenha, que justamente são a forma mais ecologicamente mais agressiva e de menor rendimento.

Outro aspecto fundamental da questão energética, portanto, é a relação entre a produção e o uso de energia e o aproveitamento dos recursos, ou seu oposto, que são as margens de desperdício com que o sistema funciona. Incluem-se aí, pelo menos, os dois conceitos de índices de aproveitamento da capacidade instalada e de desperdício de recursos. O aproveitamento varia de uma forma de produção a outra. Por exemplo, uma usina termonuclear pode operar a cem por cento da capacidade em forma estável, enquanto o sistema hidrelétrico sempre operar abaixo de sua plena capacidade e com grandes variações estacionais.

As considerações finais desta seção são de que a eficiência econômica e a eficiência ambiental do sistema energético variam em função das condições de aproveitamento e do modo como ele está articulado com a reprodução dos ecossistemas. A eficiência e a funcionalidade dos sistemas são interdependentes.

Transportes

O campo dos transportes compreende as estruturas de transportes e a prestação de serviços de transportes, em que as estruturas são partes do capital social básico, com sua correspondente

espacialidade; e os serviços de transportes integram a prestação de serviços, que se distribui entre serviços prestados a empresas e serviços prestados a pessoas. Os transportes podem ser estudados na perspectiva de sua organização internacional e na da organização condicionadas pelos Estados nacionais.

Os transportes interessam à análise regional pelo menos por três razões: como articuladores da produção de espaços sociais, como determinantes de custos da formação de capital fixo e como determinantes de custos operacionais dos sistemas de produção. Em todos os casos, as análises de transportes contêm referências, diretas ou indiretas, ao ordenamento internacional, com a constituição de redes de comércio e com interesses internacionalmente organizados.

A análise dos transportes também está indiretamente condicionada pelos usos atuais e previstos dos sistemas de transportes, que se tornam multimodais e que passam a interagir com novos padrões de urbanização, tal como hoje se vê com Shangai, Dumbai e Dubai. Os transportes urbanos, os interurbanos, os ferroviários, os rodoviários, como os demais modos de transportes¹¹⁸, foram projetados e realizados para desempenharem determinadas funções. Cada um deles tem margens restritas de possibilidade de passarem a outros usos. Há, portanto, um aspecto de rigidez - ou de flexibilidade - dos capitais investidos em transportes.

A função de articulação dos serviços de transportes depende do modo como os sistemas de transportes interagem com a produção de espaços organizados. Geralmente os sistemas são instalados para atender em parte a uma demanda atual e em parte a uma demanda futura, envolvendo, portanto, uma previsão de tendências dessa demanda futura. Mas as novas concentrações de

118 A expressão modos de transporte designa modos técnicos de transportar pessoas e cargas. São o modo rodoviário, o ferroviário, o aéreo, o aquático, cada um deles em suas diversas condições operacionais específicas e organizados em diversos subsistemas com variados graus de interdependência. Na análise de hoje o foco está nas articulações entre os modos de transporte.

investimentos pesados em infra-estrutura cria focos de referência que se tornam parte do mapa regional internacional. Assim, no Brasil os sistemas de logística criam vantagens regionais subordinando movimentos de tráfego.

Por tudo isso, na perspectiva regional, os transportes interessam, principalmente enquanto sistemas organizados em modos tecnicamente definidos e nas combinações específicas dos modos de transportes que se formam em determinados territórios, que por isso desenvolvem sua própria operacionalidade. Por exemplo, as combinações de transportes das metrópoles são resultados de acumulação de combinações de modos de transportes, que são reajustadas ao longo de experiências, por sua vez condicionadas pela evolução tecnológica.

Certas possibilidades locais, tais como a intensificação do transporte utilitário subsidiário, ou como o transporte de lazer, tornam-se mais significativas para desenvolver perfis regionais com maior originalidade e explorar vantagens locais. Os modelos convencionais de transportes ficaram obsoletos, dentre outras razões, pela diferença de escala entre os investimentos identificados com diferentes momentos da tecnologia dos sistemas de infra-estrutura. As mega construções que passaram a proliferar junto com a grande indústria do petróleo indicam, na verdade, novos sistemas de infra-estrutura de serviços, em que os pontos de concentração de investimentos tornam-se regiões compulsoriamente.

Comunicações

As comunicações são complementares e opostas aos transportes, no sentido em que se realizam com uma territorialidade independente do formato desenvolvido pelos transportes, mas alterando decisivamente os custos dos transportes. A rigor, a virtualidade das comunicações depende de uma espacialidade, que é a dos sistemas produtores das comunicações.

Os sistemas de comunicações desenvolveram-se com maior velocidade depois da revolução dos transportes, tornando-se a

marca distintiva da economia mundial desde a década de 1980 e levando a reavaliar as transformações do sistema produtivo.

Conta-se com uma importante literatura sobre esse tema, onde, entretanto, é preciso distinguir entre o relativo ao componente de comunicações do sistema produtivo e à organização das comunicações como um sistema de mídia que tem valores e objetivos próprios.

Novas condições de complexidade

No último quarto do século XX aconteceram alguns deslocamentos no sistema mundial de poder que tiveram ressonâncias nos diversos continentes, dentre outros, no plano das articulações financeiras do sistema produtivo e no das tecnologias principais, modificando as posições relativas de centros produtores, modificando as relações entre controle financeiro e operações industriais. Se a análise de capital financeiro que se fez nos anos 1980 e 1990 se refere a uma mesma composição de poder financeiro e bancário – o sistema liderado pelos Estados Unidos depois de política revitalizadora do período Reagan – torna-se patético como esse sistema de análise não registrou o deslocamento de poder determinado pela combinação do endividamento norte-americano e ascensão da China. A questão regional se revela como de geopolítica.

Os choques de interesse no realinhamento mundial de poderes mostraram como a suposta ingenuidade da análise regional mecanicista na verdade apenas encobre uma opção de análise favorável à reprodução do *status quo*. Somos levados a trabalhar com a hipótese que sempre se trata de uma complexidade geral do sistema, que lidera as transformações da complexidade de sistemas locais.

Os conflitos de interesse no realinhamento mundial de poderes mostraram como a suposta ingenuidade da análise regional mecanicista na verdade apenas encobre uma opção de análise favorável à reprodução do *status quo*, que compreende uma

combinação de superpotências com políticas imperiais e neo-imperiais. Somos levados a trabalhar com a hipótese que sempre se trata de uma complexidade geral do sistema, que lidera as transformações da complexidade de sistemas locais, mas que ignora as relações de poder envolvidas no funcionamento do sistema econômico internacional.

AS CONCENTRAÇÕES REGIONAIS DE CAPACIDADE PRODUTIVA

O movimento geral de concentração do capital

Neste ponto é preciso retomar a análise do processo do capital em seu conjunto, com o objetivo principal de analisar a relação entre a concentração social do capital e a concentração espacializada de capacidade de produção. A concentração do capital afere como o valor socialmente gerado e reincorporado ao sistema produtivo flui para um pequeno número de capitalistas, empresas e pessoas. Por sua vez, a concentração de capacidade produtiva refere-se a como essa concentração social do capital corresponde a um padrão de concentração de capital no espaço socialmente estruturado como regiões. Em resumo, o rumo seguido pela acumulação de capital corresponde a um padrão de decisões reveladoras dos interesses incorporados no capital acumulado, que por sua vez se traduz em um padrão de aplicações espacialmente definidas.

Ao registrar as condições reais em que funciona a economia globalizada de hoje, é preciso tomar em conta o movimento geral de concentração da capacidade de produção, que compreende a concentração do capital e a de força de trabalho qualificada. Ambos são movimentos temporários. A capacidade de produção

não é uma qualidade permanente. A concentração de capacidade de produção é um movimento datado, que responde à atualidade dos componentes do capital e à validade da qualificação dos trabalhadores. A qualificação dos trabalhadores é uma capacidade de realizar trabalho em determinadas situações de disponibilidade de força de trabalho e de organização da produção, sobre uma compatibilidade entre as tecnologias escolhidas e as qualificações dos diversos trabalhadores. Na prática, não há uma qualificação geral de todos os trabalhadores, senão um elenco de qualificações que opera com determinado elenco de meios de produção.

O movimento geral de concentração de capital¹¹⁹ envolve mudanças irreversíveis na composição do capital nos diversos setores regiões, pelo que modifica as condições em que a força de trabalho é empregada, em termos de sua remuneração, de sua mobilidade e de expectativa de vida profissional. Combinam-se aspectos da organização do sistema de produção em seu conjunto e das condições de organização das empresas específicas.

Formas pré-industriais, industriais e pós-industriais de concentração de capital

A formação de capital assume diferentes e sucessivas formas ao longo das sucessivas experiências de organização da produção e das escalas de mercado que correspondem a elas.

Por oscilar entre uma abordagem histórica e outra não histórica, assim como, por se dividir entre uma visão do modo de formação do território e outra das formas de organização do espaço, a análise regional registra uma ruptura interna quase insuperável, que pode ser colocada como um problema de ontologia

119 Usamos aqui o conceito de composição do capital segundo a apresentação de Marx, que distingue uma composição técnica e uma composição orgânica, onde a composição orgânica – composição técnica mais composição de valor – sintetiza o problema geral de composição e corresponde a momentos historicamente definidos.

do espaço social antes que como um problema de método. No entanto, essa fratura entre a visão em perspectiva histórica e a não histórica envolve um tratamento do problema do tempo na vida social que se converte em um problema de método.

Grande parte da análise regional ignora os elementos básicos da teoria do capital, colocando-se simplesmente como uma descrição da organização territorial dos componentes do sistema produtivo e dos centros de consumo. Além disso, uma grande parte da análise econômica regional preocupa-se com problemas da relação entre custos/distâncias, em que as unidades de produção são comparáveis. Isso se deve a que a literatura econômica de análise regional geralmente toma as concentrações de capital como fenômenos tecnicamente equivalentes, o que é um viés herdado da Economia Política clássica, que sempre teve como referência factual a industrialização da Inglaterra (Castells, 1999) e somente com atraso passou a focalizar no modo de industrialização dos Estados Unidos. Algumas referências de John Stuart Mill¹²⁰ à importância da experiência norte-americana para rever a teoria da renda da terra de Ricardo foram pouco consideradas e seria John Hobson (1894) quem tomaria como o modelo norte-americano como determinante no desenvolvimento do alto capitalismo.

A leitura histórica dos movimentos do capital no território mostra-nos algo muito diferente, que são as formas de organização das atividades produtivas no território, segundo elas foram condicionadas pela organização da primeira revolução industrial, ou pelos subsequentes momentos da industrialização, até as formas atuais, ligadas à emergência de serviços de alta tecnologia. Na perspectiva histórica, *a estruturação econômica do território; e não só sua organização, é a materialização da formação do capital, portanto, refletindo as transformações de sua composição.*

120 John Stuart Mill, Economia Política, cap.XIV anexo em

Essa leitura do problema permitiu articular uma análise industrial regional baseada em dados de economias externas, em que os retornos dos diversos empreendimentos podem ser reunidos em torno de localizações privilegiadas. As análises de distritos industriais pressupõem continuidade tecnológica, que é uma premissa compreensível no pensamento de Alfred Marshall e de seus contemporâneos, mas que está muito longe do conjunto de elementos com que se realiza a produção industrial com o desenvolvimento das comunicações e dos transportes desde a década de 1960. Diferentemente do ambiente da produção industrial do fim do século passado, o sistema produtivo hoje funciona com diversos diferentes grupos de tecnologias, que são empregados muitas vezes pelas mesmas empresas, mediante sistemas de gestão de capital dirigidos segundo critérios financeiros. Além disso, como o mercado de tecnologia é um mercado parcialmente aberto e parcialmente conduzido por monopólios e oligopólios, torna-se impraticável reduzir a complexidade da economia atual aos termos do início da segunda revolução industrial.

Na montagem de uma análise de corte histórico, os principais contrastes se encontram entre as formas pré industriais, o conjunto das formas industriais com suas tendências à concentração e ao aumento do tamanho das unidades produtivas; e as novas formas da nova indústria, simplificada e denominada de pós industriais. Em consequência disso, *a análise regional industrial compreende a gênese e a transformação das indústrias.*

A colocação correta do problema parte de uma observação sobre a organização da produção em seu sentido mais amplo, em que se trata, realmente, de situações em que a concentração do capital resulta dos principais interesses na acumulação de capital; e não das condições operativas de fábricas ou de centros urbanos. As decisões de combinar diferentes grupos de técnicas, por exemplo, atividades de alta e de baixa qualificação em torno de projetos de irrigação não é parte da lógica da irrigação, senão da lógica da agroindústria ou mesmo da agroquímica.

Aparentemente, essa questão só se explica com a ajuda de uma definição apropriada de produção industrial. Por produção industrial entende-se aqui o conjunto da produção realizada por meios predominantemente mecânicos, que se organiza sobre técnicas de uso sistemático e padronizado de máquinas. É preciso distinguir o significado da expressão indústrias, que em português corresponde às atividades de transformação predominantemente mecanizadas, do sentido genérico de transformação, que compreende as manufaturas, onde a mecanização e a divisão do trabalho são menores.

O ambiente da produção industrial compreende a produção agrícola industrializada e os serviços industrializados.¹²¹ O que a diferencia da produção pré industrial de fato é o modo como se administra a padronização da produção, com a prevalência de mercadorias comparáveis.¹²² O problema de comparabilidade se aprofunda, à medida que se trata com maior variedade de tecnologias, em que aumenta a proporção de mercadorias cujo preço está sujeito a maior número de elementos indiretos.

A territorialidade do capital na produção pré industrial foi guiada pela lógica mercantil, que identificou as funções de moradia com as de centro comercial e com as de centro político. Em toda a América Latina as capitais políticas foram centros comerciais. Tal concentração de poder fez com que as regiões fossem comandadas por cidades equivalentes em seus tamanhos e funções.

121 Há um grave equívoco em supor que o desenvolvimento dos serviços de alta tecnologia constitui uma ruptura com a produção industrial. Na realidade ela é uma forma de desdobramento da produção industrial, que progride junto certas famílias de tecnologia industrial, que são, justamente, as da indústria da informática.

122 Nesse sentido é de especial importância o trabalho de Piero Sraffa (1961) sobre o papel da mercadoria padrão datada na determinação do programa de produção da sociedade. A equivalência entre as quantidades/qualidades de trabalho se dá em estruturas definidas de produção, em que os *quanta* de trabalho são necessários.

A produção industrial introduziu elementos de diferenciação entre cidades e entre regiões semelhantes em tamanho, assim como criou maior variedade de especializações do trabalho. Na produção industrial a concentração do capital torna-se tecnologicamente mais diferenciada; e resulta em correspondente especialização dos espaços, com divisão de funções entre as cidades e com espaços rurais organizados segundo critérios impostos pela demanda urbana. Isso se verificou claramente com as zonas produtoras de alimentos, que passaram a produzir produtos selecionados pelas indústrias, com especializações adequadas para o aproveitamento fabril.

Os progressos em ciência e tecnologia abriram espaço para diversos e diferentes tipos de tecnologia, pondo em cheque as anteriores concepções de tecnologia, que a viam quase como um fluido¹²³, que permite escolhas plenamente racionais, baseadas em dados microeconômicos¹²⁴. A questão relativa às possibilidades de generalização dos raciocínios de análise em economia neste caso é essencial, porque trata da validade da análise de pequena escala sobre grandes escalas e da análise de interesses privados sobre problemas de interesse público. A visão contemporânea de tecnologia precisa levar em conta as diferentes famílias de tecnologia, como da biotecnologia, da tecnologia aeroespacial, além das tecnologias “convencionais” que correspondem ao complexo sidero-metalúrgico e aos seus desdobramentos.

123 Essa imagem de fluido tem um significado especial em ciência, onde se compara, por exemplo, com a noção de *miasma*. Joan Robinson dedicou algumas páginas de crítica à postura que vê o capital como uma massa informe – *mecano* – que pode ser manipulada impunemente, cuja composição é irrelevante.

124 A suposição de que as condições micro econômicas podem ser extrapoladas às condições macro é uma premissa da análise econômica neo clássica, que pressupõe um mesmo comportamento racional de todos os participantes da sociedade econômica, tomados genericamente como agentes e não como grupos organizados, cujo comportamento depende de sua estruturação.

Neste ponto é preciso introduzir uma observação sobre a estruturação setorial da indústria, em sua evolução desde o modelo clássico dos departamentos de produção de bens de capital e de bens de consumo, da versão da análise de Marx, até as análises contemporâneas de complexos industriais e de empresas multinacionais.

O modelo clássico de análise industrial distingue as indústrias que produzem bens de consumo das que produzem bens de capital, entendendo que há uma diferença entre as posições que umas e outras ocupam no processo de acumulação, já que a produção de bens de consumo depende da de bens de capital, mas esta pode desenvolver-se com tecnologias próprias, que não dependem das outras. Esta separação é arbitrária e não toma em conta que os grandes grupos econômicos possuem fábricas que produzem bens de capital e fábricas de bens de consumo, operando guiados exclusivamente pela lógica financeira de comparar lucros e riscos. Os ciclos econômicos surgem na produção de bens de consumo e mudam de perfil, ao se expandirem nas de bens de capital. Na recuperação do ciclo as indústrias de bens de consumo a começam a crescer primeiro, mas a consolidação da recuperação depende da capacidade da produção de bens de capital para sustentar o crescimento. Se a capacidade instalada na produção de bens de capital for destruída no ciclo, a recuperação não se completa.

A análise neo-clássica da indústria, iniciada por Alfred Marshall, focaliza nas inter-relações entre a organização da produção industrial e o desempenho de indústrias individuais, tomando como principal referência as condições de produtividade e de rentabilidade das empresas individuais. Pressupõe um ambiente de mercado aberto constituído de empresas equivalentes, ou seja, um ambiente assimilável ao de concorrência perfeita¹²⁵. Passa por alto

125 Para usar uma linguagem mais realista, usa-se aqui a expressão concorrência plena em vez de concorrência perfeita. A concorrência plena é uma situação na qual todos os participantes concretos do mercado podem concorrer, isto é, podem absorver seus custos de produção para enfrentar seus concorrentes.

os problemas de composição do capital em seu conjunto. É uma análise que depende de condições competitivas, ou seja, que não trabalha com as transformações das estruturas de mercado.

Entretanto, essa análise mostra tendências agregativas das indústrias, que considera como concentrações de indústrias movidas por vantagens de custos e tecnológicas, que são distritos industriais. É uma compreensão limitada aos aspectos *atuais* da composição industrial. Não contempla as tendências inerentes à influência dos movimentos do capital financeiro.

A questão dos complexos industriais tomou novos rumos com uma variedade de contribuições, como as de Wright Mills, com sua noção de complexo militar-industrial (1961), com a variedade de contribuições sobre os complexos industriais, como sobre o complexo agro-industrial e sobre o complexo aeroespacial.

Mecanismos de concentração: causação circular, acelerador e multiplicador

Ao aceitar que as regiões são áreas de maior densidade relativa de capital no espaço econômico, torna-se necessário explicar os mecanismos de concentração. Na teoria há duas principais abordagens desse fenômeno: a de trabalhar com mecanismos genéricos da concentração e a de considerar mecanismos específicos, que operam em condições especiais.

A principal proposta explicativa de mecanismos genéricos da concentração é o princípio de causação circular cumulativa, que compreende os efeitos em cadeia sobre o capital e sobre o trabalho, colocando-se como um deslocamento do nível de complexidade do sistema produtivo. A noção de causação circular cumulativa foi proposta por Gunnar Myrdal (1968), no segundo apêndice teórico de seu enciclopédico *Drama Asiático*, com o caráter de romper a tendência à inércia representada pelo círculo vicioso da pobreza, proposto por Ragnar Nurkse em 1956. A causação circular acumulativa pressupõe deslocamentos na composição da capacidade produtiva que, subentende-se, dependem de correspondentes mudanças

na composição do mercado. Por isso, seguindo a própria linha de pensamento crítico de Myrdal, é preciso situar a causação circular cumulativa nas condições operacionais de cada economia nacional, ou seja, ver como ela se realiza nas condições materiais e culturais de cada sociedade econômica. Isso quer dizer que a causação circular cumulativa é relativamente genérica; e não é um princípio igualmente genérico em todas situações. Significa, por exemplo, que as ações iniciadas na forma de investimentos em infra-estrutura podem ter desdobramentos em alterações no perfil de programas de educação básica, ou que podem surgir novos projetos de pesquisa antropológica por conta de novos programas de irrigação. Diremos que, na prática, é impossível concretizar a noção de causação circular sem reconhecer como ela depende da divisão do trabalho, em seus aspectos imediatos e em seus desdobramentos internacionais.

A noção de causação circular cumulativa conceitualmente compreende a de multiplicador, desenvolvida na década de 30 por Richard Kahn, que mede os efeitos de despesas sucessivas em cadeia na formação de renda e de emprego. A efetivação do multiplicador depende de parâmetros tecnológicos, portanto, corresponde a situações de um sistema de produção conhecido. Além disso, contém o relativo ao acelerador da oferta proposto por Harrod em sua formulação de economia dinâmica.

Os resultados da concentração aparecem na forma de polarização de atividades, em que é preciso distinguir os pólos de crescimento, entendidos como concentrações de indústrias dinâmicas do movimento inercial de polarização inerente à centralização do capital.¹²⁶ À primeira vista, os pólos são concentrações de empresas.

126 Há uma extensa literatura, de detalhamento e crítica, das idéias teóricas de François Perroux sobre pólos de crescimento. É preciso lembrar que a proposta daquele autor foi concebida como parte de uma abordagem de política de desenvolvimento não equilibrado, com algumas afinidades com o pensamento de Joseph Schumpeter, voltando para os mecanismos de funcionamento dos pólos. Os pólos de crescimento correspondem a certo momento do desenvolvimento da indústria. Como política exprime uma perspectiva das grandes

Entretanto, são concentrações de unidades de produção, cuja coincidência em tempo e lugar depende de estratégias de empresas cujo centro de decisões quase nunca está no lugar da polarização.

Certamente, o fato da polarização induz certas margens de capacidade local de decisão, que são os seus efeitos indiretos no desenvolvimento econômico, no sentido em que esse fenômeno seja entendido como uma combinação de expansão e transformação de estruturas. Mas não é seu aspecto predominante, nem há garantia alguma de que esse poder de atração de investimentos e difusão de tecnologia se mantenha. Pelo contrário, é preciso ter em conta que os efeitos da polarização são temporários, e que sua duração é um aspecto fundamental da questão.

Na análise regional que reconhece a importância da perspectiva a médio e a longo prazo, é indispensável considerar a realimentação dos efeitos da polarização na estratégia de cada empresa; e a subsequente diferenciação entre empresas, que se introduz através de suas reações às condições de custos impostas pela polarização. Não há como ir longe com a análise de polarização sem uma teoria das transformações do mercado e das transformações das empresas e do mercado de trabalho.

A teoria “clássica” da polarização refere-se quase exclusivamente aos efeitos internos dos pólos de crescimento, abstendo-se de considerar sua inserção na economia internacional. No entanto, a inserção externa é um aspecto necessário para explicar os mecanismos de subordinação incorporados na composição de indústrias dos pólos, entendendo que nenhuma delas está separada do fluxo mundial de transformação da tecnologia. Numa leitura atual do tema, certamente, é preciso dar muito mais importância aos aspectos de condicionamento externo da formação e do desenvolvimento de pólos de concentração de capital.

empresas, favorável à centralização do poder econômico. São, por isso, contraditórias com as preocupações com o desenvolvimento econômico, no que este envolve reversão da exclusão social.

A DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA

Os controles políticos do sistema produtivo

Para os que têm se envolvido com problemas do desenvolvimento, ou da superação dos processos do sub-desenvolvimento, a dimensão política não se lê como um problema de contrato social, senão como uma esfera de poder em que operam forças contraditórias transmitindo mudança ou veiculando a atualização de sistemas de poder arcaizados. O contexto atual está sempre composto de movimentos de atualização de estruturas de poder calcificadas, que contrastam com novos ímpetos de mudança. A defesa de posições adquiridas no passado transfere-se do nível da preservação de vantagens econômicas para o nível político de administração da mudança. Nesse ambiente, a modernização tem sido um processo que se desloca mediante contradições, em que o novo e o velho se combinam de diversos modos e onde a renovação enfrenta forças políticas poderosas que sustentam privilégios estamentais e de classe. O enraizamento local das estruturas de poder político faz com que as regiões se definam como espaços de afirmação ou de transição.

Para desenvolver um tratamento dos temas suscitados pela perspectiva regional do processo social, político e econômico impõe-se trabalhar com uma visão do sistema econômico em sua concretude, o que significa lidar com as consequências atuais do

processo formativo e com os conflitos e ajustes da atualidade. Esta opção torna necessária uma abordagem histórica da própria política, que se vê como um processo social de formação de poder e não como um quadro positivizado a ser descrito em modelos simplificados. Longe de abstrações tais como agentes socialmente indeterminados tais como acontece com a conceituação marginalista de consumidor e de produtor, trabalha-se com agentes sociais que tomam decisões em função de interesses, portanto que têm expressão política. Na realidade, os agentes sociais são pessoas e são grupos organizados, que se manifestam com determinadas intenções e com certos modos práticos de transformar suas intenções em ações.

Tal como nos mostrou a fenomenologia¹²⁷, todas as ações carregam intenções e modos de comunicação e são parte de sistemas de comunicações entre pessoas e grupos que condicionam cada ação individual.

Tratar historicamente a abordagem histórica (Korsch) implica em ter que voltar atrás para ver que o movimento econômico de formação do sistema se completa necessariamente na formação do sistema político. Capitalistas de toda sorte e trabalhadores com variadas situações de renda, estabilidade e duração de vida profissional se cruzam em relacionamentos que se realizam sobre o pano de fundo de um Estado em transformação.

Historicamente, os papéis dos Estados nacionais e das empresas mudam constantemente mas retêm um núcleo de identidade dado por representação e e objetivos mínimos inalienáveis, tais como os de unidade nacional e de obter lucros, Sobre essa

127 A contribuição da fenomenologia à análise social foi incorporada de modo tão radical que praticamente se perdeu de vista que ela é um ponto de vista em um contexto pensante que precisa distinguir entre um corpo conceitual consolidado e tópicos polêmicos da formação desse corpo conceitual. Ficamos entre os textos originais de Husserl e a leitura de Habermas (Conhecimento e interesse, 1968) pretendendo, em todo caso, que a intencionalidade do agir social é um dado irrecusável.

definição de esferas de interesses justapõem-se os interesses dos capitais e dos trabalhadores com a identificação de uma esfera privada e de uma esfera pública de poder, com conflitos e consensos entre capital e trabalho e com separações e interpenetrações entre a esfera privada e a pública. A identificação de agentes públicos e privados é primeiro passo no caminho de reconhecer as diferentes esferas de ação que se cruzam no ambiente da sociedade econômica e política nacional. O agir dos agentes configura um espaço de relacionamentos, com conflitos e convergências, que é o da política. O que está em jogo é a capacidade de decidir, que é o poder.

Nos estudos regionais do mundo essencialmente desigual de hoje, a constituição de sociedades organizadas envolve a solução de problemas de poder, que abrangem as decisões da esfera econômica junto com as da regulamentação do cotidiano e dos fundamentos da propriedade privada, da guerra e da paz. A questão social do poder transcende suas diversas manifestações imediatas e se remete ao essencial da constituição e da reprodução da sociedade, com sua estruturação de classes, sua formação sócio-cultural e sua institucionalidade. Será preciso contemplar o poder como princípio ativo da dinâmica do mundo social e como ingrediente de sistemas organizados, com ramificações na esfera da família, na das empresas e na do Estado.

A formação de sistemas de poder é um processo que engloba as diversas dimensões da vida social e ganha formas institucionalizadas na vida pública, que constituem a esfera da política. Adaptando aos dias de hoje a explicação de Aristóteles de que o mundo da política substitui a cooperação da esfera familiar pela concorrência, Marx viu na atividade política uma representação de interesses de classe, que submetem cooperação seletiva, voluntária ou coagida. Essa idéia matriz de controle da cooperação fica, de certo modo, obscurecida pela tese – igualmente relevante – de bloco histórico de Gramsci. O controle da força política é o primeiro passo de um controle da sociedade pela força política. O poder de decidir sobre que se produz estende-se a como

produzir e quem pode realizar a produção. Ora, estas decisões não são tomadas apenas quando se decidem programas de produção, senão que são constantemente construídas na infinidade de decisões de demanda e de iniciativas para garantir a reprodução do capital. As decisões de política se realizam no cotidiano e na institucionalização dos modos de controlar a economia, de modo direto no controle dos trabalhadores e indireto no controle das opções de consumo.

No exercício dessa capacidade de direcionar a produção e o consumo, o sistema político desenvolve um tecido de relacionamentos visível, guiado por uma institucionalidade, coligado com um outro sistema de relacionamentos, alimentado por relações personalizadas, tradições e todos os ingredientes de uma sociabilidade que resiste aos padrões de racionalidade da sociedade industrial. O que surge como um desafio do sistema capitalista tardio é a necessidade de tratar com uma pluralidade historicamente formada mas negada como parte das estratégias de poder desenvolvidas ao longo da história como modo de realizar o controle da força de trabalho¹²⁸.

Uma revisão da formação dos sistemas de poder no mundo moderno que esteja atenta à pluralidade de modos de manifestação de poder, encontra uma grande variedade de combinações de formas autoritárias e sutis de poder, combinando a afirmação de normas com repressão formal e efetiva. Se, por um lado, há um distanciamento entre o aparelho político que faz leis e o que as executa, se o modo de aplicar as leis denota um sistema de poder, a realidade do controle político abrange a totalidade da vida social.

128 São aqui dois tópicos a considerar: as peculiaridades do capitalismo tardio, com sua essencial desigualdade tecnológica e sua necessidade de recuperar a verdadeira dimensão histórica dos atuais Estados nacionais. A proliferação de reivindicações regionais e tribal-culturais é uma evidência da profundidade desses antecedentes na formação das sociedades de hoje. O novo indigenismo é a manifestação por excelência dessa pluralidade deliberadamente negada.

No relativo à economia, distingue-se o relativo ao funcionamento atual do sistema produtivo e o que se refere ao potencial de transformação desse sistema em sua escala nacional e na das inter-relações internacionais. O funcionamento do sistema produtivo é acionado por um processo de decisões que é uma manifestação da dimensão política em seu sentido mais amplo, que envolve uma territorialidade e uma referencia demográfica definida que se reflete em aumento ou em diminuição das possibilidades de que o sistema se transforme, amplie ou atualize. O potencial de desenvolvimento se amplia ou diminui, segundo os deslocamentos na inter-relação entre as condições internas e as externas alteram a capacidade de usar recursos de modo compatível com mudanças socialmente positivas. As polêmicas que se desencadearam sobre desenvolvimento na passagem do mundo do colonialismo para o da hegemonia refletiram as alterações dessa capacidade de decidir que é o fundamento político do processo.

Emerge a questão da crise no Estado burguês ou do caráter inerentemente crítico do Estado burguês, em cujo âmbito se desenvolvem os conflitos de interesse gerados pela concentração do capital e pela precarização do emprego. A crise do padrão de acumulação do Estado burguês do capitalismo avançado – tal como mapeada por Poulantzas - antecipa diversos dos aspectos do atual contexto crítico mas não chega ao centro da questão de hoje, simplesmente, porque ignora a pluralidade do poder econômico e político. O Estado do capitalismo tardio convive com uma dupla fundamentação de crise, em que convergem os efeitos transmitidos pela mundialização do capital financeiro com os localmente produzidos pela atualização do bloco histórico de poder.

A suposição teórica de que há uma separação entre empresa e Estado, assim como entre as igrejas e os Estados nacionais vai no sentido contrário de uma análise genuinamente histórica do poder, que terá que trabalhar justamente sobre as inter-relações entre estas esferas de poder. O controle político da economia surge das combinações específicas com que estas esferas de poder intervêm em temas específicos e em regiões. Por exemplo,

como as fusões de empresas na produção automotora surgem de combinações de interesses de Estados nacionais e de empresas multinacionais e como essas decisões de controle do capital se traduzem em um padrão territorial: onde se localizam fábricas e quais soluções de logística são compatíveis com a combinação de interesses envolvida.

Na consolidação de relações de poder que atingem o sistema de produção, o fundamental é a institucionalização do poder, que compreende o aparelho jurídico codificado e o tecido informal subjacente na legislação, com relacionamentos homologados pela tradição ou impostos pela força. Viu-se que os ideais de monopólio de poder pelo Estado, além de representarem um ideal burguês de ordem imposta, também representam um consenso sobre os modos de representação política, onde a permanência das instituições indica sua validade. A constatação das contradições do modo político da sociedade burguesa, com limitações da presença do Estado nos setores marginalizados e o consequente aparecimento de núcleos de poder alternativos, põem um limite substantivo nesse estilo de poder. A variedade de combinações de modos de poder que surgem no ambiente mundializado do capitalismo avançado leva a renovar a análise da operacionalidade do sistema de poder, valorizando mais o poder de fato frente às formas institucionais.

A diferença entre formas institucionais e modos reais de poder dá a medida do verdadeiro controle político do sistema produtivo, como ele pode reagir a opções de tecnologia e de localização. É inevitável observar que o modo de manejar soluções de localização industrial mudou entre os países que começaram a se industrializar desde a primeira revolução industrial e os que chegaram depois a esse processo; e que as decisões políticas na economia passaram a refletir um peso maior para referências internacionais de matérias primas e de demanda. Seremos obrigados a considerar que os países industrializados pobres em recursos naturais, tais como a Inglaterra, a Holanda, o Japão devem sua riqueza a políticas imperialistas, que lhes garantiram matérias

primas antes que tivessem acumulado vantagens de custos que lhes permitissem comprá-las como se houvesse um mercado aberto desses produtos. Dada a exigüidade de seu território e de sua população, esses países só puderam se desenvolver mediante políticas imperialistas, que depois foram aperfeiçoadas com os Estados Unidos e agora com a China e a Índia.

Historicamente, o controle político da produção se desenvolve, simultaneamente no plano interno nas economias nacionais e no externo, com controles internos exercidos através do financiamento seletivo¹²⁹, com o manejo de taxas diferenciadas de juros¹³⁰. Por esses meios, o controle político se qualifica como econômico e passa a compor o quadro de política econômica.

Política perita¹³¹ e ideológica

O desenvolvimento técnico da economia no século XX caminhou em paralelo no sentido inverso da reversão dos efeitos negativos da concentração de capital – sociais e ambientais – quando contribuiu poderosamente para a destituição do sentido de finalidade da teoria econômica que se acostumou a aceitar dispositivos de análise como argumentos éticos e a tomar como dado a separação entre a objetividade formal da análise e sua total falta

129 As políticas de financiamento do desenvolvimento praticadas por países latino-americanos, com os exemplos do México, do Brasil e do Chile, resultaram em mecanismos de financiamento que favoreceram pequenas proporções do universos das empresas, nunca mais de 20% daquele total.

130 A manipulação das taxas de juros é parte essencial e não declarada das políticas econômicas nacionais, que se converte em vantagens para algumas empresas. Colateralmente, empresas multinacionais ou associadas a capitais multinacionais costumam levar vantagens de captar recursos em países com juros mais baixos e usar em investimentos em países com juros mais altos. Neste terreno, a experiência brasileira destaca-se no plano mundial.

131 Adotamos aqui a expressão utilizada por Anthony Giddens (*Modernidade e identidade*, 2002) para significar os sistemas baseados em usos operacionais separados de seus alicerces ideológicos.

de ancoragem em processos da realidade. O esvaziamento ideológico do planejamento é apenas um foco de maior clareza de um movimento muito mais amplo, que se pauta pela unificação dos interesses do capital e do Estado.

O papel do real na teorização é insubstituível para determinar as condições de abstração com que se trabalha, que não podem ficar indeterminadas. A produção de artefatos do novo escolasticismo manteve-se sobre as bases de uma epistemologia derivada do kantismo, mas sem o fundamento crítico do próprio Kant, passando por alto a necessidade de garantir o nexo entre consistência formal e material, ou considerando as condições históricas em que se define essa consistência. A falácia de uma técnica teórica desenraizada, que parece ser o objeto ideal do neopositivismo puro¹³², colocado acima das contingências da ciência social, torna-se contraditório com a proposta de ciência moderna imune ao relativismo do mundo social (Stengers, 2006). Há, portanto, um fosso entre a proposta de uma ciência social “pura” e a de uma análise formalmente consistente e de uma análise historicamente relevante. Cientificidade e legitimidade serão referências necessárias daquela análise social que precisa escapar do esvaziamento ideológico e da falta de criatividade.

O papel da política na determinação de possibilidades de desenvolvimento

O que faz a generalidade da luta é o próprio sistema do poder, todas as formas de exercício e de aplicação do poder. Michel Foucault em entrevista a Gilles Deleuze.

132 Trata-se aqui de uma referência aos trabalhos de Ernest Nagel (A estrutura da ciência, 1978) e de Rudolf Carnap (Fundamentação lógica da Física, 1969), que tomamos como representativos dessa posição.

A política se apresenta como sistema institucionalizado, dotado de capacidade de intervenção na vida das pessoas, que se realiza de modo contínuo, mesmo quando seus efeitos sejam desiguais. Teremos que distinguir a política como manifestação de poder reconhecido, que usa canais institucionalizados e práticas não conflitivas da política que representa interesses em pugna para alterar os sistemas estabelecidos. De qualquer modo, a política contém uma luta entre conservação e mudança, onde a conservação – que se traduz em conservadorismo – se mantém com a ajuda de um poder interpretativo e de estratégias de cooptação, que geralmente se revestem de um ar de tranquilização irrecusável frente às iniciativas das mudanças. A sofisticação do conservadorismo converte-se em culturalismo humanista com Isaiah Berlin e Harold Bloom. Na progressão do processo do poder hoje, a nação hegemônica assumiu uma posição de vanguarda na representação dos modos de expressão de uma ideologia da dominação, afirmando-se como bandeira do conservadorismo imperial- colonialista europeu, estabelecendo um paradigma que se estende ao prático desideologizado com teóricos como Pierce, James e Dewey, consagrado por uma filosofia que substitui o coletivo pelo individual e troca a análise crítica da realidade pela crítica da linguagem¹³³.

A tensão entre conservação e mudança remete-se ao processo de formação da totalidade social, onde as posições relativas dos participantes se deslocam, alterando o modo de conflito de poder. A questão é que os interesses dos agentes se definem e deslocam a partir das condições técnicas de funcionamento do sistema, isto é, há sindicatos de ferroviários quando há empregos

133 Há uma armadilha ontológica nessa substantivação da linguagem, que se torna a portadora de expectativas de significado que transcendem o âmbito de sua realização para absorverem as opções do agir socialmente identificado. Ao centrar o debate na linguagem em vez de tratar diretamente com a vida social criadora da linguagem exime-se o significado de responsabilidade dessa análise que volta a ser apenas técnica.

de ferroviários. Daí, que a tensão entre conservação e mudança está historicamente construída, como uma derivada das transformações materiais do sistema produtivo. A tensão entre conservar e mudar se desloca junto com a própria modernização, no que ela abre espaço para novos participantes e novas modalidades de participação. Operários se tornam trabalhadores informais, desempregados tornam-se vulneráveis ao apelo imediatista do populismo. O âmbito do controle social se expande quando mais pessoas se tornam força de trabalho, ou quando o sistema político estende seu controle por associação, em que pessoas que não são trabalhadores contratados são tratados como tal. Revela-se como o sistema político submete as relações econômicas a incertezas e recuos, com um saldo geral de corrosão de direitos conquistados dos trabalhadores. A política é um campo de força de interesses existentes em pugna e é uma afirmação de um esquema de poder que permeia o cotidiano e as instituições. Nela, as condições dos grupos organizados podem ser fortalecidas ou debilitadas e seus integrantes podem ter abertos novos caminhos de ascensão ou de declínio.

Com essa manobra se retrata uma particularidade da sociedade moderna do capital, que procura assumir várias e diferentes caras segundo as condições específicas em que deve realizar a dominação. A sociedade do capital funciona mediante a criação de situações transitórias de poder que as pessoas tentam tornar permanentes. Afinal, os executivos que decidem pela demissão dos trabalhadores sentem-se imunes de demissão e acolhidos por regras contratuais diferenciadas, surpreendendo-se quando se descobrem igualmente descartáveis.

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E FORMAÇÃO DE REGIÕES

As condições da acumulação

A principal observação que se extrai destas reflexões é que as condições da acumulação de capital no alto capitalismo mudaram radicalmente, devido a dois fatores que são o descolamento dos interesses do capital especulativo em relação com a continuidade dos investimentos industriais junto com uma rigidez das necessidades de investimentos para a reprodução do sistema produtivo. É uma nova revolução nas condições de emprego, que afeta trabalhadores qualificados e não qualificados. As teses examinadas delineiam um problema central de desenvolvimento, relativo à relação entre a forma geral de acumulação de capital e os mecanismos que formam e transformam espaços sociais. É inevitável pensar que o sistema de produção capitalista se desenvolveu gerando uma pluralidade de situações e de processos, que reagem de diferentes modos quanto a sua própria continuidade e quanto ao seu modo de participar do mercado.

Há um paradigma de instabilidade que deve ser avaliado nas condições operacionais impostas pelo grande capital ao sistema como um todo. A mundialização do capital traduziu-se em crescente instabilidade do sistema produtivo, que é alimentada por causas externas, tais como as variações climáticas e o vulcanismo, mas, principalmente, por causas internas, que vão desde os efeitos cumulativos da exclusão social na formação da demanda, até os efeitos, diretos e indiretos, da movimentação do capital especulativo na produção. A instabilidade do sistema afeta as escolhas de

investimento, quando o capital procura cortar riscos criados pela própria endogenia de aplicações de capital novo em projetos de poder industrial baseados em previsões de demanda da mesma classe média que se empobrece. Ao mesmo tempo, e ao aumentar a incerteza do emprego, leva a uma desvalorização da força de trabalho que perde capacidade de se reciclar. São problemas do esgotamento de um padrão de acumulação de capital que não criou as condições necessárias para sua própria superação.

A questão que se impõe a ser enfrentada desde o fim da segunda revolução industrial, ou da modernização liderada pela indústria pesada, decorre da não linearidade da acumulação, isto é, de que a acumulação passou a realizar-se através de uma pluralidade de progressões de tecnologia. Significa pura e simplesmente que o movimento geral de acumulação se faz mediante uma renovação tecnológica desigual, que habilita alguns setores e desabilita outros. A atual crise da indústria automotora se encaixa exatamente nesse caso.

As forças condutoras da acumulação

Para situar a questão regional no mundo moderno é preciso reconhecer quais são as grandes forças sociais que criam e moldam espaços. O ponto de partida nessa busca é que o mundo moderno é o mundo do capital, onde as forças econômicas e políticas convergem em um sistema de poder ancorado de um lado em poderio militar e de outro lado em mecanismos de controle ideológico. O poderio militar funciona com os dois aspectos de fator de inibição e de capacidade de intervir, seguindo uma trama complexa de alianças e ameaças que no mundo ocidental vem se aperfeiçoando desde a Guerra dos Trinta Anos. Suas principais modificações decorreram da articulação de grandes exércitos com crescente mobilidade das forças militares e de mobilização universal com poder de destruição praticamente ilimitado. No decorrer do século XX o poderio militar se expandiu de modo exponencial mas encontrou limites na capacidade de resistência dos povos

mais fracos e nos custos de manutenção de uma máquina militar operacionalmente confiável. O pressuposto de um único poder hegemônico, tão ao gosto dos pensadores do poder dominante, foi rapidamente deslocado, primeiro pelo aparecimento de poderes que não podem derrotar a potência hegemônica mas não poderiam ser derrotados por ela.

O recurso à força militar torna-se cada vez mais problemático, caro e duvidoso. Mas o controle ideológico é cada vez mais abrangente e penetrante, aproveitando o desenvolvimento dos meios de comunicação. Além disso, aproveita e interage com o desenvolvimento das comunicações instantâneas. A transposição de linguagens e a capacidade de explorar conflitos de identidade, deram aos governos e às empresas a capacidade de controlarem as pessoas muito além do horizonte de seu contrato de trabalho, em novas modalidades de dominação. Ampliaram-se as formas de controle sutil das pessoas, cuja presença passa a ficar condicionada por serem ou não consumidores. É algo que atinge de modo mais profundo e irreversível a identidade das pessoas, em sua individualidade, que a categoria de cidadania, que contém uma referência restritiva ao Estado.

As controvérsias sobre a formação de regiões indicam a necessidade de retomar o percurso acidentado da teoria da acumulação no alto capitalismo¹³⁴, para focalizar em dois pontos da relação subterrânea entre a filosofia totalizadora de Hegel e o eterno inacabado de Marx. O tempo, com sua ordem própria, é o fundamento de qualquer teorização sobre a vida, mas não há aqui tempo sem espaço. O mundo social se reproduz no tempo e em algum lugar. Mesmo para trácios¹³⁵ e os ciganos o tempo está ligado a espaços identificados com os lugares onde se vive, que

134 Prefere-se aqui a expressão alto capitalismo à de capitalismo tardio, como aquele marcado pela predominância de alta tecnologia

135 Povo da antiguidade, originário das margens do Mar Negro que ocupou grandes espaços porém não chegou a constituir um Estado estável.

podem ser fixos ou móveis, mas que sempre espaços vitalizados. O tempo aparece como duração inserida na vida social.

Na perspectiva da formação e das transformações de regiões o componente econômico da atividade social é fundamental, justamente, por retratar a relação entre a vida social e a reprodução dos grupos organizados e das pessoas. A reprodução social em geral aparece aqui ancorada como reprodução da vida material, portanto, numa generalidade que se nutre de um conjunto de situações concretas muitas vezes pouco comparáveis umas com as outras. A complexidade da reprodução aparece desde quando se consideram as inter-relações entre os aspectos materiais e os culturais e institucionais da reprodução, que dão conta da experiência dos diversos grupos em desenvolverem mecanismos de defesa de seus interesses e de suas posições de poder. Os movimentos de ascensão e de declínio de segmentos das elites, assim como de trabalhadores qualificados reportam diferentes situações de mobilidade entre grupos que ganham ou perdem entre posições já existentes e posições novas. Assim como a renovação da tecnologia criou novas alternativas para a emersão de novos participantes do mundo social, este processo também representa o bloqueio de modos de sociabilidade, tal como aconteceu, por exemplo, com os relacionamentos personalizados entre o médico ou o dentista e seus pacientes, antes que eles ficassem condicionados pelos laboratórios através dos medicamentos. A reprodução é uma imanência da vida social, isto é, ela tende, necessariamente, a se reproduzir, enquanto ela está sujeita a leis de geração e corrupção através dos indivíduos e das instituições que a integram. Não só a vida das pessoas, as instituições se esclerosam, perdem capacidade de se regenerarem e perdem representatividade.

Na produção capitalista o processo de formação social do capital realiza um movimento central de ajuste dos usos de fatores de produção com a identificação de elencos de produtos. Os interesses que controlam a capacidade produtiva decidem que se pretende produzir e de qual modo. A composição dos fatores muda segundo as escalas de produção e as técnicas utilizadas; e o elenco

de produtos varia segundo o consumo é conduzido pelos objetivos do capital, de adaptar a produção à acumulação. Logicamente, se descartam hipóteses tais como as de equilíbrio de fatores e de soberania dos consumidores. Desse modo, a demanda de recursos é condicionada pelas sequências de escolhas dos capitalistas, que determinam quais recursos a serem obtidos e quais lugares para as transformações dos produtos.

Encontram-se aí mecanismos sociais de manejo de recursos físicos, junto com os de absorção de trabalhadores. Em suas operações, os capitais fazem sempre escolhas de lugares de captação de recursos e de lugares para sua transformação industrial. São duas “regionalizações” que não necessariamente coincidem ou que, pelo contrário, manifestam, respectivamente, esferas de poder econômico e posições específicas acerca de como participam a mineração e a produção industrial. Mas, em seu conjunto, representam uma pauta de articulação entre o sistema de produção em operação e os novos investimentos.

A progressão de escolhas de recursos se materializa em uma geografia da exploração de recursos, cuja evolução acompanha as estratégias de lucro dos capitais sobre os períodos de suas previsões de aplicações. Em cada caso, as escolhas do capital estão marcadas por um determinismo de propriedade. As escolhas que envolverem tempo – tempo de validade dos recursos – serão guiadas pelas garantias dadas pela propriedade.

Trata-se, portanto, de uma geografia intencional do capital, que liga o movimento geral de acumulação às condições materiais com que ele opera. As escolhas dos capitalistas representam sempre equações do espaço – tempo dos empreendimentos. Quando se consolidam regiões é quando há certa continuidade das escolhas de recursos e quando essa continuidade dá lugar a uma institucionalização. Essa relação entre a mecânica do processo e as decisões dos detentores do poder reflete a estrutura de poder submersa na economia. Afinal, as decisões do grande capital em geral manifestam uma composição de poder que é a verdadeira explicação do *modus operandi* do capital financeiro.

Mas a grande questão que se coloca refere-se ao controle social das decisões que comandam a acumulação de capital no meio social e político do capitalismo avançado. A nova grande crise – cíclica – mundial leva a refletir sobre esta relação entre o poder de decidir em economia e os mecanismos de reprodução do sistema. Uma questão fundamental a considerar no relativo à acumulação de capital no alto capitalismo é a crescente incerteza acerca das condições financeiras e tecnológicas em que o capital se reproduz. Contrasta uma crescente necessidade de reproduzir capitais aplicados em tecnologias anteriores com uma pressão de setores cuja reprodução depende da incorporação de técnicas novas. Na conseqüente tensão entre o novo e o velho há uma alternância entre continuidade e interrupção no sistema, que obriga a rever as condições concretas do padrão de acumulação. O movimento de acumulação assume novas formas, segundo opera com soluções tecnológicas invariantes, ou se enfrenta com períodos de ruptura nas tecnologias principais. A crescente interação entre blocos de tecnologia no alto capitalismo – v.g. o que acontece com a indústria das telecomunicações, com suas irradiações nas indústrias de equipamento e nos sistemas de serviços.

A acumulação transcende os limites de interesses unicamente industriais, mas não se separa da reprodução do capital industrial, tal como se evidencia na interdependência da construção civil com a indústria automotora. As interdependências acontecem através de canais de mercado financeiro e não necessariamente podem ser percebidas nas relações interindustriais. Os modelos de análise industrial se perderam justamente por se aterem aos dados de insumos materiais.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. **Obras completas**. Madrid, Aguilar, 1960.

BARAN, Paul. **La economía política del crecimiento**, México, Fondo de Cultura Económica, 1956.

CARNAP, Rudolf. **Fundamentación lógica de la Física**. Buenos Aires, Sudamericana, 1969.

COHEN, Morris, NAGEL, Ernest, **An introduction to logic**, Nova York, Harcourt Brace & World, Inc. 1962.

FOUCAULT, Michel, **Estratégia poder-saber**, Rio de Janeiro, Forense, 2006.

FRIEDMANN, John, ALONSO, William, **Regional development and planning**, Cambridge, M.I.T., 1964.

FURTADO, Celso, **Teoria y política del desarrollo económico**, México, Siglo XXI, 1972.

GEYMONAT, Ludovico, GIORELLO, Giulio, **As razões da ciência**, Lisboa, Edições 70, s.d.

GIDDENS, Anthony, **Novas regras do método sociológico**, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

_____. **As consequências da modernidade**, São Paulo, UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

GORZ, André, **Metamorfoses do trabalho**, São Paulo, Annablume, 2003.

HARVEY David, **A produção capitalista de espaço**, São Paulo, Annablume, 2005

_____. **Urbanismo y desigualdad social**, México, Siglo XXI, 1974.

HEGEL, G.W.F., **Filosofia real**, México, Fondo de Cultura Económica, 1984.

_____. **Enciclopédia das ciências filosóficas**, 3 vols., São Paulo, Loyola, 2005.

HOBSON, John, **A evolução do capitalismo moderno**, São Paulo, Abril, 1983.

HYPOLITE, Jean, **Études sur Marx et Hegel**, Paris, Librairie Marcel Rivière et Cie., 1955.

MARX, Karl, **Contribuição à crítica da Economia Política**, São Paulo, Martins Fontes, 2003

MARRAMAIO, Giacomo, **Política e “complexidade”**: o Estado tardo-capitalista como categoria e como problema teórico,

História do marxismo, Eric Hobsawm (org.) volume 12, São Paulo, Paz e Terra, 1989

_____. **El capital**, 3 vols. México, Fondo de Cultura Económica, 1956.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, **A ideologia alemã**, São Paulo, Civilização Brasileira, 2007.

MEZSÁROS, Istvan, **A teoria da alienação em Marx**, São Paulo, Boitempo, 2006.

_____. **O poder da ideologia**, São Paulo, Boitempo, 2004.

MITRA, Ashok (org.), **Economic theory and planning**, Calcuta, Oxford Press, 1974.

NAGEL, Ernest, **La estructura de la ciencia**, Buenos Aires, Paidós, 1978.

ODUM, Eugene, BARRETT, Gary, **Fundamentos de Ecologia**, São Paulo, Thompson, 2007.

OLIVEIRA, Francisco, PAOLI, Maria Celia, **Os sentidos da democracia**, Petropolis, Vozes, 2002.

PALLOIX, Christian, **L'internationalisation du capital**, Paris, François Maspero, 1975.

PEDRÃO, Fernando, **Economia, política e poder**, Salvador, Podium, 2009.

PROGOGINE, Ilya, **O fim das certezas**, São Paulo, Unesp, 1997.

PRIGOGIINE, Ilya, STENGERS, Isabelle, **A nova aliança**, Brasília, UNB, 1997.

_____. **Entre o tempo e a eternidade**, Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

SALAMA, Pierre, **El proceso de subdesarrollo**, México, Era, 1976.

WEBER, Max, **Ensaio de Sociologia**, Rio de Janeiro, Guanabara, 1979.

_____. **Historia económica general**, México, Fondo de Cultura Económica, 1958.

Sobre o livro

Tipologia

Noto Serif 12 pt

Adobe Caslon Pro 12 pt

Imagem da Capa

Señor de Las Limas

*(Escultura Olmeca encontrada no estado Mexicano de Veracruz em 1965,
esculpida entre 1000 e 600 a.C.)*

Design da Capa / Projeto Gráfico / Editoração

Jefferson Ricardo Lima Araújo

Este livro, segundo o próprio autor, Fernando Pedrão, é um acerto de contas com uma história dos estudos e do planejamento regional no modo como eles surgiram e ocuparam um espaço na luta por políticas de desenvolvimento e como representaram um importante espaço de reivindicação de autonomia e rompimento com uma tradição profundamente enraizada de alienação no campo da economia e das demais ciências sociais na América Latina. Neste trabalho, conceituam-se as regiões na perspectiva de sua história. Entendem-se regiões como adensamentos da vida social, que incorporam elementos do cotidiano e da sobrevivência com formas estáveis de organização da produção e da vida política, derivando elementos de identidade, como linguagem e formas de reconhecimento. Este estudo toma como objeto central de referência a relação entre o sistema produtivo internacionalizado e focos de atividade ou sistemas locais, utilizando a análise de relações internacionais como referência essencial para situar os temas nacionais.



ISBN 978-85-7879-783-6

